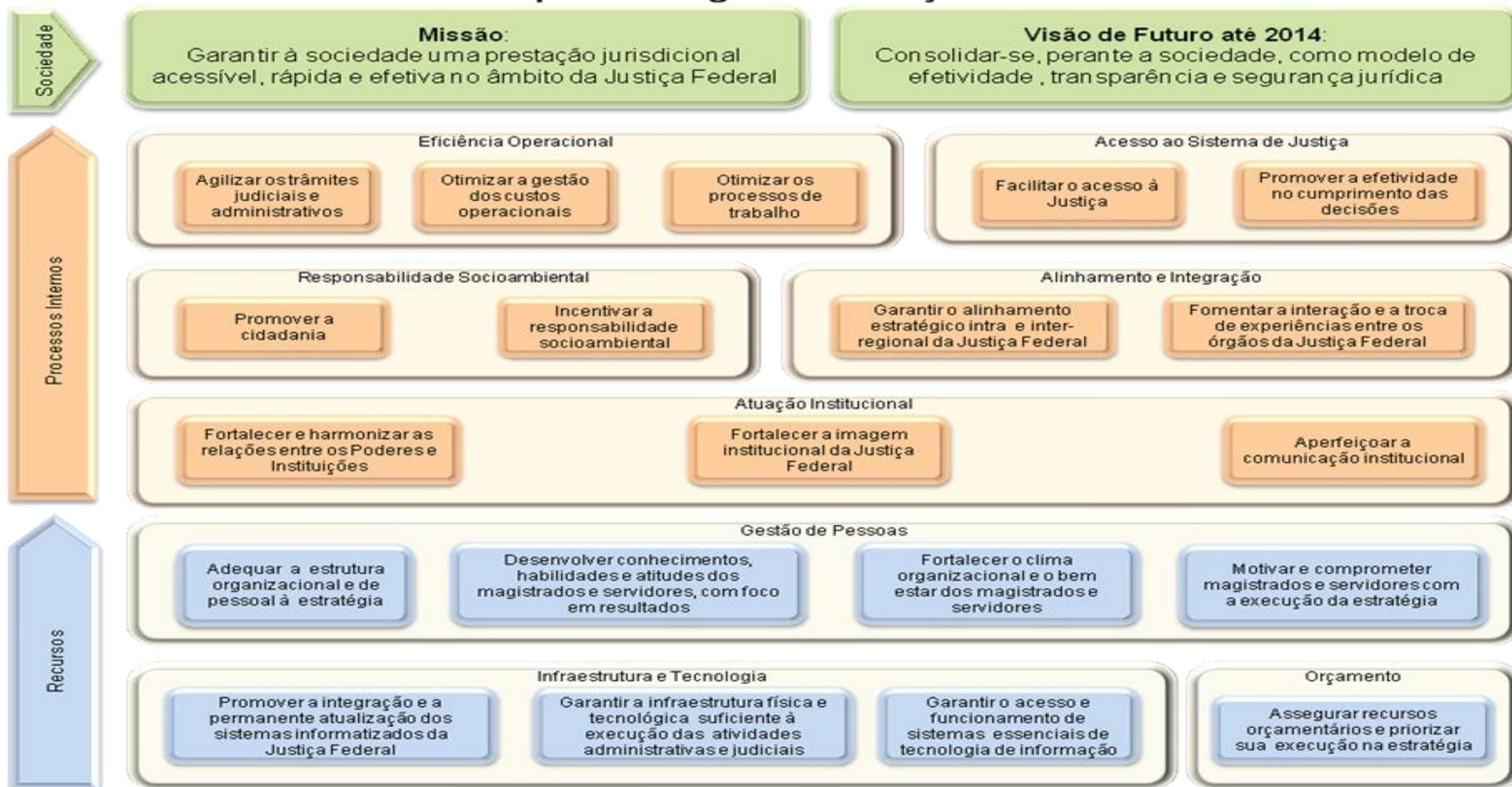




A estratégia da Justiça Federal

Mapa Estratégico da Justiça Federal



JUSTIÇA FEDERAL

Missão

Garantir à sociedade uma representação jurisdicional acessível, rápida e efetiva no âmbito da Justiça Federal

Visão

Consolidar-se, perante a sociedade, como modelo de efetividade, transparência e segurança jurídica

Valores

- Ética;
- Transparência;
- Modernização;
- Comprometimento;
- Responsabilidade socioambiental;
- Respeito ao ser Humano;
- Qualidade.

Indicador relacionado à visão

- Satisfação da sociedade

Tema

Eficiência operacional

Objetivo estratégico

Agilizar os trâmites judiciais e administrativos

Descrição do objetivo

Implantar meios de controle de fluxos processuais a fim de diagnosticar congestionamentos e aplicar ações adequadas visando garantir a razoável duração do processo

Indicadores relacionados ao objetivo

| Indicador | Fórmula |
|---|---|
| Taxa de congestionamento (conhecimento) | 1 – (total de processos judiciais baixados / casos novos + casos pendentes) |
| Agilidade na tramitação dos processos de aquisição de bens e serviços | % entre processos de aquisição de bens e serviços finalizados no prazo padrão, em relação ao total: 120 dias, para concurso e concorrências dos tipos empreitada integral, técnica ou técnica e preço; 105 dias, para demais concorrências e tomada de preços dos tipos técnica e técnica e preço; 60 dias, para demais tomadas de preços; 50 dias, para convites e pregão; 8 dias para dispensa e inexigibilidade |

Projetos relacionados

I. Projetos Nacionais:

- Sistemas Integrados de Gestão da Justiça Federal – SIGJUS;
 - Sistema Nacional de Estatística da Justiça Federal – SINEJUS;
 - Rede de Comunicação de Dados da Justiça Federal;
 - Gestão de Identidades e Acesso da Justiça Federal;
 - Sistema de Gestão Documental Digital.
- Implantação do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação – PETI;
- Implantação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI;
- Autos Judiciais Digitais – AJD;
- Instalação de Varas Federais.

II. Projetos Regionais:

1ª Região:

- Processo Digital da 1ª Região – E-jur;

2ª Região:

- Atendimento ao Cidadão;
- Administração Digital;
- Justiça 100% Digital;
- Implantação de Novas Varas e JEFs;
- Ampliação do Número de Cargos Efetivos;
- Grupo de Apoio a Gabinetes – GAG;
- Mutirão de Conciliação;
- Contratações, Planejamento e Controle;
- Fortalecimento de Convênios e Parcerias;
- Alinhamento Estratégico da Estrutura Organizacional;
- Projeto 45;
- Licitações e Contratos Ágeis;
- Modernização da Estrutura de TI.

3ª Região:

- Processo Eletrônico da 3ª. Região (GEDPRO – Gerenciamento Eletrônico de Documentos Processuais; Peticionamento Eletrônico; Execução Fiscal Virtual).

4ª Região:

- Processo Eletrônico;
- Compartilhamento de Boas Práticas;
- SISTCON - Sistema de Conciliação;
- Estudo para Redistribuição da Carga de Trabalho nos Órgãos e Unidades da 4ª Região;
- SEI – Sistema Eletrônico de Informação.

5ª Região:

- Sistema de Processo Judicial Eletrônico;
- Diário Eletrônico da 5ª Região;
- Padronização e Integração das Soluções de Sistemas Regionais;
- Segurança da Informação na 5ª Região;
- Atualização do Parque Tecnológico;
- Compras Integradas;
- Processo Administrativo Eletrônico;
- Implantação das Novas Varas na JF5;
- Otimização de Processos de TI;
- Expedição, via Web, de Certidão Regional Positiva/ Negativa Cível, Penal, Fiscal e Eleitoral;
- Padronização de Termos de Referência, Projetos Básicos e Editais de Licitação;
- Datacenter Seguro (infraestrutura de alta disponibilidade).

III. Projetos do Conselho da Justiça Federal:

- Repositório Digital do Conselho da Justiça Federal.

Tema

Eficiência Operacional

Objetivo estratégico

Otimizar a gestão de custos operacionais.

Descrição do objetivo

Aplicar os recursos de modo eficiente, garantindo a economicidade e a racionalização na aquisição e utilização de materiais, bens e serviços e na alocação de recursos humanos.

Indicadores relacionados ao objetivo

| Indicador | Fórmula |
|---|---|
| Eficiência operacional (custo médio por processo) | Despesa total - inativos – precatórios – investimentos + depreciação / processos baixados |

Projetos relacionados

I. Projetos Nacionais:

- Sistemas Integrados de Gestão da Justiça Federal – SIGJUS;
- Autos Judiciais Digitais – AJD.

II. Projetos Regionais:

1ª Região:

- Programa de Mapeamento, Gestão e Capacitação em Competências Estratégicas;
- Programa de Intercâmbio, Fomento e Disseminação de Informações entre as Unidades da Primeira Região;
- Programa de Desenvolvimento e Preservação da Saúde Pessoal, da Saúde Organizacional e da Relação com a Sociedade e com o Meio Ambiente;
- Processo Digital da Primeira Região – e-Jur;
- Programa de Alinhamento e Integração Estratégica;
- Programa de Estruturação de Edificações da Justiça Federal da Primeira Região;
- TI Estruturada.

2ª Região:

- Administração Digital;
- Portal de Informações Gerenciais;
- Sistema de Cotas Orçamentárias;
- Licitações e Contratos Ágeis.

3ª Região:

- Processo Eletrônico da 3ª Região – 1º e 2º graus (GEDPRO – Gerenciamento Eletrônico de Documentos Processuais; Peticionamento Eletrônico; Execução Fiscal Virtual).

4ª Região:

- Processo Eletrônico;
- SEI – Sistema Eletrônico de Informação;
- SISTCON - Sistema de Conciliação.

5ª Região:

- Sistema de Processo Judicial Eletrônico;
- Implantar uma Base de Educação à Distância (EaD) para a JF5;
- Diário Eletrônico da 5ª Região;
- Padronização e Integração das Soluções de Sistemas Regionais;
- Atualização do Parque Tecnológico;
- Compras Integradas;
- Processo Administrativo Eletrônico;
- Escritório de Projetos de TI;
- Otimização de Processos de TI;
- Expedição, via Web, de Certidão Regional Positiva /Negativa Cível, Penal, Fiscal e Eleitoral;
- Padronização de Termos de Referência, Projetos Básicos e Editais de Licitação;
- Sistema de Planejamento da Execução Orçamentária da Justiça Federal da 5ª Região.

Tema

Eficiência operacional

Objetivo estratégico

Otimizar os processos de trabalho

Descrição o objetivo

Promover o aprimoramento continuado dos processos de trabalho a fim de que sejam os mais eficientes dentro do cenário no qual a organização está inserida.

Indicadores relacionados ao objetivo

| Indicador | Fórmula |
|--|---|
| <ul style="list-style-type: none"> Processos de trabalho otimizados e implantados | Processos de trabalho implantados / Número total de processos mapeados |

Projetos relacionados

I. Projetos Nacionais

- Sistemas Integrados de Gestão da Justiça Federal – SIGJUS;
 - Sistema Nacional de Estatística da Justiça Federal – SINEJUS;
 - Rede de Comunicação de Dados da Justiça Federal;
 - Gestão de Identidades e Acesso da Justiça Federal;
 - Sistema de Gestão de Pessoas;
 - Sistema de Gestão Documental Digital.
- Implantação do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação – PETI;
- Implantação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI;
- Autos Judiciais Digitais – AJD;
- Implantação da Melhoria de Processos de Engenharia de Software da Justiça Federal – MPESJus.

II. Projetos Regionais

1ª Região:

- Programa de Mapeamento, Gestão e Capacitação em Competências Estratégicas;
- Programa de Intercâmbio, Fomento e Disseminação de Informações entre as Unidades da Primeira Região;
- Programa de Desenvolvimento e Preservação da Saúde Pessoal, da Saúde Organizacional e da Relação com a Sociedade e com o Meio Ambiente;
- Processo Digital da Primeira Região – E-jur;
- Ampliação da Comunicação e da Transparência, Interna e Externa;
- Programa de Alinhamento e Integração Estratégica;
- TI Estruturada.

2ª Região:

- Administração Digital;
- Justiça 100% Digital;
- Grupo de Apoio a Gabinetes – GAG;
- Escritório de Processos;
- Contratações, Planejamento e Controle;

- Programa de Auditoria Médica e de Benefícios;
- Programa de Desenvolvimento Gerencial;
- Alinhamento Estratégico da Estrutura Organizacional;
- Projeto 45;
- Licitações e Contratos Ágeis;
- Modernização da Estrutura de TI.

4ª Região:

- Processo Eletrônico;
- SEI – Sistema Eletrônico de Informação.

III. Projetos do Conselho da Justiça Federal:

- Repositório Digital do Conselho da Justiça Federal.

Tema

Acesso ao sistema de Justiça

Objetivo estratégico

Facilitar o acesso a Justiça.

Descrição do objetivo

Promover maior acesso à Justiça Federal com o objetivo de democratizar a relação da população com os órgãos judiciais e garantir equidade no atendimento à sociedade.

Indicadores relacionados ao objetivo

| Indicador | Fórmula |
|----------------------------|--|
| Índice de acesso à Justiça | % entre municípios atendidos (aonde a justiça chega de alguma forma seja ela por justiça itinerante, peticionamento eletrônico ou estrutura física) / Total de municípios |

Projetos relacionados

I. Projetos Nacionais:

- Instalação de Varas Federais;
- Autos Judiciais Digitais;
- Rede de Comunicação de Dados.

II. Projetos Regionais:

1ª Região:

- Processo Digital de 1ª Região – E-jur.

2ª Região:

- Acessibilidade a Portadores de Necessidades Especiais;
- Ouvidoria Geral;
- Atendimento ao Cidadão;
- Implantação de Novas Varas e JEFs;
- JEF Itinerante;
- Perícia Itinerante;
- Nossa História;
- 100% Digital.

3ª Região:

- Expedição Cidadania;
- Processo Eletrônico da 3ª Região.

4ª Região:

- Processo Eletrônico
- Programa de Ampliação do Acesso à Justiça.

5ª Região:

- Sistema de Processo Judicial Eletrônico;
- Diário eletrônico da 5ª Região;
- Segurança da Informação na 5ª Região;
- Implantação do Juízo Itinerante;
- Ouvidoria;
- Implantação das Novas Varas na JF5;
- Expedição, via web, de Certidão Regional Positiva /Negativa Cível, Penal, Fiscal e Eleitoral.

Tema

Acesso ao sistema de Justiça

Objetivo estratégico

Promover a efetividade no cumprimento das decisões

Descrição do objetivo

Assegurar o cumprimento das decisões emanadas da Justiça Federal a fim de garantir que os direitos reconhecidos alcancem resultados concretos.

Indicadores relacionados ao objetivo:

| Indicador | Fórmula |
|---|---|
| <ul style="list-style-type: none"> Taxa de congestionamento (execução) | $1 - \frac{\text{(processos de execução baixados do primeiro grau/casos novos exec. + pendentes exec. + exec. judiciais)}}{1^{\circ} \text{ grau}}$ |

Projetos Relacionados:

I. Projeto Nacional

- Autos Judiciais Digitais – AJD

II. Projetos Regionais

1ª Região:

- Programa de Mapeamento, Gestão e Capacitação em Competências Estratégicas;
- Programa de Intercâmbio, Fomento e Disseminação de Informações entre as Unidades da Primeira Região;
- Programa de Desenvolvimento e Preservação da Saúde Pessoal, da Saúde Organizacional e da Relação com a Sociedade e com o Meio Ambiente;
- Processo Digital da Primeira Região – e-Jur;
- Ampliação da Comunicação e da Transparência, Interna e Externa;
- Programa de Alinhamento e Integração Estratégica;
- Programa de Estruturação de Edificações da Justiça Federal da Primeira Região;
- TI Estruturada.

2ª Região:

- Grupo de Apoio a Gabinetes – GAG;
- Mutirão de Conciliação;
- Fortalecimento de Convênios e Parcerias;
- 100 % Digital.

3ª Região:

- Processo Eletrônico da 3ª Região – 1º e 2º graus (GEDPRO – Gerenciamento Eletrônico de Documentos Processuais; Execução Fiscal Virtual);
- Conciliação.

4ª Região:

- Processo Eletrônico;
- Sistema de Conciliação - SISTCON.

5ª Região:

- Sistema de Processo Judicial Eletrônico;
- Diário Eletrônico da 5ª Região;
- Segurança da Informação na 5ª Região.

Tema:

Responsabilidade Socioambiental

Objetivo estratégico:

Promover a cidadania.

Descrição do objetivo:

Promover ações sociais visando ao fortalecimento da educação e da consciência dos direitos, deveres e valores do cidadão.

Indicadores relacionados ao objetivo

| Indicador | Fórmula |
|--------------------------------|---|
| Iniciativas sociais realizadas | Total de iniciativas sociais realizadas |

Projetos Relacionados:

I. Projetos Regionais

1ª Região:

- Programa de Desenvolvimento e Preservação da Saúde Pessoal, da Saúde Organizacional e da Relação da Sociedade com o Meio Ambiente.

2ª Região:

- Acessibilidade a Portadores de Necessidades Especiais;
- Atendimento ao Cidadão;
- Cultura e Cidadania;
- JEF Itinerante;
- Perícia Itinerante;
- Conhecendo a SJRJ;
- Nossa História.

3ª Região:

- Suporte ao Trabalhador Terceirizado;
- Viver em São Paulo;
- Parceria com Entidade que Atende Crianças em Situação de Risco.

4ª Região:

- Programa Sócio-Educativo.

5ª Região:

- Implantação do Juízo Itinerante;
- Ouvidoria;
- Implantação das Novas Varas na JF5;
- Projeto de Comunicação Institucional da Justiça Federal.

Tema

Responsabilidade Socioambiental

Objetivo estratégico

Incentivar a responsabilidade socioambiental.

Descrição do objetivo

Promover ações políticas que contribuam para a educação ambiental e disseminação de práticas visando à melhoria e preservação do meio ambiente

Indicadores relacionados ao objetivo:

| Indicador | Fórmula |
|-----------------------------|--|
| Consumo de água | Varição do consumo per capita de água utilizada no período, em relação ao período anterior |
| Consumo de papel | Varição do consumo per capita de papel utilizado no período, em relação ao período anterior |
| Consumo de energia elétrica | Varição do consumo per capita de energia elétrica no período, em relação ao período anterior |

Projetos relacionados

I. Projetos Regionais

1ª Região:

- Programa de Desenvolvimento e Preservação da Saúde Pessoal, da Saúde Organizacional e da Relação da Sociedade com o Meio Ambiente.

2ª Região:

- Agenda ambiental;
- Fortalecimento de Convênios e Parcerias;
- Modernização da Estrutura de TI.

3ª Região:

- Formação de Multiplicadores para a Gestão Ambiental na Justiça Federal da 3ª Região.

4ª Região:

- Projeto ECONomizando;
- Programa de Integração e Qualidade de Vida.

Tema

Alinhamento e Integração

Objetivo estratégico

Garantir o alinhamento estratégico intra e inter-regional da Justiça Federal

Descrição do objetivo

Garantir que as estratégias dos órgãos integrantes de uma região da Justiça Federal estejam em consonância com o planejamento estratégico regional e que o mesmo esteja alinhado à estratégia nacional da Justiça Federal, observando-se as particularidades de cada região.

Indicadores relacionados ao objetivo:

| Indicador | Fórmula |
|---------------------------------|---|
| Sucesso na execução de projetos | Quantidade de projetos estratégicos e ações no prazo e com objetivos alcançados / pelo total de projetos estratégicos no plano para o período |

Projetos Relacionados:

I. Projetos Nacionais:

- Implantação do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação – PETI;
- Implantação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI;
- Política de Comunicação Institucional;
- Planejamento Estratégico da Justiça Federal – PLANEST-JF.

II. Projetos Regionais

1ª Região:

- Programa de Mapeamento, Gestão e Capacitação em Competências Estratégicas;
- Programa de Intercâmbio, Fomento e Disseminação de Informações entre as Unidades da Primeira Região;
- Programa de Desenvolvimento e Preservação da Saúde Pessoal, da Saúde Organizacional e da Relação com a Sociedade e com o Meio Ambiente;
- Ampliação da Comunicação e da Transparência, Interna e Externa;
- Programa de Alinhamento e Integração Estratégica;
- TI Estruturada.

2ª Região:

- Ouvidoria Geral;
- Portal de Informações Gerenciais;
- Curso de Aperfeiçoamento e Especialização para Magistrados;
- Programa de Aperfeiçoamento e Especialização para Servidores;
- Escritório de Projetos;
- Encontro de Juízes Federais – FOREJEF;
- Mostra de Práticas Inovadoras;
- Alinhamento Estratégico da Estrutura Organizacional.

3ª Região:

- Implementação da Gestão Estratégica na Justiça Federal da 3ª Região.

4ª Região:

- Gestão estratégica na 4ª Região.

5ª Região:

- Implantar uma Base de Educação à Distância (EaD) para a JF5;
- Projeto de Treinamento e Desenvolvimento Funcional;
- Escritório de Projetos de TI.

Tema

Alinhamento e integração

Objetivo estratégico

Fomentar a interação e a troca de experiências entre os órgãos da Justiça Federal

Descrição do objetivo

Promover a integração dos órgãos da Justiça Federal através do compartilhamento de experiências e soluções jurídicas e administrativas, de forma a permitir a replicação de ações para o aperfeiçoamento do Judiciário.

Indicadores relacionados ao objetivo

| Indicador | Fórmula |
|---|---|
| <ul style="list-style-type: none"> Índice de aproveitamento de boas práticas de gestão | $\frac{\text{Número de práticas utilizadas constantes no Jusqualitas}}{\text{Total de práticas compartilhadas no Jusqualitas}}$ |

Projetos relacionados:

I. Projetos Nacionais:

- Sistemas Integrados de Gestão da Justiça Federal – SIGJUS;
 - Sistema Nacional de Estatística da Justiça Federal – SINEJUS;
 - Sistema de Gestão Documental Digital.
 - Sistema de Gestão de Pessoas.
- Implantação do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação – PETI;
- Implantação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI;
- Política de Comunicação Institucional;
- Implantação da Melhoria de Processos de Engenharia de Software da Justiça Federal – MPESJus.

II. Projetos Regionais:

1ª Região:

- Programa de Mapeamento, Gestão e Capacitação em Competências Estratégicas;
- Programa de Intercâmbio, Fomento e Disseminação de Informações entre as Unidades da Primeira Região;
- Programa de Desenvolvimento e Preservação da Saúde Pessoal, da Saúde Organizacional e da Relação com a Sociedade e com o Meio Ambiente;
- Ampliação da Comunicação e da Transparência, Interna e Externa;
- Programa de Alinhamento e Integração Estratégica;
- TI Estruturada.

2ª Região:

- Ouvidoria Geral;
- Portal de Informações Gerenciais;
- Curso de Aperfeiçoamento e Especialização para Magistrados;
- Programa de Aperfeiçoamento e Especialização para Servidores;
- Mostra de Práticas Inovadoras.

3ª Região:

- Criação de Banco de Dados Regional para Registro e Acompanhamento das Ações Estratégicas de Cooperação Técnica;
- Implementação da Gestão Estratégica.

4ª Região:

- Gestão Estratégica na 4ª Região;
- Compartilhamento de Boas Práticas.

5ª Região:

- Implantar uma Base de Educação à Distância (EaD) para a JF5;
- Projeto de Treinamento e Desenvolvimento Funcional;
- Padronização e Integração das Soluções de Sistemas Regionais;
- Central de Serviços de TI;
- Compras Integradas;
- Otimização de Processos de TI;
- Padronização de Termos de Referência, Projetos Básicos e Editais de Licitação.

III. Projetos do Conselho da Justiça Federal

- Repositório Digital do Conselho da Justiça Federal.

Tema

Atuação institucional

Objetivo estratégico

Fortalecer e harmonizar as relações entre os Poderes e instituições.

Descrição do objetivo

Fortalecer e fomentar a integração entre os órgãos da Justiça Federal e os demais órgãos do Judiciário, do sistema de Justiça (OAB, Ministério Público, defensorias) e dos Poderes Executivo e Legislativo, bem como de entidades públicas e privadas.

Indicadores relacionados ao objetivo

| Indicador | Fórmula |
|------------------------|---|
| Parcerias estratégicas | Total de ações de cooperação técnica realizadas em parceria, com resultados |

Projetos relacionados

I. Projeto Nacional:

- Projeto de Comunicação Institucional.

II. Projetos Regionais:

1ª Região:

- Ampliação da Comunicação e da Transparência Interna e Externa.

2ª Região:

- Portal de Informações Gerenciais;
- Biblioteca Digital;
- Curso de Aperfeiçoamento e Especialização para Magistrados;
- Programa de Aperfeiçoamento e Especialização para Servidores;
- Encontro de Juízes Federais – FOREJEF;
- Fortalecimento de Convênios e Parcerias;
- Mostra de Práticas Inovadoras;
- Licitações e Contratos Ágeis.

4ª Região:

- Integração de Sistemas de Informática com outros órgãos;
- Convênios.

5ª Região:

- Padronização e Integração das Soluções de Sistemas Regionais;
- Implantação do Juízo Itinerante.

Tema

Atuação Institucional

Objetivo estratégico

Fortalecer a imagem institucional da Justiça Federal

Descrição do objetivo

Valorizar e difundir práticas que estimulem e conservem valores éticos e morais no âmbito da Justiça Federal.

Indicadores relacionados ao objetivo

| Indicador | Fórmula |
|---|--|
| Índice de matérias institucionais positivas | Matérias positivas sobre a Justiça Federal / total de matérias sobre a Justiça Federal veiculadas na mídia impressa e eletrônica |

Projetos relacionados

I. Projetos Nacionais:

- Projeto de Comunicação Institucional.

II. Projetos Regionais:

1ª Região:

- Ampliação da Comunicação e da Transparência Interna e Externa.

2ª Região:

- Encontro de Juízes Federais – FOREJEF;
- Acessibilidade a Portadores de Necessidades Especiais;
- Ouvidoria Geral;
- Atendimento ao Cidadão;
- Comunicação Institucional;
- JEF Itinerante;
- Comunicação Proativa;
- Conhecendo a SJRJ;
- Nossa História.

3ª Região:

- Projeto Imprensa.

4ª Região:

- SISTCON - Sistema de Conciliação;
- Programa de Ampliação do Acesso à Justiça;
- Projeto Visibilidade Institucional.

5ª Região:

- Diário eletrônico da 5ª Região;
- Implantação do Juízo Itinerante;
- Ouvidoria;

Tema

Atuação Institucional

Objetivo estratégico

Aperfeiçoar a comunicação institucional

Descrição do objetivo

Aprimorar a comunicação com o público externo e interno, com linguagem clara e acessível, disponibilizando com transparência informações sobre o andamento processual, metas, ações e indicadores de desempenho das atividades da Justiça Federal, tanto da esfera administrativa como da judicial.

Indicadores relacionados ao objetivo

| Indicador | Fórmula |
|---|---|
| Satisfação dos magistrados e servidores com a comunicação interna | Percentual de avaliações positivas da pesquisa de clima organizacional, nas questões relativas a comunicação interna. |

Projetos relacionados

I. Projetos Nacionais:

- Política de Comunicação Institucional.

II. Projetos Regionais:

1ª Região:

- Programa de Mapeamento, Gestão e Capacitação em Competências Estratégicas;
- Programa de Desenvolvimento e Preservação da Saúde Pessoal, da Saúde Organizacional e da Relação com a Sociedade e com o Meio Ambiente;
- Ampliação da Comunicação e da Transparência, Interna e Externa;
- Programa de Alinhamento e Integração Estratégica;
- TI Estruturada.

2ª Região:

- Acessibilidade a Portadores de Necessidades Especiais;
- Ouvidoria Geral;
- Atendimento ao Cidadão;
- Comunicação Institucional;
- Encontro de Juízes Federais – FOREJEF;
- JEF Itinerante;
- Comunicação Proativa;
- Conhecendo a SJRJ;
- Nossa História.

3ª Região:

- Projeto de “Endomarketing”.

4ª Região:

- Gestão estratégica na 4ª Região;
- Intranet Todo Dia.

5ª Região:

- Diário Eletrônico da 5ª Região;
- Implantação do Juízo Itinerante;
- Ouvidoria.

III. Projetos do Conselho da Justiça Federal:

- Repositório Digital do Conselho da Justiça Federal.

Tema

Gestão de Pessoas

Objetivo estratégico

Adequar a estrutura organizacional e de pessoal à estratégia.

Descrição do objetivo

Definir a estrutura organizacional assim como o quantitativo de pessoal necessário ao atendimento da missão e objetivos estratégicos.

Indicadores relacionados ao objetivo:

| Indicador | Fórmula |
|---|---|
| Capacitação nas competências estratégicas | Total de pessoas treinadas com pelo menos 20 horas nas competências estratégicas / total de pessoas |

Projetos relacionados:

I. Projetos Nacionais:

- Sistemas Integrados de Gestão da Justiça Federal – SIGJUS;
- Sistema Integrado de Educação à Distância.

II. Projetos Regionais:

1ª Região:

- Programa de Intercâmbio, Fomento e Disseminação de Informações entre as Unidades da Primeira Região;
- Programa de Desenvolvimento e Preservação da Saúde Pessoal, da Saúde Organizacional e da Relação com a Sociedade e com o Meio Ambiente;
- Programa de Alinhamento e Integração Estratégica;
- Programa de Estruturação de Edificações da Justiça Federal da Primeira Região;
- TI Estruturada.

2ª Região:

- Modernização da Infraestrutura;
- Ampliação de Número de Cargos Efetivos;
- Alinhamento Estratégico da Estrutura Organizacional.

3ª Região:

- Reestruturação do Gabinete da Conciliação;
- Reestruturação da Área de TI;
- Gestão por competências.

4ª Região:

- Estudo para Redistribuição da Carga de Trabalho nos Órgãos e Unidades da 4ª Região.

III. Projetos do Conselho da Justiça Federal:

- Educação Corporativa do Conselho da Justiça Federal.

Tema

Gestão de Pessoas

Objetivo estratégico

Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes dos magistrados e servidores com foco em resultados

Descrição do objetivo

Promover o desenvolvimento de conhecimento, habilidades e atitudes dos magistrados e servidores, a fim de que tenham condições de atuar para o alcance dos objetivos estratégicos.

Indicadores relacionados ao objetivo

| Indicador | Fórmula |
|---|---|
| Capacitação nas competências estratégicas | Total de pessoas treinadas com pelo menos 20 horas nas competências estratégicas / total de pessoas |

Projetos relacionados

I. Projetos Nacionais:

- Sistemas Integrados de Gestão da Justiça Federal – SIGJUS;
- Sistema Integrado de Educação à Distância.

II. Projetos Regionais

1ª Região:

- Programa de Mapeamento, Gestão e Capacitação em Competências Estratégicas;
- Programa de Intercâmbio, Fomento e Disseminação de Informações entre as Unidades da Primeira Região;
- Programa de Desenvolvimento e Preservação da Saúde Pessoal, da Saúde Organizacional e da Relação com a Sociedade e com o Meio Ambiente;
- Ampliação da Comunicação e da Transparência, Interna e Externa.

2ª Região:

- Portal de Informações Gerenciais;
- Curso de Aperfeiçoamento e Especialização para Magistrados;
- Programa de Aperfeiçoamento e Especialização para Servidores
- Programa de Desenvolvimento Gerencial;
- Escritório de Processos;
- Mostra de Práticas Inovadoras;
- Licitações e Contratos Ágeis.

3ª Região:

- Programa de Gestão por Competências;
- Disponibilização dos Conteúdos de Cursos pela Internet;
- EAD/ Sala de Aula Virtual.

4ª Região:

- Programa Currículo Permanente;
- Programa de Capacitação dos Servidores.

5ª Região:

- Implantar uma Base de Educação à Distância (EaD) para a JF5;
- Projeto de Treinamento e Desenvolvimento Funcional;

III. Projetos do Conselho da Justiça Federal:

- Educação Corporativa do Conselho da Justiça Federal.

Tema

Gestão de Pessoas

Objetivo estratégico

Fortalecer o clima organizacional e o bem estar dos magistrados e servidores

Descrição do objetivo

Gerenciar variáveis organizacionais que possibilitem manter elevado o grau de satisfação e bem-estar no trabalho dos magistrados e servidores, a fim de contribuir para a manutenção do envolvimento e comprometimento com a organização e para promover a saúde no trabalho.

Indicadores relacionados ao objetivo

| Indicador | Fórmula |
|----------------------|--|
| Clima Organizacional | Percentual de avaliações positivas nas perspectivas da pesquisa de clima organizacional. |

Projetos relacionados

I. Projetos Regionais:

1ª Região:

- Programa de Desenvolvimento e Preservação da Saúde Pessoal, da Saúde Organizacional e da Relação com a Sociedade e com o Meio Ambiente.

2ª Região:

- Acessibilidade a Portadores de Necessidades Especiais;
- Atendimento ao Cidadão;
- Modernização da Infraestrutura;
- Saúde;
- Valorização Funcional;
- Escritório de Processos;
- Escritório de Projetos;
- Comunicação Proativa;
- Melhoria da Qualidade de Vida de Magistrados e Servidores;
- Programa de Auditoria Médica e de Benefícios;
- Trabalho e Saúde.

3ª Região:

- Projeto para diminuição de Fatores de Risco em Saúde.

4ª Região:

- Programa de Integração e Qualidade de Vida.

5ª Região:

- Implantar uma Base de Educação à Distância (EaD) para a JF5;
- Projeto de Treinamento e Desenvolvimento Funcional;
- Adequação aos Ambientes de Trabalho.

II. Projetos do Conselho da Justiça Federal:

- Educação Corporativa do Conselho da Justiça Federal.

Gestão de Pessoas

Objetivo estratégico

Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da estratégia

Descrição do objetivo

Manter elevado o nível de comprometimento, motivação e identidade institucional dos magistrados e servidores para viabilizar a execução da estratégia.

Indicadores relacionados ao objetivo

| Indicador | Fórmula |
|--|---|
| Motivação dos magistrados e servidores | Percentual de avaliações positivas nas questões relativas à motivação na pesquisa de clima organizacional |

Projetos relacionados

I. Projetos Nacionais:

- Política de Comunicação Institucional;
- Planejamento Estratégico da Justiça Federal – PLANEST-JF.

II. Projetos Regionais:

1ª Região:

- Programa de Alinhamento e Integração Estratégica.

2ª Região:

- Curso de Aperfeiçoamento e Especialização para Magistrados;
- Programa de aperfeiçoamento e Especialização para Servidores.

3ª Região:

- Projeto de Especialização de Magistrados (cursos).

4ª Região:

- Compartilhamento de Boas Práticas;
- Gestão Estratégica na 4ª Região;
- Programa de Capacitação de Servidores.

5ª Região:

- Implantar uma Base de Educação à Distância (EaD) para a JF5;
- Projeto de Treinamento e Desenvolvimento Funcional;
- Adequação aos Ambientes de Trabalho;
- Projeto de Comunicação Institucional da Justiça Federal.

III. Projetos do Conselho da Justiça Federal:

- Educação Corporativa do Conselho da Justiça Federal.

Tema

Infraestrutura e Tecnologia

Objetivo estratégico

Promover a integração e a permanente atuação dos sistemas informatizados da Justiça Federal

Descrição do objetivo

Possibilitar a modernização das ações administrativas e judiciárias com soluções automatizadas, desenvolvidas e aperfeiçoadas a partir do intercâmbio entre os órgãos da Justiça Federal

Indicadores relacionados ao objetivo

| Indicador | Fórmula |
|----------------------------------|---|
| Demandas evolutivas dos sistemas | Somatório (de demandas evolutivas do sistema atendidas / total de demandas evolutivas solicitadas) / total de sistemas. |

Projetos relacionados

I. Projetos Nacionais:

- Sistemas Integrados de Gestão da Justiça Federal – SIGJUS;
 - Sistema de Gestão Documental Digital;
 - Sistema de Gestão de Pessoas;
- Implantação do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação – PETI;
- Implantação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI;
- Autos Judiciais Digitais – AJD.

II. Projetos Regionais:

1ª Região:

- Programa de Alinhamento e Integração Estratégica;
- Programa de Intercâmbio, Fomento e Disseminação de Informações entre as Unidades da Primeira Região;
- TI Estruturada;
- Processo Digital da Primeira Região – E-jur.

2ª Região:

- Escritório de Projetos;
- Justiça 100% Digital;
- Administração digital.

3ª Região:

- Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação;
- Plano Diretor de Tecnologia da Informação;
- Portal de Estatística;
- Processo Eletrônico Processo Eletrônico da 3ª Região – 1º e 2º graus;
- Numeração Única Processual na 3ª Região – 1º e 2º graus.

4ª Região:

- Processo Eletrônico;
- Sistema de priorização de demandas de TI.

5ª Região:

- Sistema de Processo Judicial Eletrônico;
- Padronização e Integração das Soluções de Sistemas Regionais;
- Central de Serviços de TI;
- Atualização de Parque Tecnológico;
- Escritório de Projetos de TI;
- Otimização de Processos de TI.

Tema

Infraestrutura e Tecnologia

Objetivo estratégico

Garantir a infraestrutura física e tecnológica suficiente à execução das atividades administrativas e judiciais.

Descrição do objetivo

Prover os recursos materiais e tecnológicos (instalações, mobiliários, equipamentos de informática) suficientes que permitam o bom desempenho das atividades dos magistrados e servidores.

Indicadores relacionados ao objetivo

| Indicador | Fórmula |
|-------------------------------------|----------------------------------|
| Aderência aos padrões mínimos de TI | Itens atendidos / total de itens |

Projetos relacionados

I. Projetos Nacionais:

- Implantação do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação – PETI;
- Implantação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI;
- Sistemas Integrados de Gestão Administrativa da Justiça Federal – SIGJUS;
 - Rede de Comunicação de Dados da Justiça Federal;
 - Gestão de Identidades e Acesso da Justiça Federal;
 - Centro de Processamento de Dados da Justiça Federal – DATACENTER;
- Implantação da Melhoria de Processos de Engenharia de Software da Justiça Federal – MPESJus.

II. Projetos Regionais:

1ª Região:

- TI Estruturada;
- Programa de Estruturação de Edificações da Justiça Federal da Primeira Região.

2ª Região:

- Acessibilidade a Portadores de Necessidades Especiais;
- Modernização da Infraestrutura.

3ª Região:

- Projeto de Segurança;
- Plano Diretor de Tecnologia da Informação;
- Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação;
- Atualização Tecnológica de *Hardware*;
- Adaptação dos Prédios às Normas de Acessibilidade;
- Aquisição, Construção ou Reforma de Prédios.

4ª Região:

- Sistema de Priorização de Demandas de TI.

5ª Região:

- Padronização e Integração das Soluções de Sistemas Regionais;
- Segurança da Informação na 5ª Região;
- Central de Serviços de TI;
- Atualização do Parque Tecnológico;
- Escritório de Projetos de TI;
- Adequação dos Ambientes de Trabalho;
- Data Center Seguro (infraestrutura de alta disponibilidade).

Tema

Infraestrutura e Tecnologia

Objetivo estratégico

Garantir o acesso e funcionamento de sistemas essenciais de tecnologia da informação.

Descrição do objetivo

Estruturar a tecnologia da informação e o seu gerenciamento de forma a garantir o desenvolvimento, aperfeiçoamento e disponibilidade dos sistemas essenciais à execução das atividades administrativas e judiciárias.

Indicadores relacionados ao objetivo

| Indicador | Fórmula |
|-----------------------------|---|
| Disponibilidade de serviços | Tempo de disponibilidade de serviços / tempo total do período |

Projetos relacionados

I. Projetos Nacionais:

- Implantação do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação – PETI;
- Implantação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI;
- Sistemas Integrados de Gestão Administrativa da Justiça Federal – SIGJUS;
 - Rede de Comunicação de Dados da Justiça Federal;
 - Gestão de Identidades e Acesso da Justiça Federal;
 - Centro de Processamento de Dados da Justiça Federal – DATACENTER;
- Implantação da Melhoria de Processos de Engenharia de Software da Justiça Federal – MPESJus.

II. Projetos Regionais:

1ª Região:

- TI Estruturada.

2ª Região:

- Biblioteca Digital;
- Modernização da Estrutura de TI.

3ª Região:

- Modernização Tecnológica da Administração de Redes.

4ª Região:

- Sistema de Priorização de Demandas de TI.

5ª Região:

- Padronização e Integração das Soluções de Sistemas Regionais;
- Segurança da Informação na 5ª Região;
- Central de Serviços de TI;
- Otimização dos Processos de TI;
- Datacenter Seguro (infraestrutura de alta disponibilidade).

Tema

Orçamento

Objetivo estratégico

Assegurar recursos orçamentários e priorizar a sua execução na estratégia.

Descrição do objetivo

Garantir os recursos orçamentários para o adequado funcionamento da Justiça Federal, alinhando o planejamento orçamentário ao planejamento estratégico. Priorizar a aplicação dos recursos orçamentários ao cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas no cronograma de execução do planejamento estratégico da Justiça Federal.

Indicadores relacionados ao objetivo

| Indicador | Fórmula |
|-----------------------------------|--|
| Orçamento estratégico | Valor disponibilizado para as iniciativas estratégicas / orçamento total |
| Execução do orçamento estratégico | Valor executado dos projetos estratégicos / valor disponibilizado para os projetos estratégicos. |

Projetos relacionados

I. Projetos Regionais:

2ª Região:

- Sistema de Cotas Orçamentárias;
- Escritório de Projetos.

3ª Região:

- Metodologia para o processo de planejamento plurianual e proposta orçamentária;
- Racionalização do uso de recursos (controlando por centro de custos).

4ª Região:

- Orçamento Estratégico.

5ª Região:

- Sistema de planejamento da execução orçamentária da Justiça Federal da 5ª Região.

ANEXO 2 - FICHA DOS PROJETOS NACIONAIS

NOME DO PROJETO

Sistemas Integrados de Gestão da Justiça Federal – SIGJUS

1 ESCOPO DO PROJETO

Apresentar e implementar a gestão da qualidade com base no conhecimento da gestão por processos, de modo a dar sustentação aos recursos tecnológicos da Justiça Federal e a subsidiar o desenvolvimento, implantação e integração de *softwares*. Identificar deficiências atuais e estabelecer os mecanismos adequados para a busca da eficiência e eficácia do planejamento, execução e controle da atividade administrativa, visando à melhoria constante dos processos de trabalho e dos sistemas informatizados, no âmbito da Justiça Federal de 1º e 2º Graus.

Possibilitar a modernização das ações administrativas, com a implantação de soluções automatizadas que permitam a transparência dos atos e acesso irrestrito às informações gerenciais por parte dos gestores competentes e da sociedade em geral.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta os seguintes temas:

- Eficiência operacional;
- Alinhamento e integração.

3 CLIENTES

Os interessados no projeto são o Conselho da Justiça Federal e as unidades administrativas da Justiça Federal de 1ª e 2º Graus.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

As ações da área tecnológica no âmbito da Justiça Federal, desde a criação do CJF, pela Constituição de 1988, mostraram-se descentralizadas e comandadas separadamente, pelos cinco tribunais regionais federais e pelo CJF. Tal fato resultou na debilitação das áreas de tecnologia, que se limitaram aos procedimentos internos e à rotina dos órgãos.

A função de um órgão de coordenação central é importante por reunir informações privilegiadas, atualizadas e precisas acerca da realidade tecnológica dos órgãos setoriais e seccionais e possibilitar a identificação das deficiências existentes no que tange ao planejamento e execução das ações e aos critérios para alocação de recursos. Porém, apesar dos esforços, isso não se concretizou efetivamente.

O planejamento adotado, no qual as ações de investimento e aquisições foram tomadas de forma isolada, sem a unificação das informações tecnológicas, não permitiram

a concentração de recursos e esforços que seriam necessários à destinação do orçamento para o atendimento das prioridades comuns de interesse da Justiça Federal.

Busca-se a formulação de políticas, diretrizes, metodologias comuns, de modo a permitir que a Justiça Federal, como um todo, seja beneficiada e, por conseguinte, torne-se mais eficiente na prestação jurisdicional.

O estabelecimento de metas tecnológicas a serem observadas por todas as unidades da Justiça Federal, em um planejamento de médio e longo prazo, possibilitará a obtenção dos resultados de forma satisfatória.

A Justiça Federal é composta por realidades diversas. É fato a inexistência de uniformidade procedimental entre as Regiões. Em alguns casos não existe uniformidade nem mesmo entre Seções Judiciárias de uma mesma Região. Tais diferenças se verificam em inúmeros aspectos: a começar pelos equipamentos, bancos de dados e todo ambiente tecnológico. Os *softwares* demonstram disparidades em termos de atendimento ao usuário quando comparados aos mesmos existentes entre os diversos órgãos.

Cada um dos órgãos da Justiça Federal tem buscado o atendimento de suas necessidades institucionais de forma isolada, em prejuízo de uma gestão equânime dos recursos orçamentários.

No âmbito da Justiça Federal, pode-se verificar a ocorrência de gastos direcionados ao desenvolvimento dos mesmos sistemas informatizados ou a sistemas de mesmas funcionalidades, concomitantemente.

Em vez de contratar várias vezes um mesmo objeto, como tem ocorrido, o ideal seria a adoção de soluções únicas para a Justiça Federal como um todo, tendo em vista uma economia de escala e a otimização da força de trabalho e dos recursos orçamentários.

Há, ainda, um subaproveitamento dos recursos humanos disponíveis, vez que, em muitos casos, profissionais pertencentes ao quadro efetivo dos órgãos e empregados terceirizados alocados acabam por exercer, de forma repetida, as mesmas tarefas. A soma das forças, se utilizada em demandas de interesse comum, permitiria um avanço significativo rumo à consecução dos objetivos da área de tecnologia.

O acesso às informações muitas vezes se restringe ao profissional que delas fazem uso, o qual nem sempre integra o quadro efetivo do órgão, correndo-se o risco de perdê-las quando utilizadas por profissionais terceirizados e não compartilhadas quando findo o contrato, não agregando nada para a instituição.

O Conselho da Justiça Federal, apesar de órgão central, não dispõe de meios de acesso às informações dos demais órgãos da Justiça Federal. Mais: dentro dos próprios tribunais, é comum a apresentação de relatórios por escrito contendo dados solicitados não disponíveis em um sistema informatizado. Tais fatos culminam em entraves no desempenho da gestão pública, comprometendo todo o processo decisório dos órgãos e gestores competentes.

Sistema de Gestão de Pessoas

1 ESCOPO DO PROJETO

Implantação de solução integrada e centralizada de gestão de pessoas para a Justiça Federal.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta os seguintes temas:

- Eficiência operacional;
- Alinhamento e integração;
- Gestão de pessoas.

3 CLIENTES

Justiça Federal

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

A Justiça Federal atualmente conta com cerca de 35 mil pessoas, entre magistrados, servidores, aposentados, pensionistas, estagiários e terceirizados, com estimativa de crescimento vegetativo à taxa de até 3% ao ano.

Essas pessoas encontram-se localizadas em Brasília-DF e em todas as capitais e principais cidades dos estados brasileiros onde estão instalados os Tribunais Regionais Federais, Seções Judiciárias, Subseções Judiciárias e Varas da Justiça Federal.

A folha de pagamento é processada para cerca de 35 mil pessoas vinculadas à Justiça Federal, entre magistrado e servidores ativos (aproximadamente 27 mil pessoas), magistrados e servidores aposentados (aproximadamente 3 mil pessoas) e cerca de 700 instituidores de pensão civil. O quadro de estagiários está dimensionado em cerca de 6 mil vagas. O quadro de terceirizados está dimensionado em cerca de 9 mil vagas.

O Conselho da Justiça Federal, os Tribunais Regionais Federais e as Seções Judiciárias, de forma descentralizada, são responsáveis pela gestão e desenvolvimento de pessoas.

Os atuais sistemas de Recursos Humanos não mais atendem às necessidades da Justiça Federal em termos das modernas técnicas de gestão de pessoas e de desenvolvimento profissional, motivação principal da presente contratação. São diversos sistemas corporativos e auxiliares, inclusive departamentais, instalados nos órgãos da Justiça Federal para apoiar os mesmos processos referentes à gestão de pessoas, de forma não integrada e utilizando tecnologias defasadas.

Essa situação não atende à Resolução CJF n. 462, de 17 de agosto de 2005, que determina, num primeiro momento, a centralização das folhas de pagamento com a implantação nos Tribunais Regionais Federais de sistema unificado de gestão de Recursos Humanos e, num segundo momento, a unificação total dos sistemas e centralização no Conselho da Justiça Federal.

Para suprir as deficiências apontadas, e seguindo a tendência das grandes corporações mundiais, com vistas à otimização de recursos, padronização e celeridade dos processos, redução de custos, uma melhor visão gerencial e maior controle, a Justiça Federal necessita unificar e centralizar os seus sistemas de gestão de pessoas.

A gestão de pessoas é apresentada pela atual administração do CJF como foco principal da necessidade de uma solução que seja implantada mais rapidamente, considerando o tempo que seria necessário para o desenvolvimento de um sistema próprio.

Dessa forma, este projeto prevê que a Justiça Federal inicialmente adquira o Sistema de Gestão de pessoas para ser utilizado por todos os órgãos e, a partir dele as demais soluções sejam tratadas pontualmente.

Prevê-se, ainda a contratação de todo o instrumento de serviços para a implantação dos sistemas de todos os órgãos de Justiça Federal, para migração de dados e manutenção do sistema.

Projeto vinculado ao Projeto SIGJUS.

Sistema de Gestão Documental Digital

1 ESCOPO DO PROJETO

Implantação do sistema de gestão documental digital que trata da criação, movimentação e guarda de documentos eletrônicos para a Justiça Federal.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta os seguintes temas:

- Eficiência operacional;
- Alinhamento e integração;
- Gestão de pessoas.

3 CLIENTES

Justiça Federal

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

Tendo em vista a missão do Conselho de Integrar os diversos órgãos da Justiça Federal no que diz respeito aos assuntos administrativos promovendo a transparência dos atos e a tramitação de documentos entre os órgãos, torna-se necessária a implantação de uma solução única.

Por questões de modernização, considerando aspectos como a celeridade, a economicidade, a otimização do espaço físico e, mais a preservação ambiental, tem-se em vista a eliminação do processo administrativo físico, em papel. A gestão documental, e com ela o processo digital ou eletrônico, representam sistemas de fundamental importância e, em funcionamento com o sistema de gestão de pessoas, constituem os dois elementos primordiais para dar início à informatização da gestão administrativa.

Após estudos das áreas competentes, constatou-se que três dos sistemas atualmente em uso na Justiça Federal seriam, em primeira análise, passíveis de aproveitamento na instauração do Processo Eletrônico em âmbito nacional: o sistema *Fluxus*, utilizado pela 5ª Região, o *GDOC*, pela 4ª Região, e o *SIGA*, utilizado pela 2ª Região.

Após avaliação da funcionalidade de cada um destes sistemas, verificou-se que o *Fluxus* (5ª Região) apresenta melhor estrutura, tendo condições de ser utilizado de imediato. No entanto, o assunto ainda carece de análise mais profunda.

A aquisição de um sistema completamente novo representa alternativa à parte, e para tanto faz-se necessária uma análise de custo e de outros benefícios.

Projeto vinculado ao Projeto SIGJUS.

Política de Comunicação da Justiça Federal

1 ESCOPO DO PROJETO

O projeto pretende elaborar e implantar a Política de Comunicação Social da Justiça Federal e estabelecer o Plano de Comunicação da Justiça Federal, a partir da capacitação dos profissionais de comunicação e multiplicadores da instituição (CJF e TRFs). A política de comunicação estabelece mecanismos uniformes e efetivos de transmissão de informação baseados numa perspectiva estratégica de comunicação pública integrada no âmbito do CJF e da Justiça Federal.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta os seguintes temas:

- Atuação institucional;
- Alinhamento e integração;
- Gestão de pessoas.

3 CLIENTES

Profissionais de comunicação do CJF, dos TRFs e das SJs, e multiplicadores.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

O reconhecimento do caráter estratégico da comunicação no Mapa Estratégico da Justiça Federal torna imperativa a implantação de uma política de comunicação na instituição. Consideramos que o êxito e a credibilidade institucional exigem que todos os gerentes e servidores tenham um elevado grau de compreensão sobre a importância de incorporar a comunicação ao planejamento estratégico, não como uma atividade secundária, mas como uma política essencial ao bom desempenho da instituição.

O relatório da primeira etapa do projeto Mapeamento dos Processos de Trabalho do Conselho, realizado em 2008, mostrou que 68% dos entrevistados consideram que existem dificuldades relevantes relacionadas à comunicação institucional, bem como à comunicação com a Justiça Federal. Associado a esse dado, o CJF tem como prioridade dois projetos que se integram diretamente à necessidade de implantação de uma política de comunicação e que se beneficiariam com a existência dela: os Sistemas Integrados de Gestão da Justiça Federal (SIGJUS) e o próprio planejamento estratégico da Justiça Federal.

Estabelecer uma política de comunicação na esfera estatal exige a adoção do conceito de comunicação pública, a qual inclui em suas práticas o interesse coletivo, dentro

de uma perspectiva cidadã da comunicação. O conceito empregado incorpora todas as práticas comunicativas, promocionais e de relações públicas. Por meio da política de comunicação, a Justiça Federal pretende transmitir valores como credibilidade, ética, transparência, acessibilidade, seriedade, realização da justiça social, foco no interesse público, preocupação com o bem-estar do cidadão e rigor no cumprimento de suas atribuições.

Além da vertente voltada para o cidadão e a sociedade em geral, a política de comunicação deve abranger a vertente da comunicação interna. A comunicação interna é importante numa organização em primeiro lugar porque os empregados são parceiros e, quanto melhor informados estiverem, mais envolvidos estarão com a instituição, sua missão e seus valores. Em segundo lugar, os servidores são os melhores “porta-vozes” da instituição em que trabalham. Sua opinião sobre a organização vale muito para quem está de fora. Servidores descontentes, e mal informados geram prejuízos imensos às instituições porque podem expressar os valores positivos ou negativos da cultura organizacional. Por fim, a comunicação interna tem uma função importante no sentido de fazer circular as informações novas, promover o debate e a interação entre os vários segmentos da organização e, sobretudo, capacitar os servidores para os novos desafios.

NOME DO PROJETO

Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação - PETI

1 ESCOPO DO PROJETO

Elaborar o planejamento estratégico de tecnologia da informação, alinhado ao Planejamento Estratégico da Justiça Federal e ao Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação do Conselho Nacional de Justiça, aprovado pelo CNJ.

O PETI da Justiça Federal será elaborado em conjunto com os componentes do Comitê Técnico de Planejamento Estratégico da Justiça Federal e com os gestores das unidades de tecnologia da informação da Justiça Federal.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta os seguintes temas:

- Alinhamento e integração;
- Eficiência operacional;
- Infraestrutura e tecnologia.

3 CLIENTES

Todas as áreas de TI da JF.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

Recomendação do TCU no Acórdão nº 1603/2008.

Implantação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação- PDTI.

1 ESCOPO DO PROJETO

O projeto irá implementar os requisitos necessários para a gestão de TI na Justiça Federal, com o objetivo de entregar os seguintes produtos ou serviços:

- Capacitação no processo de elaboração e gestão do Plano Diretor de TI;
- Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI;
- Processos de Tecnologia da Informação mapeados.

Tais produtos envolverão, na Justiça Federal, o nivelamento de conhecimentos, análise da situação atual dos recursos da área de tecnologia da informação, desenho de cenários futuros e planos de ação contendo as orientações e recomendações necessárias para o alcance da situação desejada.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta os seguintes temas:

- Alinhamento e integração;
- Eficiência operacional;
- Infraestrutura e Tecnologia.

3 CLIENTES

SDI – Secretaria de Desenvolvimento institucional
STI – Secretaria de Tecnologia da Informação
SIJUS - Sistema de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) da Justiça Federal

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

O Tribunal de Contas da União realizou uma ampla auditoria acerca da governança de TI no âmbito da Administração Pública Federal, que resultou no Acórdão nº 1603/2008 Plenário. O Acórdão apresenta recomendações respaldadas pelo modelo de gestão COBIT 4.0 (Control Objectives for Information and Related Technologies), dentre as quais: garantir o alinhamento das ações aos objetivos institucionais, proteger informações críticas e promover a correta aplicação dos recursos empregados.

Em consequência do referido Acórdão, foi publicada a Instrução Normativa nº 4, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, em comum acordo com a Secretaria de Fiscalização de tecnologia da informação do TCU, que dispõe sobre a necessidade de que o processo de contratação de serviços de Tecnologia da Informação seja precedido de planejamento elaborado em consonância com o PDTI.

O Conselho Nacional de Justiça, com o intuito de promover ações para a melhoria da gestão dos níveis de serviço de tecnologia da informação e comunicações – TIC no Judiciário, determinou no parágrafo único, art. 11º, Capítulo V “Gestão de TIC”, da resolução nº 90 de 29 de setembro de 2009:

“Art. 11. O Tribunal deve elaborar e manter um Planejamento Estratégico de TIC - PETI, alinhado às diretrizes estratégicas institucionais e nacionais.

Parágrafo único. Deverá ser elaborado, com base no PETI, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTI).”

A Justiça Federal, empenhada em adotar modelos de gestão que propiciem o atendimento das demandas da sociedade e atenta às recomendações propostas pelo Conselho Nacional de Justiça, aprovou o Mapa Estratégico e vem desenvolvendo ações que possibilitem o alcance de sua visão de futuro: “Atuar com excelência no aprimoramento da Justiça Federal.”

Assim, fica evidenciada a necessidade de desenvolver um projeto para a elaboração dos Planos Estratégico e Diretor de TI (PETI e PDTI) que direcione as estratégias das áreas de TI da Justiça Federal.

Instalação de Varas Federais

1 ESCOPO DO PROJETO

O presente projeto trata da coordenação do Conselho da Justiça Federal na instalação progressiva das 230 Varas Federais na Justiça Federal.

A partir dos critérios para localização, estabelecidos na Lei nº 12011, de 4 de agosto de 2009 e na Resolução nº 297, do Conselho da Justiça Federal, de 23 de dezembro de 2002, a Comissão criada por meio da Portaria nº 090, de 09 de dezembro de 2009, da Presidência do CJF, procederá a estudos sobre a localização das 230 varas federais, o qual será submetido ao Plenário do Conselho da Justiça Federal para a efetivação das localizações.

Após, este Órgão acompanhará a sua instalação, observando as necessidades de funcionamento relativas a estrutura, infra-estrutura física e tecnológica, orçamento e desenvolvimento profissional.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta o seguinte tema:

- Eficiência operacional;

3 CLIENTES

Justiça Federal.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

O acúmulo de processos em varas localizadas em municípios do interior ocasiona a sobrecarga de trabalho aos magistrados e servidores e impõem prazos cada vez mais extensos de julgamento.

Além disso, a Justiça deve atender a todos os cidadãos, independentemente da sua localidade.

Para reverter esta situação, é importante o redimensionamento da atual estrutura da Justiça Federal visando à democratização da prestação jurisdicional e a agilização do trâmite judicial.

É com esta finalidade que foram criadas novas varas da Justiça Federal, e para a sua instalação, foram definidos critérios, considerando as necessidades básicas de funcionamento.

O presente projeto, coordenado pelo Conselho da Justiça Federal, visa garantir que os critérios definidos para a instalação de varas sejam atendidos, e com isso,



promover o adequado atendimento à crescente demanda da sociedade, cada vez mais consciente dos seus direitos e sedenta por justiça.

Autos Judiciais Digitais

1 ESCOPO DO PROJETO

Definir estratégias que possibilitem a todos os TRFs digitalizar todos os novos processos até 02/01/2010.

Não fazem parte do escopo do projeto a digitalização de processo físicos legados, a digitalização dos novos processos das subseções judiciárias da primeira região e a digitalização dos processos de natureza criminal.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta o seguinte tema:

- Eficiência operacional.

3 CLIENTES

Justiça Federal.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

O fortalecimento da Justiça Federal passa pela garantia da prestação jurisdicional em tempo adequado.

O investimento na virtualização dos processos judiciais é um compromisso com a sociedade brasileira, na busca da modernização, da rapidez de procedimentos e da eficiência.

Diante da necessidade de atendimento mais célere às demandas da sociedade, a Justiça Federal mobilizou-se para buscar soluções para a digitalização de todos os novos processos até o dia 2 de janeiro de 2010.

O desafio foi aceito por todos os TRFs, porém com utilização de estratégias diferenciadas, escolhidas em função da fase em que se encontram e da necessidade de expansão do projeto às Seccionais.

Independentemente das estratégias adotadas, o trabalho será coordenado e acompanhado pelo Conselho da Justiça Federal.

NOME DO PROJETO

Sistema Nacional de Estatística da Justiça Federal - SINEJUS

1 ESCOPO DO PROJETO

O projeto tem por objetivo gerar, uniformizar e centralizar conjuntos de dados e informações estatísticas da Justiça Federal para auxiliar varas federais, tribunais e operadores do direito no processo de tomada de decisão e servir de ferramenta de gestão da administração judiciária para aprimoramento dos mecanismos que permitam ao jurisdicionado uma justiça mais célere.

A implantação do SINEJUS fornecerá informações aos gestores da Justiça Federal para solucionar problemas de natureza gerencial e estrutural das instituições. A inexistência de dados organizados, uniformizados e centralizados dificultam os trabalhos de todos os órgãos da Justiça Federal.

O SINEJUS possibilitará o desenvolvimento e a gestão de informações estratégicas de interesse da Justiça e a preservação das séries históricas existentes.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta os seguintes temas:

- Eficiência operacional;
- Alinhamento e integração;
- Atuação Institucional.

3 CLIENTES

Servidores das unidades de estatística da Justiça Federal; Corregedorias dos TRFs; dirigentes das instituições da Justiça Federal; cidadão.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

No Brasil, a Justiça é considerada lenta e pouco confiável. Essa imagem aumenta o “custo Brasil”, corrói a credibilidade da instituição, levando a sistemas paralelos de justiça. A recente reforma do judiciário criou um conjunto de medidas visando agilizar a tramitação de processos e ampliar o acesso à Justiça.

O SINEJUS será instrumento de democratização das informações sobre o Poder Judiciário e possibilitará a mensuração do alcance desses ideais de acesso à Justiça.

O SINEJUS é um sistema que contribuirá para a transparência e a compreensão das ações da Justiça.

Projeto vinculado ao Projeto SIGJUS.

NOME DO PROJETO:

Rede de Comunicação de Dados da Justiça Federal.

1 ESCOPO DO PROJETO

Consolidar a integração e o fluxo de dados entre os órgãos da Justiça Federal. Viabilizar a utilização dos sistemas nacionais centralizados. Proporcionar economia de escala na utilização dos recursos disponíveis. Fornecer maior segurança, customização, disponibilidade e continuidade de serviço. Proporcionar economia, redundância, facilidade de comunicação e independência à Justiça Federal no tráfego para a Internet.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta os seguintes temas:

- Eficiência operacional;
- Infraestrutura e tecnologia.

3 CLIENTES

Toda a comunidade da Justiça Federal

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

Atualmente há diversos contratos referentes a serviço de comunicação de dados na Justiça Federal, porém estes serviços atendem somente a respectiva Região, ou seja, não há integração entre as redes de comunicação de dados, além do que cada rede atual utiliza uma determinada tecnologia.

A adoção de uma solução integrada permitirá uma aplicação mais eficiente dos recursos empregados, um acesso mais seguro e de melhor performance às aplicações unificadas, bem com a padronização/unificação da plataforma tecnológica, que vai ao encontro das metas de integração da Justiça Federal, contribuindo para a melhoria da prestação jurisdicional da JF.

Nesse contexto, o CJF deseja contratar serviços de Rede Wan para interligação das unidades da Justiça Federal distribuídas no território nacional. O objetivo da contratação é a disponibilização de uma Rede Corporativa de Longa Distância para toda a Justiça Federal, que seja adequada para suportar o tráfego de dados das aplicações, bem como para o tráfego de voz sobre IP (VoIP) e videoconferência entre as localidades. A rede deverá ser flexível e escalável, permitindo a acomodação do tráfego de acordo com as necessidades da Justiça Federal.

A contratação desta rede integrada garantirá serviços de melhor qualidade, mais recursos e menores custos que os serviços contratados atualmente, além de prover a infraestrutura necessária para suportar futuras implementações, como por exemplo o Processo Eletrônico e o Sistema Unificado de Gestão de Pessoas.

Para garantia dos principais requisitos (segurança, disponibilidade e desempenho) de um sistema de comunicação, serão estabelecidos critérios (Acordo de Nível de Serviços) capazes de estabelecer níveis de serviços satisfatórios para o funcionamento da Rede, considerados essenciais para a Justiça Federal.

Este projeto vai ao encontro das metas de integração da Justiça Federal.

Projeto vinculado ao Projeto SIGJUS.

NOME DO PROJETO

DataCenter (Centro de Processamento de Dados) da Justiça Federal

1 ESCOPO DO PROJETO

Disponibilização de serviços centralizados de infraestrutura computacional e de internet, com soluções de alta disponibilidade, englobando *hardware*, *software*, circuitos de comunicação e suporte operacional, visando atender todas as soluções tecnológicas compartilhadas da Justiça Federal.

2. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta os seguintes temas:

- Eficiência operacional;
- Infraestrutura e tecnologia.

3 CLIENTES

Toda a comunidade da Justiça Federal.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

Tendo em vista a tendência da centralização/unificação das soluções tecnológicas nacionais, faz-se necessária a disponibilização de serviços de infraestrutura computacional num único centro de processamento de dados (DATACENTER).

Os serviços de Datacenter devem atender a um conjunto mínimo de boas práticas, de normas e de padrões que assegurem a disponibilidade, a continuidade de operações e a segurança das informações, estas patrimônio indispensável para o negócio da Justiça Federal.

Este projeto vai ao encontro das metas de integração da Justiça Federal.

Projeto vinculado ao Projeto SIGJUS.

NOME DO PROJETO

Implantação da Melhoria dos Processos de Engenharia de Software da Justiça Federal - MPES-Jus

1 ESCOPO DO PROJETO

O projeto consiste em definir, regulamentar e implantar os processos de engenharia de *software* da Justiça Federal, bem como, definir, adquirir ou implementar e implantar os *softwares* que irão apoiar esses processos.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta os seguintes objetivos estratégicos:

- Eficiência operacional;
- Alinhamento e integração;
- Infraestrutura e tecnologia.

3 CLIENTES

Áreas de engenharia de *software* da Justiça Federal.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

Um dos grandes desafios da área de TI do Conselho da Justiça Federal – CJF atualmente é atender à crescente demanda de seus clientes por novos serviços e produtos e por aumento na qualidade dos serviços já prestados e produtos implantados, cada vez mais em âmbito nacional. Nenhum novo serviço ou produto é fornecido apenas para o CJF, mas sempre para toda a Justiça Federal.

Uma vez que as necessidades são crescentes e os recursos limitados, a colaboração entre as áreas de TI de toda a Justiça Federal tem de ser efetiva, com uma gestão rigorosa e constante, para se garantir os resultados esperados.

Para dar conta das exigentes demandas é necessário alterar métodos e processos internos. A robustez dos ambientes e *softwares* que se pretende reflete o novo paradigma de gestão de TI aplicado à Justiça Federal, no qual cada atividade é acompanhada até a sua conclusão, com participação de todos os interessados em âmbito nacional, da área técnica e de negócio.

Em especial, a engenharia de *software* na Justiça Federal, foco deste projeto, precisa ser baseada em metodologias e processos bem definidos, padronizados e muito bem controlados.

Atualmente há uma baixíssima racionalização dos recursos humanos capacitados em engenharia de *software* na Justiça Federal, que realizam inegavelmente as mesmas

atividades isoladamente, no mínimo, seis vezes, para o CJF e para os cinco tribunais regionais federais – TRFs, e, em algumas Regiões, também para as Seccionais.

Diante do exposto, para garantir as missões da Justiça Federal e do Conselho da Justiça Federal, os diversos projetos nacionais em fase de execução ou sustentação e racionalização dos recursos humanos, materiais e financeiros, é imprescindível repensar, em conjunto e com urgência, a engenharia de software da Justiça Federal.

NOME DO PROJETO

Gestão de Identidades e Acesso da Justiça Federal

1 ESCOPO DO PROJETO

Implementação de solução de Gerenciamento de Identidade e Acesso e sua integração ao módulo SGP- Sistema de Gestão de Pessoas do SIGJUS – Sistemas Integrados de Gestão da Justiça Federal.

Considerando as novas demandas relativas aos sistemas de âmbito nacional: integração de sistemas de todos os órgãos da Justiça Federal e dos projetos de desenvolvimento e implantação de Sistemas de Gestão Unificada de âmbito nacional cuja efetividade e segurança demanda a utilização de controle centralizado de identidade e acesso, com vistas a uma maior racionalização de recursos computacionais, de serviços de terceiros e de tempo. Possibilitará também a atribuição correta do exercício da responsabilidade sobre a aprovação ou não de permissões de acesso a recursos.

Deverá prover:

Repositório Central de Identidades e Recursos;

Serviço de Autenticação e Acesso a Recursos;

Auditoria de acesso e autenticação centralizada;

Autoserviço;

Workflow de aprovação de acesso a recursos;

Provisionamento e de-provisionamento automático;

Single-Sign-On (Senha única para acesso a recursos);

Sincronização com diretórios locais;

Serviços de autenticação e acesso para todas as aplicações da Justiça Federal (dependente de customização para cada aplicação).

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta os seguintes objetivos estratégicos:

- Eficiência operacional;
- Infraestrutura tecnologia.

3 CLIENTES

Provedor primário de informações:

SGP – Identidades;

Gestores de Sistemas – regras de acesso e autenticação e definição de *workflow*;

Pessoal de infraestrutura e administração de diretórios – estrutura dos diretórios;

Desenvolvedores/integradores de aplicações – regras de autenticação, aplicações de tecnologia, alterações necessárias para integração das aplicações;

Pessoas/Unidades Impactadas :

Todos os usuários de recursos computacionais e sistemas nacionais;

Pode ser estendido a todos os usuários de serviços da Justiça Federal, inclusive aos da área judicial.

4. JUSTIFICATIVA DO PROJETO:

O Projeto Gestão de Identidades e Acesso da Justiça Federal visa aproveitar a oportunidade surgida com a implantação do SIGJUS, e principalmente com a implantação do SGP de oferecer para toda a Justiça Federal um repositório central de identidades, proporcionando a gestão unificada e centralizada das identidades e recursos, do acesso aos recursos, proporcionando um serviço de autenticação e acesso centralizado, com auditoria centralizada e serviços de autoprovisionamento, autosserviço.

A responsabilidade da aprovação de acessos a recursos e sistemas ficará perfeitamente definida e exercida pelas pessoas competentes através de workflows de aprovação.

A implantação do IDM possibilitará a eliminação de usuários duplicados, e que inativos e desligados permaneçam com acesso aos recursos de TI.

Servirá como base para todos os projetos estratégicos de TI dependentes de identidades confiáveis.

Projeto vinculado ao Projeto SIGJUS.

NOME DO PROJETO

Planejamento Estratégico na Justiça Federal – PLANEST JF

1 ESCOPO DO PROJETO

O planejamento estratégico é uma ferramenta de gestão, que permite às organizações o aprimoramento do processo decisório, por meio da seleção dos meios necessários ao alcance do melhor desempenho, no ambiente em que estão inseridas.

Cientes disso, os órgãos da Justiça Federal, antecipando-se a proposta apresentada pelo Conselho Nacional de Justiça no segundo semestre de 2008, já vêm trilhando o caminho da gestão estratégica desde 2006. As ações, que anteriormente ocorriam de forma isolada, agora estão sendo aprimoradas em conjunto, buscando-se a consolidação da imagem da Justiça Federal, como instituição de excelência na prestação jurisdicional.

A Gestão Estratégica na Justiça Federal tem como ponto de partida o Mapa Estratégico, alinhado ao Planejamento Estratégico do Poder Judiciário, sobre o qual dispõe a Portaria nº 073 do CJF, de 26 de agosto de 2009.

O presente projeto que visa à coordenação da elaboração do planejamento estratégico da Justiça Federal, observando o planejamento estratégico do Poder Judiciário, tem os seguintes objetivos:

- Prestar consultoria para implementação e operacionalização do planejamento estratégico;
- Acompanhar o cumprimento das metas estratégicas da organização e da Justiça Federal;
- Apoiar o desdobramento da estratégia definida para a Justiça Federal;
- Compilar e divulgar as diretrizes definidas pelo nível estratégico;
- Elaborar e atualizar periodicamente o Plano de Gestão da Justiça Federal e o Plano de Gestão do Conselho da Justiça Federal;
- Promover a divulgação de ações e resultados referentes ao planejamento estratégico da Justiça Federal e do Conselho da Justiça Federal;
- Padronizar procedimentos para elaboração de metas e projetos estratégicos no âmbito da Justiça Federal;
- Promover ações de sensibilização para o planejamento estratégico;
- Manter portfólio de projetos e de ações estratégicas visando fornecer informações rápidas sobre as iniciativas estratégicas em curso;
- Acompanhar o andamento dos projetos estratégicos, propondo ferramentas para esse acompanhamento;

- Manter e promover o intercâmbio com outros órgãos em assuntos relacionados ao planejamento estratégico;
- Definir em conjunto com outras áreas os indicadores de medição de desempenho de projetos e processos de trabalho;
- Propor estudos relativos a novas tecnologias e processos para ganhos de produtividade;
- Tornar a estratégia um processo contínuo, visando desenvolver uma cultura colaborativa, orientada a resultados.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta o seguinte objetivo estratégico:

- Alinhamento e integração.

3 CLIENTES

Conselho e Justiça Federal de primeiro e segundo graus.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

As justificativas para a implantação da Gestão Estratégica derivam da observação da realidade e das dificuldades verificadas na gestão dos recursos e na orientação destes para o atingimento dos objetivos estratégicos fixados.

Os fatores que motivam a implantação da Gestão Estratégica são relacionados com as causas principais da falta de alinhamento das ações em relação aos objetivos estratégicos, como nas situações em que:

- Os gestores funcionais não estejam conscientes das diretrizes estratégicas da organização ou estejam, mas não consigam guiar suas ações de acordo com essas diretrizes. Conseqüentemente, quando as ações são gerenciadas individualmente e sem alinhamento estratégico, a probabilidade de atingir os objetivos organizacionais previstos é bem menor. A Gestão Estratégica pode atuar na integração e no alinhamento estratégico das ações visando reduzir essas ocorrências, para assim aumentar as chances de sucesso das ações e conseqüentemente de melhores resultados com menores custos.
- As iniciativas estratégicas, críticas para o alcance dos resultados planejados, não estejam sendo ativamente monitoradas e gerenciadas durante sua execução, fazendo com que a decisão de interromper a iniciativa ou então de recuperá-la quando estiver sendo mal conduzida seja tomada tarde demais, depois que boa parte dos recursos já foram consumidos e a imagem da organização já foi afetada. Mudanças no andamento das iniciativas estratégicas em relação ao planejamento existem e são normais, no entanto, o fator determinante para o sucesso é sua identificação prematura e o seu tratamento imediato, e isto pode reduzir o risco de resultados indesejados, ao término das ações.

- Ocorrem falhas no treinamento adequado ou na formação dos gestores funcionais e de projetos. A atuação de uma área gestora da estratégia em todas as suas fases, do planejamento à execução, a avaliação e depois o novo replanejamento, e na gestão da inovação e disseminação do conhecimento sobre gestão tende a aumentar as chances de sucesso nas ações estratégicas.
- Ocorre falta de procedimentos, processos e ferramentas definidos e divulgados. A adoção de uma metodologia de gestão estratégica que garanta transparência e visibilidade no acompanhamento dos resultados das ações contribui para o alinhamento das ações e conseqüentemente para o atingimento dos objetivos.
- Ocorrem sinais de insatisfação dos clientes para com os serviços prestados pela organização. A implantação de um modelo de gestão estratégica se justifica na necessidade de aumento na satisfação dos clientes por meio da melhora na qualidade dos serviços fornecidos.
- Os recursos humanos, materiais e financeiros alocados às ações estratégicas e aos processos não estejam otimizados, correndo risco de haver desperdício de qualquer espécie. O emprego de metodologia de gestão estratégica atua diretamente na racionalização dos recursos naturalmente escassos naquelas iniciativas estratégicas e processos mais alinhados com os objetivos estratégicos da organização.
- Os sistemas de suporte à decisão estejam desintegrados ou não sejam dinâmicos o suficiente para gerar informações rápidas e de qualidade. A visão consolidada e padronizada sobre o andamento das iniciativas estratégicas e dos processos obtida por meio do gerenciamento efetivo dos resultados permite à direção da organização a tomada de decisões estratégicas, num prazo mais curto e em tempo de prevenção, antes que os resultados sejam comprometidos.

NOME DO PROJETO

Sistema Integrado de Educação a Distância

1 ESCOPO DO PROJETO

O projeto viabilizará um sistema de educação virtual integrando toda a Justiça Federal, otimizando meios e racionalizando o uso de recursos e soluções compartilhadas.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta os seguintes temas:

- Eficiência operacional;
- Gestão de pessoas.

3 CLIENTES

Magistrados, gestores, servidores e sociedade.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

O Conselho da Justiça Federal utiliza o Sistema de Controle de Eventos (SCE) como plataforma tecnológica de suporte aos eventos de capacitação em eventos presenciais e a distância,

Esta plataforma, atualmente, necessita de manutenção em diversos de seus módulos e que exigiriam considerável investimento pela área de TI no Sistema. Entretanto, conforme entendimentos mantidos, o Centro de Estudos Judiciários e a área de tecnologia acordaram que a melhor alternativa para modernizar a área de educação do CEJ seria a implantação de um novo sistema de gerenciamento de aprendizagem (*LMS – learning management system*) livre ou adquirido no mercado e integrado aos sistemas existentes.

Em recente evento promovido pelo Conselho Nacional de Justiça – 1º Fórum de Educação a Distância –, servidores do Poder Judiciário tiveram a oportunidade de conhecer iniciativas exitosas presentes em diversos órgãos da Administração Pública que já utilizam à modalidade de ensino a distância, com a utilização de plataforma desenvolvida externamente ao órgão e integrada aos seus sistemas administrativos.

Reconhece-se que o sistema atual possui recursos e funcionalidades que não estão presentes em soluções tecnológicas externas. Entretanto, havendo a integração dessas funcionalidades exclusivas com novos recursos de uma solução externa, possibilitará a melhor operacionalização das atividades educacionais do CJF, estendido a toda Justiça Federal.

ANEXO 1- FICHA DOS PROJETOS REGIONAIS

1ª REGIÃO

NOME DO PROJETO

Programa de Alinhamento e Integração Estratégica

1 ESCOPO DO PROJETO

O projeto tem por objetivo o alinhamento e a integração de todas as unidades do Tribunal e das Seccionais, em prol da estratégia e dos objetivos estabelecidos, bem como o acompanhamento de suas metas e resultados. Contempla avaliação e alinhamento da estrutura organizacional — com destaque para o quadro de pessoal — em relação às diretrizes estratégicas e à gestão do conhecimento, levando, inclusive, à padronização dos procedimentos da Justiça Federal.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta os seguintes temas:

- Eficiência operacional;
- Acesso ao Sistema de Justiça;
- Alinhamento e integração;
- Atuação institucional;
- Infraestrutura e tecnologia.

3 CLIENTES

O Tribunal e as Seccionais da Justiça Federal da Primeira Região.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

O TRF 1ª Região conta com 14 Seções Judiciárias, com estrutura semelhante à da época de sua implantação, embora haja registro do aumento significativo das atividades desenvolvidas e das demandas recebidas. Assim, há necessidade de adaptação dessa estrutura aos desafios apresentados à Justiça nacional, materializados no planejamento estratégico do Tribunal, baseado na Resolução 70 do CNJ.

Programa de Mapeamento, Gestão e Capacitação em Competências Estratégicas

1 ESCOPO DO PROJETO

Estabelecer nova diretriz de desenvolvimento nas competências estratégicas — institucionais e funcionais — por meio do mapeamento, da identificação, do aprimoramento, da gestão e da continuidade, com repercussão de forma efetiva nos trabalhos afetos à Justiça Federal da Primeira Região. Contempla o desenvolvimento das pessoas ligadas diretamente à estratégia da Justiça Federal da Primeira Região, objetivando a formação, capacitação e atualização nos conceitos, técnicas e metodologias de implementação da gestão estratégica e de projetos.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta os seguintes temas:

- Eficiência Operacional;
- Alinhamento e Integração;
- Atuação Institucional;
- Gestão de Pessoas.

3 CLIENTES DO PROJETO

Magistrados e servidores diretamente ligados ao planejamento estratégico.

4 JUSTIFICATIVA

Durante o desenvolvimento do planejamento estratégico, em todas as fases de elaboração do mapa, dos indicadores e do preenchimento da matriz de priorização, as competências estratégicas foram referenciadas como alvo contínuo de necessidade de identificação, mapeamento, desenvolvimento, aprimoramento e capacitação.

Notou-se significativa ausência dos requisitos básicos de sua identificação, desenvolvimento e aplicabilidade, com repercussão direta no desempenho da instituição e de seus atores.

As áreas afetadas vão da esfera administrativa à prestação jurisdicional em si — razão maior da existência da organização.

Com a implementação do programa, almeja-se aprimoramento da prestação jurisdicional, da gestão e do aproveitamento das competências em prol da sociedade, além da gestão do conhecimento gerado. O cenário propício ao desenvolvimento das ações estratégicas recomendadas e referendadas pela cúpula do Poder Judiciário é um momento de extrema importância para que se implemente efetivamente a gestão estratégica, o que impactará em todos os setores, afetando, inclusive a alocação ótima dos recursos orçamentários.

NOME DO PROJETO

Programa de Intercâmbio, Fomento e Disseminação de Informações entre as Unidades da Primeira Região.

1 ESCOPO OU FINALIDADE DO PROJETO

Dotar a Justiça Federal de espaço para a proliferação e troca de base de dados informacionais sobre o desempenho, gestão, alocação de recursos, desenvolvimento organizacional, entre outros temas, objetivando a difusão e aplicação das melhores práticas e acessibilidade das informações e conhecimentos gerados, podendo servir como fonte de pesquisa e subsídio para os processos decisórios.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta os seguintes temas:

- Eficiência Operacional;
- Acesso ao Sistema de Justiça;
- Responsabilidade Socioambiental;
- Alinhamento e Integração;
- Gestão de Pessoas;
- Infraestrutura e Tecnologia.

3 CLIENTES DO PROJETO

O Tribunal e as Seccionais da Justiça Federal da Primeira Região.

4 JUSTIFICATIVA

A partir do estabelecimento de mecanismos de disseminação, acesso, benchmarking, banco de dados de idéias e melhores práticas, certamente será alcançada a otimização do desempenho organizacional, além de se propiciar visibilidade em relação aos trabalhos.

Foi constatada a ausência da prática da troca, de disponibilização e integração das informações e experiências entre as unidades da Primeira Região. Há inúmeras iniciativas positivas — que, inclusive, permitem a racionalização dos processos — não aproveitadas, disseminadas e compartilhadas pelas unidades, sendo seu conhecimento e utilização restritos àquela que as desenvolveu.

Em uma organização, a informação e o conhecimento podem fluir de várias maneiras, pela intranet, internet, comunicações internas, avisos e outras formas, mas é importante que sejam capturados, organizados, armazenados e disseminados, para que possam auxiliar na geração de novos conhecimentos.

Uma base de dados de boas práticas é um instrumento de retenção, recuperação e disseminação do conhecimento, que auxilia, ainda, na solução de problemas e não repetição de erros do passado, podendo também ensejar economia de recursos.

O benchmarking é prática usual no mercado, sendo aplicada amplamente com resultados efetivos e comprovados no setor privado, tendo comprovação de sua efetividade na mudança cultural e repercussão na melhoria contínua dos processos de trabalho.

NOME DO PROJETO

Programa de Desenvolvimento e Preservação da Saúde Pessoal, da Saúde Organizacional e da Relação com a Sociedade e com o Meio Ambiente.

1 ESCOPO OU FINALIDADE DO PROJETO

O programa tem por finalidade implementar ações que permitam o desenvolvimento e preservação da saúde física e mental das pessoas, da saúde da organização, bem como do entendimento do espírito corporativo. Objetiva, ainda, desenvolver a integração entre magistrados, servidores e suas equipes com bem-estar físico e psicológico, diminuindo o absenteísmo e a fadiga. E, também, visa estabelecer e implantar ações de natureza de integração social dos colaboradores e prestadores de serviço.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta os seguintes temas:

- Eficiência Operacional;
- Acesso ao Sistema de Justiça;
- Responsabilidade Socioambiental;
- Alinhamento e Integração;
- Atuação Institucional;
- Gestão de Pessoas.

3 CLIENTES DO PROJETO

O Tribunal e as Seccionais da Justiça Federal da Primeira Região.

4 JUSTIFICATIVA

A busca de ações de qualidade de vida, bem-estar, saúde das pessoas, saúde organizacional, melhoria da relação com a sociedade e meio ambiente tornam a organização alinhada às diretrizes traçadas. Se faz necessário implementação de programas que efetivamente tracem estratégias de melhoria de temas diversos e interdisciplinares que influenciam no desempenho pessoal e organizacional e na difusão da importância da atuação como organização pública e dos impactos socioambientais.

A saúde da organização depende do bem-estar físico e mental das pessoas que nela trabalham, da qualidade das relações e ações das pessoas que a constituem, de forma integrada e comprometida, humana e ética. A Justiça Federal da Primeira Região detém, ainda, grande número de colaboradores e prestadores de serviço, não devidamente inseridos no contexto organizacional, que não dispõem de acesso a benefícios básicos que permitam sua integração, propiciando maior participação na organização.

NOME DO PROJETO

Programa de Estruturação de Edificações da Justiça Federal da Primeira Região

1 ESCOPO DO PROJETO

Mapeamento e priorização das necessidades relacionadas às edificações da Justiça Federal da Primeira Região, padronização de soluções e estimativa de custos com vistas a embasar investimentos para os próximos anos destinados à aprovação de recursos orçamentários para aquisição de imóveis ou obras de reforma, ampliação e construção de sedes próprias do Tribunal e das Seccionais.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta os seguintes temas:

- Eficiência Operacional;
- Acesso ao Sistema de Justiça;
- Gestão de Pessoas;
- Infraestrutura e Tecnologia.

3 CLIENTES DO PROJETO

O Tribunal e as Seções e Subseções da Justiça Federal da Primeira Região, em especial a nova sede do Tribunal e as Seções e Subseções Judiciárias recém-implantadas em imóveis locados, bem como aquelas que abrigam ou abrigarão as varas criadas pelas Leis 10.772/2003 e 12.011/2009.

4 JUSTIFICATIVA

Atualmente, o Tribunal funciona em 9 (nove) diferentes instalações, havendo dificuldade de comunicação/integração entre as áreas. Não raro faz-se necessário o deslocamento de magistrados e servidores, bem como de jurisdicionados entre os prédios, o que demanda custo e tempo despendido. A construção da nova sede do Tribunal, já iniciada, é o principal projeto dentro do Programa de Estruturação de Edificações da Justiça Federal da Primeira Região, que possibilitará a unificação das instalações do TRF 1ª Região em um único prédio, permitindo maior integração entre as áreas e facilidade aos jurisdicionados, principalmente no que diz respeito ao acesso e à possibilidade de solução das demandas em um único local.

No caso das Seções e Subseções Judiciárias, com a aprovação da Lei 10.772/2003, a Justiça Federal se viu obrigada a instalar, em curto prazo, dois anos, 34 novas Subseções em municípios do interior de oito dos quatorze estados que compõem a Primeira Região, fato que representou um crescimento de 150% no número de edifícios sob sua administração. Como resultado, essas Subseções foram abrigadas em imóveis

locados de particulares, com áreas insuficientes e instalações precárias, que comprometem severamente a adequada prestação jurisdicional. Agora, a partir da aprovação da Lei 12.011/2009, a situação deverá agravar-se ainda mais, uma vez que a Justiça Federal deverá prover acomodação de novas varas federais a ser implantadas, ao longo dos próximos cinco anos, no interior desses mesmos estados. Caso não venha a ser elaborado um programa que planeje, ordene e embase o levantamento de recursos orçamentários, bem como oriente as ações para a consecução de infraestrutura física para essas unidades, estará seriamente comprometido o atendimento à missão da Justiça Federal.

NOME DO PROJETO

Processo Digital da Primeira Região – E-jur

1 ESCOPO OU FINALIDADE DO PROJETO

Tem por finalidade a tramitação eletrônica de processos judiciais e o encaminhamento de peças processuais, bem como da comunicação de atos processuais por meio eletrônico. Uma vez implantado, permitirá a distribuição de processos e de recursos digitais, além da visualização e do gerenciamento por parte da Primeira Região, propiciando, inclusive, economia processual.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta os seguintes temas:

- Eficiência Operacional;
- Acesso ao Sistema de Justiça;
- Infraestrutura e Tecnologia.

3 CLIENTES DO PROJETO

Magistrados e servidores de primeiro e segundo graus e partes processuais.

4 JUSTIFICATIVA

A irreversibilidade da modernização no que tange à virtualização dos atos processuais, notadamente quanto à visualização e tramitação dos processos judiciais por meio eletrônico, bem como à comunicação dos atos judiciais, nos termos da Lei 11.419, de 19/12/2006.

NOME DO PROJETO

TI Estruturada

1 ESCOPO OU FINALIDADE DO PROJETO

Dotar a área de tecnologia da informação – TI de estrutura física, material e humana atualizada e suficiente para implantação dos projetos e sistemas demandados pela Justiça Federal da Primeira Região que possibilite o apoio com infraestrutura adequada para cumprimento dos objetivos estratégicos.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta os seguintes temas:

- Eficiência Operacional;
- Acesso ao Sistema de Justiça;
- Alinhamento e Integração;
- Infraestrutura e Tecnologia.

3 CLIENTES DO PROJETO

Justiça Federal da Primeira Região (magistrados, servidores e jurisdicionados).

4 JUSTIFICATIVA

Em razão do aumento de demanda da área de TI e do novo cenário de virtualização da informação, faz-se necessária a modernização constante da estrutura das áreas. Atualmente se observa insuficiência de recursos humanos, materiais e orçamentários mínimos necessários para atender, satisfatoriamente, as demandas e os desafios identificados no âmbito do TRF 1ª Região, de suas Seções e Subseções Judiciárias, conforme o determinado pelas Resoluções 90 e 99 do CNJ.

NOME DO PROJETO

Ampliação da Comunicação e da Transparência, Interna e Externa.

1 ESCOPO DO PROJETO

De acordo com a Resolução 85 de 8 de setembro de 2009 do Conselho Nacional de Justiça, cabe à Primeira Região incentivar magistrados e servidores, através da comunicação interna e externa, à integração com as ações estabelecidas anualmente pelo TRF 1ª Região, por meio da Assessoria de Comunicação Social – ASCOM, fundamentadas nessa Resolução. Promover a transparência pública utilizando os veículos que compõem o sistema de comunicação do Tribunal (rádio, TV, internet, intranet, mensageiro, informativo interno e revista).

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta os seguintes temas:

- Eficiência Operacional;
- Acesso ao Sistema de Justiça;
- Alinhamento e Integração;
- Atuação Institucional;
- Gestão de Pessoas.

3 CLIENTES

Serão abrangidas pelo projeto todas as unidades do TRF 1ª Região e a sociedade civil.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

Para o alcance da missão e dos valores e para a Justiça Federal da Primeira Região consolidar-se perante a sociedade como uma instituição moderna em sua gestão e acessível, célere e efetiva, a comunicação interna e externa são imprescindíveis. É fundamental que sejam estabelecidos planos anuais de comunicação, com metas e procedimentos a ser trabalhados.

2ª REGIÃO

NOME DO PROJETO

Acessibilidade a Portadores de Necessidades Especiais

1 ESCOPO DO PROJETO

Oferecer infra-estrutura de instalações, equipamentos, programas, serviços e informações aos portadores de necessidades especiais (usuários e servidores), com ampla variedade de tecnologias assistivas e serviços no âmbito do Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta os seguintes temas:

- Acesso ao Sistema de Justiça;
- Responsabilidade Socioambiental;
- Atuação Institucional;
- Gestão de Pessoas;
- Infraestrutura e Tecnologia.

3 CLIENTES

Público externo e interno portador de necessidades especiais.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

Reforçar a importância de se criar facilidades de acesso para portadores de necessidades especiais.

O Decreto Federal nº 5.296, de 02-12-2004, que regulamenta a Lei nº 10.048/2000, define acessibilidade como condição para utilização, com segurança e autonomia, total e assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência e mobilidade reduzida.

NOME DO PROJETO

Ouvidoria Geral

1 ESCOPO DO PROJETO

Estruturar e disponibilizar um serviço de OUVIDORIA GERAL, englobando o atendimento aos jurisdicionados da 2ª Região para receber sugestões, reclamações e críticas acerca de suas atividades administrativas e jurisdicionais.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta os seguintes temas:

- Acesso ao Sistema de Justiça;
- Alinhamento e Integração;
- Atuação Institucional.

3 CLIENTES

Público em geral.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

Facilitar o acesso dos jurisdicionados através de um canal competente, aproximando o cidadão da Justiça Federal da 2ª Região.

Atender ao disposto na Resolução nº 79, de 09/06/2009, que trata sobre a transparência e dá outras providências.

NOME DO PROJETO

Atendimento ao Cidadão

1 ESCOPO DO PROJETO

Utilizar tecnologia e recursos disponíveis para permitir o tratamento e disseminação democrática dos novos suportes da informação, ampliando o acesso e aproximando os cidadãos da Justiça Federal da 2a. Região.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta os seguintes temas:

- Eficiência Operacional;
- Acesso ao Sistema de Justiça;
- Responsabilidade Socioambiental;
- Atuação Institucional.

3 CLIENTES

Público externo e interno ao TRF.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

Necessidade de aprimorar os serviços de informações processuais para uma Central de Atendimento ao Cidadão, através de uma nova sistemática de atendimento que vise à aproximação direta do jurisdicionado à Justiça Federal, a exemplo de um SAC – Serviço de Atendimento ao Cidadão.

Disponibilização de um LIGUE JUSTIÇA FEDERAL – 0800.

Subprojeto associado:

- Consulta Processual Via Quiosque CEF(TRF2 e JFES);
- Acesso Cidadão (JFES).

Cultura e Cidadania

1 ESCOPO DO PROJETO

Fortalecer, através de projetos culturais e educativos, a conscientização dos direitos, deveres e valores do cidadão.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta o seguinte tema:

- Responsabilidade Socioambiental.

3 CLIENTES

A sociedade.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

Promover a conscientização do exercício dos direitos civis e políticos prescritos no Artigo 5º da Constituição Federal Brasileira.

Permitir uma maior aproximação da sociedade à Justiça Federal, contemplando ações culturais e educacionais promovidas pelo Centro Cultural da Justiça Federal.

Administração Digital

1 ESCOPO DO PROJETO

Utilizar tecnologia de documentos eletrônicos na área administrativa do Tribunal Regional Federal da Segunda Região, substituindo os documentos em papel por documentos similares em meio digital, aproveitando a segurança, velocidade de trâmite, disponibilidade e integração de informações que esta tecnologia traz consigo.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta os seguintes temas:

- Eficiência Operacional;
- Infraestrutura e Tecnologia.

3 CLIENTES

Todas as unidades do TRF da Segunda Região.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

Necessidade de garantir a infra-estrutura suficiente à execução das atividades administrativas pela automação da delegação de demandas, comunicação entre as áreas, assim como o controle de acesso e armazenamento seguro das informações e preservação do acervo documental.

Necessidade de adequar e otimizar os processos de trabalho, através do uso de ferramentas eletrônicas, fortalecendo o uso de tecnologias de documentos digitais na administração, para facilitar as futuras implantações dos módulos e processos do Projeto Nacional SIGJUS.

NOME DO PROJETO

Justiça 100% Digital

1 ESCOPO DO PROJETO

Utilizar tecnologia de documentos eletrônicos em favor do processamento de causas da 2ª. Região, substituindo os processos em papel por documentos similares em meio digital, aproveitando a segurança, a velocidade de trâmite e a disponibilidade de informações que esta tecnologia traz consigo.

Além da implantação do processo judicial digital nos 1º e 2º graus, também fazem parte do projeto a viabilização da emissão de informações exigidas pelos CJF e CNJ, a implantação da numeração única e das tabelas nacionais nos sistemas de 1º e 2º graus, e finalmente, o atendimento às cláusulas inerentes a sistemas e nivelamento de infraestrutura de TI constantes nas Resoluções nºs 90 e 99 do CNJ.

Este projeto contempla ainda a definição de processos de trabalho das áreas processantes, que efetivamente terão impacto sobre o tempo de trâmite processual final.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta os seguintes temas:

- Eficiência Operacional;
- Acesso ao Sistema de Justiça;
- Infraestrutura e Tecnologia.

3 CLIENTES

Todos os órgãos processantes da 2ª. Região, magistrados, advogados, entidades e público em geral.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

Atender meta definida pelo Presidente do CJF e pelo Presidente desta Côrte, conforme Portaria nº 997/2009 – TRF2.

Facilitar a integração entre sistemas, principalmente com órgãos externos, garantindo transparência no processamento de dados, o que permitirá o fortalecimento da imagem da instituição.

Eliminar o uso de papel para registro dos atos processuais, contribuindo para a preservação do meio-ambiente.

Subprojeto Associado:

- Padronização das Tabelas Nacionais.

Portal de Informações Gerenciais

1 ESCOPO DO PROJETO

Prover informações estatísticas processuais e administrativas às unidades do TRF da 2ª Região e Seções Judiciárias para apoio à gestão.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta os seguintes temas:

- Eficiência Operacional;
- Alinhamento e Integração;
- Atuação Institucional;
- Gestão de Pessoas.

3 CLIENTES

Público interno e externo.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

Atender meta definida pelo Presidente do CJF e pelo Presidente desta Corte, conforme Portaria nº 997/2009 – TRF2, quanto à emissão de informações exigidas pelo CJF e CNJ.

Otimizar a gestão dos custos operacionais, com transparência e alinhamento estratégico pela comparação de resultados, contribuindo para o fortalecimento da imagem da Justiça Federal da Segunda Região.

Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes dos magistrados e servidores, com foco em resultados, pois torna possível o conhecimento dos resultados de seu próprio trabalho em comparação com os demais.

NOME DO PROJETO

Implantação de Novas Varas e JEF's

1 ESCOPO DO PROJETO

Instalação de novas varas e JEFs, de modo a aumentar a capacidade de julgamento e facilitar o acesso à Justiça Federal da 2ª Região.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta os seguintes temas:

- Eficiência Operacional;
- Acesso ao Sistema de Justiça.

3 CLIENTES

Público externo e interno ao TRF.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

Promover ações que permitam uma maior interiorização da Justiça Federal da 2ª Região, de acordo com a previsão legal para instalação de novas varas e JEFs e de cronograma aprovado para 2ª Região.

Dotar as Varas e JEFs, previstas e aprovadas no cronograma de instalação, de recursos materiais, tecnológicos, comunicação e pessoal para o perfeito funcionamento e atendimento aos jurisdicionados.

Projeto a ser executado em conjunto com as Seccionais RJ e ES.

NOME DO PROJETO

Modernização da Infraestrutura

1 ESCOPO DO PROJETO

Utilizar os recursos disponíveis para dotar os órgãos da 2ª Região de instalações modernas, seguras e adequadas ao atendimento das necessidades dos servidores e jurisdicionados em termos de espaço físico e condições de trabalho.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta os seguintes temas:

- Gestão de Pessoas;
- Infraestrutura e Tecnologia.

3 CLIENTES

Áreas administrativas e judiciárias da 2ª Região.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

Necessidade de adequar e atualizar o espaço físico nas dependências das unidades da 2ª Região, de modo a propiciar condições de trabalho modernas, seguras e adequadas para uma prestação de serviços com qualidade crescente.

Subprojetos e Projetos Associados:

- Ampliação da área física do TRF2;
- Modernização dos elevadores do TRF2;
- Atualização do parque gráfico;
- Reestruturação das Salas de Perícias dos JEFs
- Segurança Institucional;
- Ampliação do Fórum de Cachoeiro do Itapemirim (ES);
- Construção de Novas Sedes (RJ/ES);
- Melhoria das Instalações Físicas da SJRJ;
- Padronização dos Mobiliários da SJES;
- Construção do Arquivo Digital da SJES.

Biblioteca Digital

1 ESCOPO DO PROJETO

Utilizar tecnologia disponível para implementar a biblioteca digital em adesão ao projeto nacional coordenado pelo STJ.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta o seguinte tema:

- Atuação Institucional;
- Infraestrutura e tecnologia.

3 CLIENTES

Público externo e interno ao TRF.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

Facilitar o acesso à documentação disponível da Justiça Federal, por meio digital.

Inserir a Biblioteca do Tribunal Regional Federal no projeto nacional de Bibliotecas Digitais de Órgãos Públicos, coordenado pelo Superior Tribunal de Justiça, que objetiva o tratamento e a disseminação democrática dos novos suportes da informação (texto na íntegra, som e imagem), alinhando-se às diretrizes estratégicas desta Corte de ampliar o acesso à informação e aproximar os cidadãos da Justiça Federal.

Necessidade de adequar a biblioteca a um novo conceito para a armazenagem da informação (forma eletrônica), bem como para sua disseminação (independência de localização física ou do horário de funcionamento). Assim, nesse contexto estão embutidas a criação, aquisição, distribuição e armazenamento de documentos sob a forma digital, que pode ser transformado em papel ou manipulado de acordo com a necessidade do usuário.

Projeto Associado:

- Projeto Qualificar (SJES).

NOME DO PROJETO

Curso de Aperfeiçoamento e Especialização de Magistrados

1 ESCOPO DO PROJETO

Utilizar recursos disponíveis para permitir capacitação de magistrados em cursos relacionados à gestão de administração judiciária, através do CAE – Curso de Aperfeiçoamento.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta os seguintes temas:

- Alinhamento e Integração;
- Gestão de Pessoas.

3 CLIENTES

Magistrados da Justiça Federal da 2ª Região.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

Permitir a qualificação dos magistrados através de programa de treinamento específico em gestão administrativa.

Promover o intercâmbio de conhecimento (nacional e internacional) e disseminação da informação voltada para o aprimoramento da atividade judicante, com foco em resultados.

Programa de Aperfeiçoamento e Especialização de Servidores

1 ESCOPO DO PROJETO

Instituir um programa de aperfeiçoamento e especialização (Treinamento e Desenvolvimento) para o corpo funcional, de modo a permitir atualização nas competências requeridas pelos servidores para melhor desempenho de suas atividades dentro da instituição.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta os seguintes temas:

- Atuação Institucional;
- Alinhamento e Integração;
- Gestão de Pessoas.

3 CLIENTES

Todas as unidades administrativas e judiciais do TRF.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

Necessidade de otimizar recursos a serem aplicados no aperfeiçoamento e especialização dos servidores, buscando alcançar eficiência e efetividade no uso das competências do corpo funcional, com foco em resultados.

Necessidade de capacitação de Recursos Humanos – PCRH.

Necessidade capacitação de servidores em Gestão por Processos.

Necessidade capacitação de Servidores em Gestão de Projetos.

Projetos Associados:

- Programa de Aperfeiçoamento e Especialização de Servidores da SJES.

NOME DO PROJETO

Saúde

1 ESCOPO DO PROJETO

Propiciar ao corpo funcional condições de trabalho destinadas à manutenção da saúde física e mental, através de atividades de ginástica laboral e educação postural, bem como a preparação de servidores para a aposentadoria.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta o seguinte tema:

- Gestão de Pessoas.

3 CLIENTES

Corpo funcional do TRF.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

Tornar apto o corpo funcional a enfrentar a rotina de trabalho, mantendo-o em condições de saúde e bem-estar.

Programas associados:

- Preparação para a Aposentadoria (PPA);
- Apoio à Psiquiatria e Psicologia (PAPSI);
- Fornecimento de Medicamentos Especiais;
- Campanha de Vacinação;
- Exame Periódico de Magistrados e Servidores.

Subprojetos associados:

- Ginástica Laboral;
- Escola de Postura.

NOME DO PROJETO

Ampliação do Número de Cargos Efetivos

1 ESCOPO DO PROJETO

Estudo de ampliação do número de cargos efetivos na Justiça Federal da 2ª Região.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta o seguinte tema:

- Eficiência Operacional.

3 CLIENTES

TRF e Seções Judiciárias.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

Necessidade de elaboração de estudos de ampliação dos cargos efetivos na área meio e fim para atender ao crescente aumento da demanda processual.

Valorização Funcional

1 ESCOPO DO PROJETO

Estimular o reconhecimento dos servidores por suas ações e desempenho, com a devida valorização pelos anos de trabalho dedicados à Justiça Federal da 2ª Região, de acordo com a Resolução Nº 31, de 10/09/2009.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta o seguinte tema:

- Gestão de Pessoas.

3 CLIENTES

Áreas administrativas e judiciárias.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

Atender ao previsto na Resolução, no sentido de concretizar os incentivos funcionais para elevar a motivação dos servidores e o fortalecimento do clima organizacional.

Comunicação Institucional

1 ESCOPO DO PROJETO

Aprimorar os meios de divulgação de informações sobre decisões judiciais e iniciativas administrativas que melhorem a prestação jurisdicional.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta o seguinte tema:

- Atuação Institucional.

3 CLIENTES

Público externo e interno.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

Manter o público interno e externo informado e atualizado sobre o desenvolvimento da produção jurídica, através de linguagem clara e acessível, buscando a aproximação com a sociedade.

Democratização das informações sobre acesso aos serviços oferecidos pelo TRF2 de um modo geral.

Subprojetos associados:

- Programação Visual;
- Nova Intranet;
- Reformulação do Portal.

Projetos associados:

- Reformulação dos Portais SJRJ;
- Programação Visual (SJES);
- Informação ao seu alcance (SJES).

Escritório de Processos

1 ESCOPO DO PROJETO

Instituir formalmente ou adequar a estrutura organizacional, através da montagem de um Escritório de Processos, responsável pelo acompanhamento e gerenciamento dos processos de trabalho das áreas administrativa e judicial, bem como pelo apoio na implantação e na disseminação da metodologia de gestão de processos definida pelo CJF através do SIGJUS – Sistemas Integrados de Gestão da Justiça Federal em 2009.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta os seguintes temas:

- Eficiência Operacional;
- Gestão de Pessoas.

3 CLIENTES

Todas as unidades do TRF2, SJRJ e SJES.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

O objetivo estratégico “Otimizar os processos de trabalho”, integrante da perspectiva PROCESSOS INTERNOS e vinculado ao tema eficiência operacional, pretende explorar a capacidade do corpo funcional (servidores das áreas fim e meio) de entender os pressupostos, as referências, as interligações e as normas que regem suas atividades atuais e propor mudanças, quando necessárias, para alcançar a visão estratégica estabelecida. O mapeamento de processos, em curso na Justiça Federal através do SIGJUS propiciará o conhecimento e análise dos processos estruturados até um nível que permita a obtenção satisfatória de produtos e serviços, objetivos e resultados esperados pela organização como um todo sistêmico e não para uma unidade específica.

Projeto associado:

- SIGJUS/CJF;

Ação associada:

- Capacitação de servidores em Gestão por Processos (SRH/DICRE).

Escritório de Projetos

1 ESCOPO DO PROJETO

Implementar formalmente ou adequar a estrutura organizacional, através da instituição de um ESCRITÓRIO DE PROJETOS (PMO – Project Management Office), responsável pelo acompanhamento dos projetos estratégicos, bem como pelo apoio na implantação e disseminação da metodologia de gerenciamento de projetos, a ser definida em âmbito nacional pelo CJF em 2010.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta os seguintes temas:

- Alinhamento e Integração;
- Gestão de Pessoas;
- Infraestrutura e Tecnologia;
- Orçamento.

3 CLIENTES

Todas as unidades do TRF2, SJRJ e SJES.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

Possibilitar e monitorar a real implantação da Gestão Estratégica. A eficácia no gerenciamento dos projetos contribuirá para a sustentação e alavancagem da Gestão Estratégica.

Vinculação da Gestão Estratégica ao orçamento, através do alinhamento da proposta e da execução orçamentária ao planejamento estratégico (orçamento estratégico).

Ações associadas:

- Capacitação de Servidores em Gestão de Projetos (SRH/DICRE e CEGEST);
- Desenvolvimento e/ou aquisição de Sistema de Gestão da Estratégia e de Projetos.

Encontro de Juizes Federais dos JEF's, Turmas Recursais das Seções Judiciárias do Rio de Janeiro e Espírito Santo. (FOREJEF)

1 ESCOPO DO PROJETO

Promover encontro de magistrados e servidores com a finalidade de aprimorar a prestação jurisdicional oferecida pelos Juizados e Turmas Recursais e possibilitar melhoria das condições de trabalho nos Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta os seguintes temas:

- Alinhamento e Integração;
- Atuação Institucional.

3 CLIENTES

TRF2, Juizados e Turmas Recursais da Seção Judiciária do Rio de Janeiro (SJRJ) e do Espírito Santo (SJES).

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

Oportunizar a discussão de temas, procedimentos, rotinas de trabalho, problemas e soluções para aprimorar o funcionamento dos Juizados Especiais Federais e das Turmas Recursais do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, a partir do debate a respeito das mais diversas situações vivenciadas pelos juizes federais que atuam nos JEFs e Turmas Recursais.

Grupo de Apoio a Gabinetes

1 ESCOPO DO PROJETO

Auxiliar os magistrados no processamento dos feitos, mediante mutirão, dando prioridade aos Gabinetes com maior acervo de processos, distribuídos até 31/12/2005, com a elaboração de relatórios e minutas de pareceres processuais.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta os seguintes temas:

- Eficiência Operacional;
- Acesso ao Sistema de Justiça.

3 CLIENTES

Gabinetes de Desembargadores Federais do TRF da 2a Região, especificamente os que detêm maior acervo processual pendente de julgamento até 31/12/2005.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

Permitir uma maior agilidade no julgamento dos processos do TRF da 2a Região, especialmente os insertos na Meta 2 de nivelamento do Poder Judiciário, estabelecida pelo CNJ – Res. Nº 70/2009, através de um Grupo de Apoio, que trabalhará em regime de colaboração com os gabinetes, principalmente com aqueles que possuem maiores quantitativos de processos.

JEF Itinerante

1 ESCOPO DO PROJETO

Dar cumprimento ao mandamento constitucional previsto no art. 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal de 1988, proporcionando acesso à Justiça e à cidadania àqueles que, em razão de diversos obstáculos, encontram-se dela distantes.

O projeto piloto será realizado no morro D.Marta em 2010.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta os seguintes temas:

- Acesso ao Sistema de Justiça;
- Responsabilidade Socioambiental;
- Atuação Institucional.

3 CLIENTES

Coordenadoria dos JEFs, SJRJ, SJES e público em geral.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

A importância do Projeto é propiciar a solução ágil de litígios envolvendo os integrantes da Comunidade e buscar aproximar os moradores das comunidades pacificadas da Justiça Federal, para que possam realizar seus direitos por meio do verdadeiro acesso à Justiça e à informação.

Pelo motivo da distância e a demanda não justificarem a atuação do Juizado com estrutura permanente no local, optou-se pela criação do juizado itinerante.

Ação associada:

- Justiça Federal Itinerante no Morro Dona Marta (RJ).

Mutirão de Conciliação

1 ESCOPO DO PROJETO

Fortalecer as ações de mediação e conciliação para resolver conflitos e diminuir o número de processos em tramitação na Justiça Federal da 2ª Região.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta os seguintes temas:

- Eficiência Operacional;
- Acesso ao Sistema de Justiça.

3 CLIENTES

Jurisdicionados da Justiça Federal da 2ª região.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

Permitir a redução no tempo de espera pelas decisões judiciais da Justiça Federal da 2ª Região, através de ações de mediação e conciliação.

Participação na Semana Nacional de Conciliação, através de parceria com o CNJ - Campanha CONCILIAR É LEGAL.

Perícia Itinerante

1 ESCOPO DO PROJETO

Minimizar a escassez de peritos em determinadas subseções da 2ª Região.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta os seguintes temas:

- Acesso ao Sistema de Justiça;
- Responsabilidade Socioambiental.

3 CLIENTES

TRF2 (CORDJEF), SJRJ, SJES e público em geral.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

Minimizar o congestionamento formado devido à falta de peritos, por meio da implementação de “perícia itinerante”, com vistas a evitar prejuízos ao jurisdicionado, bem como reduzir o tempo médio de duração do processo.

Subprojetos associados:

- Perícia Itinerante em Itaperuna (RJ);
- Perícia Itinerante em Colatina (ES).

Agenda Ambiental

1 ESCOPO DO PROJETO

Criação de um documento formal, aprovado pela administração, que pautas as ações de caráter socioambiental no âmbito da instituição, a serem executadas durante o período de um ano, envolvendo campanhas educativas, realização de eventos e apresentação de propostas sustentáveis, em conjunto com os setores técnicos envolvidos na respectiva área de atuação.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta o seguinte tema:

- Responsabilidade Socioambiental.

3 CLIENTES

Público externo e interno ao TRF.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

Necessidade de elaboração de um planejamento mínimo capaz de propiciar ações efetivas para estimular servidores a combater o desperdício, a participação individual na preservação do meio ambiente e utilização de material de consumo reciclado e destinação adequada dos resíduos.

O comitê de implantação da A3P - Agenda Ambiental na Administração Pública, do TRF-2ª Região, instituído pela Portaria nº 131/2006 da Secretaria Geral, tem o propósito de elaborar projetos e difundir idéias de conscientização coletiva para atingir os seguintes objetivos:

Minimizar os impactos negativos causados ao meio ambiente pelas atividades operacionais e administrativas da instituição;

Estimular a geração de economia de recursos naturais e institucionais (uso racional e bens de consumo e redução dos gastos públicos);

Reacender a ética e auto-estima dos servidores, estimulando mudanças de hábitos.

Estimular a prática dos 3 R's: REDUZIR, REUTILIZAR e RECICLAR.

Subprojetos associados:

- Racionalização do consumo de água e energia;
- Conscientização ambiental;
- Coleta e reciclagem do lixo.

Projeto Associado:

- A3P – Agenda Ambiental na SJRJ.

Comunicação Proativa

1 ESCOPO DO PROJETO

Acompanhamento de decisões judiciais e de iniciativas da Administração para divulgação nas mídias interna e externa.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta os seguintes temas:

- Atuação Institucional;
- Gestão de Pessoas.

3 CLIENTES

Integrantes da SJRJ (magistrados, servidores, estagiários, terceirizados);

Advogados, jurisdicionados, órgãos parceiros e entidades que interagem com a SJRJ;

Órgãos de comunicação;

Sociedade em geral.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

Facilitar o alcance das metas da SJRJ, por meio da melhor integração entre pessoas, setores e “clientes”.

Possibilitar a construção de uma imagem institucional forte e confiável.

Promover a interação entre Justiça e sociedade.

Conhecendo a SJRJ

1 ESCOPO DO PROJETO

Aproximação entre a Justiça Federal e os estudantes do ensino fundamental e médio, para transmitir conhecimentos sobre o papel social do Poder Judiciário e democratizar o acesso à Justiça Federal.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta os seguintes temas:

- Responsabilidade Socioambiental;
- Atuação Institucional.

3 CLIENTES

Estudantes do ensino fundamental e médio.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

Difusão de valores éticos e morais e promoção da cidadania.

Aproximação entre a Justiça e a sociedade.

Ação social relevante.

Fortalecimento da imagem institucional do Judiciário Federal.

Contratações, Planejamento e Controle

1 ESCOPO DO PROJETO

Elaboração de cronograma com vistas à realização dos procedimentos para contratações (fase interna e externa), em consonância com o orçamento do exercício financeiro. Visa subsidiar a Administração quanto à análise da distribuição/redistribuição das cotas orçamentárias para as Subsecretarias.

Elaboração de regulamento que discipline os procedimentos internos para contratações.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta o seguinte tema:

- Eficiência Operacional.

3 CLIENTES

SJRJ.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

Melhorar o gerenciamento e controle no uso dos recursos financeiros.

Fortalecimento de Convênios e Parcerias

1 ESCOPO DO PROJETO

Instalação de núcleos das universidades conveniadas para primeiro atendimento aos jurisdicionados dos JEFs.

Uso de informações constantes em banco de dados de entes públicos.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta os seguintes temas:

- Eficiência Operacional;
- Acesso ao Sistema de Justiça;
- Responsabilidade Socioambiental;
- Atuação Institucional.

3 CLIENTES

SJRJ, jurisdicionados, órgãos externos.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

Melhorar processos de trabalho, aumentar a velocidade na efetivação das decisões administrativas e judiciais e aumentar a interação com órgãos externos.

Melhoria da Qualidade de Vida de Magistrados e Servidores

1 ESCOPO DO PROJETO

Proposição de programas preventivos da área de saúde do trabalhador, (aspectos físicos e emocionais).

Realização de exames médicos ocupacionais (anamnese ocupacional + exame físico + exames complementares), a fim de promover e preservar a saúde, bem como direcionar as ações, a partir dos dados levantados ao término do Programa, em atendimento à Lei 11.907/2009.

Adaptar o layout das instalações ao projeto ergonômico elaborado em 2004 pela COPPE/UFRJ, incluindo a instalação de estações de trabalho próprias para a atividade; remover órgãos externos que dividem o espaço (CEF - sala de conciliação prévia).

Apresentação de stands e palestras com informações sobre a promoção de saúde e prevenção de doenças, oferecendo formas de autogerenciamento da saúde aos servidores e Magistrados.

Programa de Saúde Ocupacional visa a melhoria das condições de trabalho e a prevenção de doenças osteomusculares por meio de orientações e intervenções corretivas nos setores de trabalho abordando temas relativos às condições ergonômicas e ao clima organizacional.

Programa de Ginástica Laboral tem como meta a redução de casos de absenteísmos por doenças osteomusculares. Objetiva reduzir os problemas posturais relacionados ao trabalho, prevenir LER e/ou DORT e aumentar a produtividade e a criatividade no ambiente de trabalho.

Programa de Terapias Antiestresse oferece a magistrados e servidores, a baixo custo e dentro da instituição, as modalidades de terapias: RPG, Drenagem Linfática, Massoterapia e Shiatsu como forma auxiliar no gerenciamento do estresse e promoção da qualidade de vida no trabalho.

Campanha de Vacinação Antigripal pretende controlar o número de absenteísmo por gripe e suas complicações, imunizando contra o vírus da Influenza magistrados, servidores, estagiários e terceirizados desta SJRJ.

Programa Antitabagismo busca através de campanhas conscientizar a população da SJRJ sobre a importância do ambiente livre de cigarro e oferecer informações sobre tratamentos e unidades de apoio ao fumante.

Programa de Saúde Bucal, por meio de campanhas voltadas para magistrados, servidores e seus dependentes, disseminar a importância da higiene bucal e da prevenção da cárie dentária.

Programa de Gerenciamento do Estresse tem como meta a redução do número de servidores nas fases de quase exaustão e exaustão, oferecendo ferramentas para otimização dos recursos individuais e contribuindo para a melhoria do clima organizacional.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta o seguinte tema:

- Gestão de Pessoas.

3 CLIENTES

Magistrados e servidores da SJRJ e, em alguns programas, estagiários e terceirizados.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

Em nossa sociedade, torna-se cada vez mais importante a manutenção da saúde do trabalhador. Os avanços tecnológicos trouxeram muitos benefícios para o nosso dia a dia, porém a velocidade das informações, as consequentes mudanças e exigências do mercado de trabalho promoveram sobrecarga de atividades e de conhecimento. São vários os estudos científicos que comprovam a relação entre as condições de trabalho inadequadas e estressantes como fator principal para o adoecimento do trabalhador. As organizações têm considerado os programas de qualidade de vida no trabalho como parte de uma estratégia na gestão de pessoas, trabalhando individualmente na questão do estresse e dentro da visão organizacional, em gestão de qualidade total.

Os Programas de Qualidade de Vida no Trabalho (PQVT), em função do ambiente organizacional e das características pessoais de magistrados e servidores, buscam soluções para essas pressões e exigências. Sua finalidade é a aquisição de novos hábitos de vida no trabalho para o bem-estar dos seus funcionários e, conseqüentemente, para o desenvolvimento da organização.

Mostra de Práticas Inovadoras.

1 ESCOPO DO PROJETO

Tornar a SJRJ um pólo de convergência de práticas inovadoras de âmbito nacional, nas áreas de gestão de processos, tecnologia da informação e gestão de pessoas.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta os seguintes temas:

- Alinhamento e Integração;
- Atuação Institucional;
- Gestão de Pessoas.

3 CLIENTES

Servidores da Justiça Federal

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

Tradicionalmente, os órgãos do judiciário estão isolados nos seus esforços, o que constitui um ponto fraco para as estratégias de melhoria. Embora já existam hoje diversas mostras de qualidade dentro do Judiciário, o projeto pretende trazer este espaço para dentro da SJRJ e dar maior evidência aos nossos projetos, além de propiciar maior compartilhamento de conhecimentos e experiência na busca da melhoria e da inovação.

Programa de Auditoria Médica e de Benefícios

1 ESCOPO DO PROJETO

Estabelecimento de rotinas e procedimentos de auditoria, recomendando à equipe de Correição da DIRFO avaliações pormenorizadas para esclarecer situações suspeitas de licenças e restrições médicas, pedidos de benefícios etc.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta os seguintes temas:

- Eficiência Operacional;
- Gestão de Pessoas.

3 CLIENTES

A própria Instituição e a Sociedade.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

Elevado número de licenças médicas concedidas. Necessidade de se estabelecer procedimentos para auditoria dos benefícios, de forma a garantir a fidelidade das informações.

Programa de Desenvolvimento Gerencial – PDG 2010-2014

1 ESCOPO DO PROJETO

Planejar e viabilizar ações de capacitação e desenvolvimento dos gerentes da SJRJ, abrangendo conteúdos comportamentais e técnicos.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta os seguintes temas:

- Eficiência Operacional;
- Gestão de Pessoas.

3 CLIENTES

Servidores que ocupam função gerencial, em todos os níveis gerenciais.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

O PDG teve início sistemático em 2005, quando foi elaborado seu projeto de implementação. De 2006 a 2008 sofreu várias reformulações em função de novas diretrizes do Conselho de Justiça Federal. Em 2009 o PDG foi novamente reformulado com o objetivo de tornar sua metodologia mais próxima da realidade da SJRJ e incluir conteúdos não comportamentais, tais como o uso de sistemas informatizados, a gestão de contratos e a redação de documentos, que fazem parte da prática gerencial, de acordo com as diretrizes traçadas pela Direção do Foro. Um projeto de pesquisa, visando esta reformulação, foi realizada nesse ano, e uma série de novas ações foram planejadas. No mesmo ano foram realizadas 5 turmas com base nesta concepção, voltadas exclusivamente para os servidores que assumiram função gerencial há 1 ano, com instrutores internos. O novo método mostrou-se viável e com bons resultados. Em 2010, seguindo a mesma linha, as demais ações planejadas com base na pesquisa serão implementadas. Nos anos de 2010 a 2014 o programa terá continuidade ano a ano, com projetos que buscarão cada vez maior aproximação prática e melhoria do desempenho dos gerentes, com reflexo na produtividade e no clima organizacional.

Sistema de Cotas Orçamentárias

1 ESCOPO DO PROJETO

Análise da programação/distribuição de cota orçamentária e acompanhamento da execução.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta os seguintes temas:

- Eficiência Operacional;
- Orçamento.

3 CLIENTES

Unidades Organizacionais da Área de Administração.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

Criação de cultura de gerenciamento orçamentário nas Subsecretarias da Área Administrativa.

Alinhamento Estratégico da Estrutura Organizacional

1 ESCOPO DO PROJETO

Adequar a estrutura organizacional da SJES às novas demandas decorrentes do planejamento estratégico, com foco nas áreas de comunicação, gestão documental, gestão ambiental e gestão de processos e de projetos.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta os seguintes temas:

- Eficiência Operacional;
- Alinhamento e Integração;
- Gestão de Pessoas.

3 CLIENTES

Público interno.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

Diante das exigências observadas no planejamento estratégico e na implantação do Projeto SIGJUS é imperioso que a SJES adeque sua estrutura às demandas que surgirão.

PROJETO 45

1 ESCOPO DO PROJETO

Promover a organização das Secretarias e Gabinetes de modo a favorecer a identificação e o processamento das ações ajuizadas há mais de quatro anos, possibilitando uma tramitação prioritária e efetiva dessas ações e um mapeamento dos feitos de modo a garantir uma duração razoável para esses processos.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta o seguinte tema:

- Eficiência Operacional.

3 CLIENTES

Todos os órgãos processantes da Seção Judiciária do Espírito Santo.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

As justificativas do projeto, de acordo com os objetivos a serem alcançados, são mostradas a seguir:

- Agilizar a tramitação das ações ajuizadas há mais tempo, através de uma identificação diferenciada de escaninhos e processos, favorecendo a rápida localização e separação das ações mais antigas.
- Favorecer uma tramitação mais rápida, pois a partir do momento que os escaninhos e ações são visivelmente identificados, os servidores e magistrados têm como priorizar o manuseio e processamento dessas ações monitorando, inclusive, mensalmente através de mapas estatísticos obtidos através do sistema SIAPRO - APOLO.

Licitações e Contratos Ágeis

1 ESCOPO DO PROJETO

O projeto visa agilizar e otimizar os procedimentos referentes a licitação e contratação de bens e serviços, em especial padronização de fluxos de tramitação de processos com prazos pré-determinados em formulários, envolvendo desde a fase interna de licitação até a gestão contratual, de forma a evitar re-trabalho, situação de acúmulo de licitações num mesmo período (geralmente novembro e dezembro), e que as áreas preparem e analisem as licitações e contratos em prazos exíguos. O projeto também visa desenvolver conhecimentos e habilidades às pessoas envolvidas nos processos de licitações e contratações da SJES.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta os seguintes temas:

- Eficiência Operacional;
- Atuação Institucional;
- Gestão de Pessoas.

3 CLIENTES

Áreas especificadoras, Núcleo de Contratações, Núcleo de Orçamento e Finanças, Núcleo de Controle Interno, Coordenadoria Jurídica, Gestores de Contrato.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

Assegurar a eficácia e qualidade contínua na execução das licitações e contratações, as quais impactam diretamente nos resultados operacionais, orçamentários e financeiros da gestão administrativa da SJES.

Modernização da Estrutura de TI

1 ESCOPO DO PROJETO

Ampliar a infra-estrutura de TI da Seção Judiciária do Espírito Santo, de modo a atender a demanda por novos serviços que venham a surgir, bem como melhorar a qualidade na prestação dos serviços e soluções já existentes.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta os seguintes temas:

- Eficiência Operacional;
- Responsabilidade Socioambiental;
- Infraestrutura e Tecnologia.

3 CLIENTES

Todos os órgãos processantes da 2ª Região, magistrados, advogados e público em geral.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

As justificativas do projeto, de acordo com os objetivos a serem alcançados, são mostradas a seguir:

Disponibilizar acesso seguro e contínuo aos recursos de TI disponibilizados, sobretudo à Justiça 100% Digital

Agilizar os trâmites judiciais. O envio e recebimento de documentos eletrônicos é instantâneo, dependendo somente do processo de trabalho utilizado;

Facilitar acesso à justiça. Os processos ficam disponíveis na íntegra, de forma transparente, facilitando a visualização (excetuando-se os casos de sigilo). O recebimento de petições também é facilitado, independente da localidade geográfica;

Fortalecer a imagem e aperfeiçoar a comunicação da Justiça Federal da 2ª. Região. A disponibilidade dos processos de forma transparente fortalece a imagem da justiça. A troca de informações pode ser facilitada por ferramentas eletrônicas.

NOME DO PROJETO

Trabalho e Saúde

1 ESCOPO DO PROJETO

Proporcionar aos servidores condições de trabalho destinadas à manutenção da saúde física e mental através de atividades físicas e lúdicas, tais como ginástica laboral, canto coral, campanha de vacinação, semana de saúde etc.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta o seguinte tema:

- Gestão de Pessoas.

3 CLIENTES

Servidores e magistrados da Justiça Federal do Espírito Santo.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

Os problemas de saúde estão entre as principais causas de absenteísmo. Busca-se, assim, intervir nessa causa com o fim de reduzir os índices de absenteísmo nesta Seção Judiciária do Espírito Santo.

Nossa História.

1 ESCOPO DO PROJETO

Resgatar a história da instituição, desde a implantação no Espírito Santo.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta os seguintes temas:

- Acesso ao Sistema de Justiça;
- Responsabilidade Socioambiental;
- Atuação Institucional.

3 CLIENTES

Público interno e externo.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

Promover concursos junto a estudantes e sociedade em geral sobre a Justiça Federal, sua importância e história em terras capixabas. Preservar a memória da instituição mediante entrevista realizada com personagens que auxiliaram em sua construção, como juízes e servidores públicos federais, advogados, procuradores, dentre outros.

Contratar serviços especializados de conservação preventiva de documentos, compreendendo a higienização dos processos arquivados na SEARD, do período de 1966 a 1989, visando a sua preservação, juntamente com a identificação do acervo histórico e sua separação para guarda permanente.

3ª REGIÃO

NOME DO PROJETO

Processo Eletrônico da 3ª Região – 1º e 2º graus

1 ESCOPO DO PROJETO

O projeto Processo Eletrônico é composto por vários subprojetos, a seguir destacados:

1. Projeto SIGPRO – Sistema de Gestão Processual Eletrônico.

O desenvolvimento e implantação do SIGPRO será modular. As funcionalidades dos atuais sistemas processuais serão inativadas na medida em que o SIGPRO for implementado e implantado.

Módulos:

1.1 PEPWEB – Peticionamento Eletrônico (Petições iniciais ou de andamento).

1.2 Agenda Credenciado - Intimação Eletrônica do Advogado ou do Procurador, Prazos, Protocolos, Pedido de Sustentação Oral.

1.3 Caixa Atividade – Caixa de atividades do Magistrado e do Servidor ou do Órgão, para a visualização dos processos em movimento no órgão, pendentes de processamento. Neste módulo também será desenvolvido o visualizador das peças processuais.

1.4 SINTEGRA – Integração com Entidades.

1.5 Audiências – Controle de agendamento de audiências, inclusive Criminais, com armazenamento de Áudio e Vídeo no repositório corporativo.

1.6 Penal – Controle das Execuções Penais, inclusive as penas alternativas ou com restrição de liberdade.

1.7 Requisição de Pagamento (1º grau) – Controle de pagamento de Precatórios e RPV no 1º Grau.

1.8 Autuação/Distribuição - em WEB, integrado com a caixa de atividades.

1.9 Processamento - em WEB, visando o controle de Prazos pelas Varas e Subsecretarias.

1.10 Redesenolvimento do GEDPRO – com vistas ao porte de tecnologia de armazenamento de documentos, linguagem de desenvolvimento e hardware.

2. Certidão de Distribuição e de Andamento de processos via Web.

3. Redesenolvimento da entrada de dados do sistema de jurisprudência.

4. RE (Recurso Extraordinário) eletrônico – STF.

5. Publicação de matérias dos JEFs da 3ª Região no Diário Eletrônico.
6. Sistema de Petição Eletrônica.
7. EFV – Execuções Fiscais Virtuais.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta os seguintes temas:

- Eficiência Operacional;
- Acesso ao Sistema de Justiça;
- Infraestrutura e Tecnologia.

3 CLIENTES

Área Judiciária da 3ª Região, Corregedoria Regional da 3ª Região, Assessoria de Informática, Secretaria Judiciária, Núcleos de Apoio Judiciário de SP e MS, Executados e órgãos convenientes da Justiça Federal, Demais órgãos do Sistema de Justiça, Correios, Arrematantes, Leiloeiros, Advogados, População em geral.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

- Cumprimento ao determinado na Lei nº 11.419, de 19/12/2006, que regulamentou a informatização do processo judicial.
- Convênio assinado pelo CJF, TRF 3ª Região e CEF para a implantação do processo eletrônico na Justiça Federal da 3ª Região.
- Atendimento às seguintes metas nacionais de nivelamento estipuladas pelo CNJ:
- Meta 5 - Implantar sistema de gestão eletrônica da execução penal e mecanismo de acompanhamento eletrônico das prisões provisórias.
- Meta 7 – Tornar acessíveis as informações processuais nos portais da rede mundial de computadores (internet), com andamento atualizado e conteúdo das decisões de todos os processos, respeitado o segredo de justiça.
- Meta 10 – Implantar o processo eletrônico em parcela de suas unidades judiciárias.

NOME DO PROJETO

Projeto Conciliação

1 ESCOPO DO PROJETO

Sob orientação do Gabinete da Conciliação do TRF 3ª Região, as atividades de conciliação na 3ª Região estão hoje relacionadas com as seguintes matérias: Sistema Financeiro de Habitação, em parceria com a Caixa Econômica Federal; auxílio doença; LOAS; aposentadoria por idade rural e urbana, em parceria com o INSS. Para o projeto, pretende-se o seguinte:

1. Ampliar o rol de matérias, incluindo:

1.1 Carteira comercial da CEF, como por exemplo dívidas de cartão de crédito, cheque especial, financiamento rural;

1.2 Consignatória;

1.3 Desapropriação;

1.4 Desapropriação - Intervenção do Estado na Propriedade – Direito Administrativo (Furnas);

1.5 Servidão Administrativa (Furnas) e 1.6 Usucapião.

2. Audiências semanais no Estado de São Paulo.

3. Disponibilização às partes e advogados, por meio da Consulta Processual Unificada, dos processos passíveis de conciliação.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta o seguinte tema:

- Acesso ao Sistema de Justiça.

3 CLIENTES

Jurisdicionados, Varas e Gabinetes da Justiça Federal da 3ª Região.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

Reduzir o tempo para a resolução de conflitos, o custo financeiro em comparação à forma judicial, o volume de processos em tramitação e o desgaste do jurisdicionado. Facilita a comunicação e promoção de ambientes cooperativos e transforma as relações e melhora os relacionamentos entre as partes.

NOME DO PROJETO

Portal de Estatística – versão Intranet (Sinejus) e versão Internet.

1 ESCOPO DO PROJETO

Disponibilizar, na Justiça Federal da 3ª Região, a ferramenta “portal de estatística”, desenvolvida pelo TRF da 2ª Região:

- na Intranet dos órgãos da 3ª Região para atender aos mapas do Sinejus com os dados do 2º Grau (Siapro) e apresentar os dados dos processos de acervo do 1º Grau (Cachê);
- na Internet dos órgãos da 3ª Região, os dados do 2º Grau (Siapro), em atendimento à Resolução 57/CJF e ao Provimento 02/CJF; e
- prever expansão para atender os dados do Sistema Juizado Especial Federal (JEF) e do 1º Grau (Cachê) na Internet dos órgãos da 3ª Região, para atender à Resolução nº 57/CJF e ao Provimento nº 02/ CJF.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta o seguinte tema:

- Infraestrutura e Tecnologia.

3 CLIENTES

Usuário interno da Justiça Federal e Público externo.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

Cumprimento ao determinado na Resolução nº 57/CJF e no Provimento nº 02/CJF. Esta solução foi pensada para atender aos questionamentos sobre os dados estatísticos obtidos dos Sistemas de Acompanhamento Processual dos 1º e 2º Graus e Juizado Especial Federal de uma forma rápida e consistente, visando um resultado que trouxesse, quanto à concepção, disponibilidade, confiabilidade, integridade e transparência; e quanto à tecnologia, flexibilidade e baixa complexidade. O portal utiliza o conceito “Data Warehouse” (processo de transformação e disponibilização da informação) com Informações Processuais e “Data Mart’s” visões restritas de um “Data Warehouse” para utilização dos usuários finais) com os seguintes assuntos: movimentação processual, atividades, conclusão, processos em trâmite e acervo.

NOME DO PROJETO

Projeto Imprensa

1 ESCOPO DO PROJETO

Aumentar a divulgação junto à imprensa, conseguindo o aumento da inserção de matérias positivas sobre a Justiça Federal da 3ª Região na mídia, melhorando a imagem institucional. Consideram-se matérias positivas aquelas que ressaltem as boas práticas e iniciativas, como por exemplo, mutirões, virtualização de processos, etc.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta o seguinte tema:

- Atuação Institucional.

3 CLIENTES

A Justiça Federal da 3ª Região, em especial as áreas de Comunicação Social.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

A mídia influencia a sociedade e é um canal eficiente de divulgação de informações, portanto, quanto maior o número de notícias positivas inseridas na mídia, melhor a imagem da Justiça Federal da 3ª Região perante a sociedade.

NOME DO PROJETO

Expedição da Cidadania

1 ESCOPO DO PROJETO

A “Expedição da Cidadania” é um projeto promovido pelo TRF3ª Região em parceria com outras instituições, com o objetivo de levar o Juizado Especial Federal Itinerante a populações carentes de regiões de difícil acesso e oferecer diversos serviços a fim de garantir às pessoas o direito à cidadania. A meta para este projeto é 03 juizados itinerantes, por ano, no âmbito da Justiça Federal da 3ª Região.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta o seguinte tema:

- Acesso ao Sistema Justiça.

3 CLIENTES

Sociedade, em especial, a população carente de regiões de difícil acesso, além de outras instituições.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

Aumentar o acesso da população carente à Justiça, vez que o juizado itinerante possibilita a oferta de vários serviços a uma população, garantindo o direito à cidadania. Pessoas, até então excluídas, tem acesso a serviços públicos gratuitos, onde são emitidos documentos como certidões de nascimento, carteira de identidade, de trabalho, CPF e título de eleitor. Além disso, o Juizado Especial Federal Itinerante permite que a população solicite benefícios previdenciários, para os quais são autuados processos e realizadas audiências de conciliação, instrução e julgamento no local.

Suporte ao Trabalhador Terceirizado – Apoio em Atenção à Saúde

1 ESCOPO DO PROJETO

Oferecer pronto atendimento médico, de enfermagem, psicológico e social às situações de urgência/emergência, no próprio ambulatório (procedimentos simplificados e de baixa complexidade) e através de encaminhamento a hospitais públicos, instituições especializadas, equipamentos sociais e demais recursos da comunidade.

Proporcionar ações pontuais de prevenção de doenças e estímulo aos hábitos de vida saudáveis.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta o seguinte tema:

- Responsabilidade Socioambiental.

3 CLIENTES

Funcionários terceirizados e estagiários.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

Há funcionários de empresas terceirizadas em diferentes áreas da 3ª Região, que necessitam de suporte com vistas à proteção e promoção da saúde, a fim de garantir a qualidade da prestação de serviços ao jurisdicionado.

Trata-se, ainda, de uma questão ética de respeito à vida humana.

NOME DO PROJETO

Projeto Viver em São Paulo, Outros Olhares

1 ESCOPO DO PROJETO

Oferecer atendimento especializado e encaminhamento adequado aos magistrados, servidores e funcionários terceirizados que vivenciaram e/ou vivenciam situações de violência em suas diversas facetas.

Promover e/ou divulgar alternativas de lazer sócio-educativo e de atividades culturais na cidade de São Paulo.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta o seguinte tema:

- Responsabilidade Socioambiental.

3 CLIENTES

Servidores, magistrados e funcionários terceirizados da 3ª Região.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

A violência configura-se como um problema de saúde pública. Considerando a crescente demanda por atendimentos e orientações relacionadas às situações de violências (física, psicológica, urbana, intrafamiliar e no ambiente de trabalho), bem como a complexidade do tema, faz-se necessário oferecer uma intervenção psicológica e social especializada.

NOME DO PROJETO

Parceria com Entidade que Atende Crianças em Situação de Vulnerabilidade Social

1 ESCOPO DO PROJETO

Prestar apoio nas diversas atividades realizadas pelo Centro Infantil Clara de Assis, procurando incentivar o envolvimento e a participação dos magistrados e servidores deste Tribunal, através de campanhas assistenciais, mediação entre o Centro Infantil e outras entidades e incentivo ao trabalho voluntário.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta o seguinte tema:

- Responsabilidade Socioambiental.

3 CLIENTES

Servidores e magistrados da 3ª Região.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

Inúmeras empresas têm percebido que se preocupar, apoiar e investir em atividades sociais, no seu entorno, pode, entre outros objetivos, melhorar a imagem da empresa, aumentar a auto-estima dos funcionários, aprimorar a mão-de-obra e permitir que os funcionários voluntários treinem sua criatividade e disposição para cooperar.

O trabalho do Centro Infantil Clara de Assis é de grande relevância social e possibilita mudanças na vida cotidiana dos usuários daquele serviço.

A parceria também proporciona aos magistrados e servidores da 3ª Região, uma oportunidade de crescimento na vida pessoal, através do desprendimento da doação, do compromisso do trabalho voluntário e da ampliação da visão de mundo.

Formação de Multiplicadores para a Gestão Ambiental na Justiça Federal da 3ª Região.

1 ESCOPO DO PROJETO

Convocação, pela Presidência, de servidores representantes de todos os setores da Justiça Federal da Terceira Região, para que atuem como multiplicadores das práticas, ações e iniciativas sócio-ambientais em seus ambientes de trabalho. O projeto contempla a capacitação, integração e sinergia dos multiplicadores para aumentar a eficácia das ações e programas ora em execução.

Este projeto prevê a Gestão documental - Descarte

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta o seguinte tema:

- Responsabilidade Socioambiental.

3 CLIENTES

Servidores e magistrados da Justiça Federal da 3ª Região.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

A responsabilidade sócio-ambiental contempla o envolvimento pessoal dos colaboradores através de suas práticas individuais, não somente no ambiente de trabalho, mas também na comunidade. Neste contexto, exige-se um processo educativo que pressupõe a participação e o “empoderamento” de que todos se tornam agentes do processo de transformação. Naturalmente, a melhoria das condições ambientais não pressupõe somente medidas gerenciais, mas um movimento integrado em que participam todos os colaboradores. Neste contexto, a formação de multiplicadores possibilita a criação de um processo colaborativo, respeitando os aspectos culturais, não limitados a normas e regulamentos, mas amplo e abrangente. Prevê-se a realização de encontros, oficinas, publicação de manuais, discussões via e-mail e videoconferências e atividades integradas.

NOME DO PROJETO

Banco de Dados de Cooperação Técnica

1 ESCOPO DO PROJETO

Criação de um banco de dados regional que permita o registro e acompanhamento das ações estratégicas de cooperação técnica.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta o seguinte tema:

- Atuação Institucional.

3 ESCOPO DO PROJETO

Criação de um banco de dados regional que permita o registro e acompanhamento das ações estratégicas de cooperação técnica.

4 CLIENTES

Unidades judiciárias e administrativas, magistrados e servidores da 3ª Região.

5 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

O acompanhamento e controle das ações estratégicas de cooperação técnica, com todas as ações e convênios catalogados, trarão a organização e a acessibilidade dos dados para toda a Justiça Federal da 3ª Região. A acessibilidade se dará na forma da facilidade em identificar se há outra ação, acordo ou convênio com as mesmas características ou se o mesmo é inédito na Região e se coaduna aos objetivos e indicadores estratégicos.

“Endomarketing” - Utilização de Novas Mídias para a Comunicação

1 ESCOPO DO PROJETO

O objetivo é utilizar novas mídias para divulgação interna, como “podcast” ou programação em vídeo ou canal interativo, além de melhorar e intensificar as notícias/informações divulgadas nos canais de comunicação já existentes: “house-organs” (jornal interno), mural eletrônico, intranet e outros.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta o seguinte tema:

- Atuação Institucional.

3 CLIENTES

Todos os setores da 3ª Região podem contribuir com informações.

O público-alvo são os servidores da Justiça Federal da 3ª Região.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

O público interno faz parte dos stakeholders, ou seja, o público estratégico de uma empresa. Por isso, deve possuir canais de comunicação eficientes onde obtenham informações oficiais e possam divulgar suas ações. A intenção é melhorar os canais de comunicação já existentes, com a intensificação da comunicação e aperfeiçoamento da qualidade e conteúdo, além da utilização de novos canais de comunicação.

NOME DO PROJETO

Curso de Especialização para Magistrados

1 ESCOPO DO PROJETO

Promover e incentivar a formação, o aperfeiçoamento e a especialização dos Magistrados Federais, capacitando-os para o melhor desempenho da atividade jurisdicional. Utilização de convênio com a Universidade de São Paulo.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta o seguinte tema:

- Gestão de Pessoas.

3 CLIENTES

Magistrados da 3ª Região

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

Ampliar o universo de conhecimento teórico-prático e multidisciplinar sobre temas processuais de interesse para a jurisdição federal, propiciando ao magistrado interpretar e aplicar de forma adequada e com visão crítica os conceitos, os princípios, os institutos e instrumentos de direito material e processual. A Escola já treinou um grupo de especialização em Direito Constitucional conseguindo um ótimo retorno em relação ao desempenho dos magistrados participantes.

NOME DO PROJETO

Disponibilização do Conteúdo dos Cursos via Internet

1 ESCOPO DO PROJETO

Possibilitar o acesso ao conteúdo dos eventos de aprimoramento e capacitação da 3ª Região, após a sua realização.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta o seguinte tema:

- Gestão de Pessoas.

3 CLIENTES

Escola de Magistrados, Secretaria de Gestão de Pessoas, Secretaria de Informática.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

Responder à demanda pelo acesso ao conteúdo dos eventos de aprimoramento e capacitação promovidos pela EMAG e pela Secretaria de Gestão de Pessoas, aos magistrados e servidores, com o menor custo possível.

NOME DO PROJETO

EAD/ Sala de Aula Virtual

1 ESCOPO DO PROJETO

Atingir o maior número de magistrados a serem treinados, principalmente nas subseções distantes da capital, difundindo da maneira mais abrangente possível os conteúdos necessários com a efetiva implementação do ensino à distância.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta o seguinte tema:

- Gestão de Pessoas.

3 CLIENTES

Magistrados e servidores da 3ª Região.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

Atender as diretrizes do PNA, PNC e do PPC da 3R.

No âmbito da EMAG, viabilizando este projeto pouparemos recursos orçamentários derivados das viagens dos senhores magistrados que encontram-se fora da sede da EMAG, evitando, assim, o pagamento de diárias e/ou passagens aéreas ou terrestres. Este é um projeto urgentíssimo que se encontra na pauta do dia de todos os Tribunais superiores e que se não levado a efeito trará um grande ônus orçamentário além de não conseguirmos implementar todas as diretrizes propostas pela ENFAM.

No âmbito da capacitação de servidores, o desenvolvimento de ambiente virtual para capacitação à distância, busca disseminar conhecimento para um número maior de pessoas, proporcionando o acesso remoto e flexibilidade de horário.

Otimização de tempo, espaço físico e socialização do conhecimento.

NOME DO PROJETO

Controle dos Fatores de Risco para Doenças Crônicas

1 ESCOPO DO PROJETO

Oferecer programas que permitam identificar, controlar e gerenciar fatores de risco em saúde (tabagismo, stress, sedentarismo, hábitos alimentares inadequados, excesso de peso, comportamentos preventivos). Estes programas envolvem atividades em educação em saúde, mudança de comportamento, acompanhamento médico, psicológico e social, com a utilização de métodos e ferramentas cientificamente comprovados.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta o seguinte tema:

- Gestão de Pessoas.

3 CLIENTES

Servidores e magistrados da 3ª Região.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

Estudos científicos têm demonstrado que os fatores de risco em saúde (tabagismo, stress, sedentarismo, hábitos alimentares inadequados, excesso de peso, comportamentos preventivos) estão fortemente relacionados a redução na produtividade, faltas ao trabalho (absenteísmo), aposentadorias precoces, redução na motivação e criatividade, aumento dos custos em assistência médica e acidentes no trabalho. O baixo “turnover” na área pública associado ao envelhecimento da força de trabalho exigem programas e estratégias para a manutenção do nível de saúde dos servidores e magistrados.

NOME DO PROJETO

Ambiente Livre de Poluição Tabagista

1 ESCOPO DO PROJETO

Promover um ambiente livre de poluição tabagística através da proibição do uso de cigarro, cigarrilhas, charutos, cachimbos ou qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco, nas dependências e áreas comuns do edifício-sede do Tribunal, bem como da manutenção de Programa de Controle do Tabagismo no Ambiente de Trabalho, através da divulgação de informações referentes ao tema e tratamento biopsicossocial e farmacoterápico especializado.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta o seguinte tema:

- Responsabilidade Socioambiental.

3 CLIENTES

Servidores e magistrados da 3ª Região.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

A promoção de um ambiente livre de poluição ambiental causada por cigarro é benéfica a todos. O TRF3 recebeu uma Certificação da Secretaria de Estado da Saúde (Padrão Ouro) como uma instituição que preserva um ambiente 100% livre da poluição gerada pelo tabaco garantindo que magistrados, servidores, funcionários terceirizados, advogados e demais usuários que entrarem no prédio não terão contato com as toxinas do tabaco.

NOME DO PROJETO

Gestão por Competências

1 ESCOPO DO PROJETO

O projeto Implantação de modelo de Gestão por Competências é composto por vários subprojetos, a seguir destacado:

1. Mapeamento de competências: consiste na realização de pesquisa que precederá a implementação da Gestão por Competências, visando possibilitar o conhecimento das competências individuais dos servidores;

1.2 Inicialmente, a avaliação está sendo direcionada somente para os servidores do TRF3R, podendo ser aplicada também nos magistrados e estendida aos demais órgãos da 3ªR.

1.3 Serão mapeadas, por amostragem, as competências específicas dos cargos existentes nas áreas fim e meio do TRF3, com as respectivas entregas.

1.4 Para tanto, será aplicada auto avaliação para apurar as competências comportamentais individuais de todos os servidores.

1.5 Realizar as avaliações das competências fundamentais, gerenciais e específicas.

1.6 Identificar os “gaps” de competências e elaborar os Planos de Desenvolvimento Individuais – PDIs.

2. Programa de Incentivo à Especialização: Bolsa de Estudos que custeia parcialmente as despesas dos servidores com cursos de pós-graduação, por meio de processo seletivo. O programa abrange todos os servidores da 3R. Atender as diretrizes do PNA, PNC e do PPC da 3R.

3. Programação de Eventos de Capacitação

4. Fixação da lotação ideal das áreas/Critérios para lotação e movimentação de servidores

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta o seguinte tema:

- Gestão de Pessoas.

3 CLIENTES

Unidades judiciárias e administrativas, magistrados e servidores da 3ª Região.

Atender as diretrizes do PNA, PNC e do PPC da 3R.

Possibilitar a implantação do modelo de Gestão por Competências, a identificação e desenvolvimento dos conhecimentos, habilidades e atitudes dos servidores com foco na melhora da performance individual e aprimoramento dos resultados institucionais, alinhando a capacitação e competências individuais à estratégia.

Nesse contexto: a reorganização das estruturas, fixação da lotação ideal, a definição de critérios para lotação/movimentação visa a racionalização do trabalho e readequação das equipes considerando o perfil dos servidores, vincula-se ao desenho de uma organização mais humanizada sem perder de vista o foco em resultados.

Reestruturação de áreas

1 ESCOPO DO PROJETO

Alterar a estrutura organizacional das áreas do TRF e Seções Judiciárias de São Paulo e Mato Grosso do Sul. A princípio, o projeto visa a reestruturação da Secretaria de Informática (Res. 90/09-CNJ) e do Gabinete da Conciliação.

O projeto é composto de subprojetos:

- Fixação da lotação ideal das áreas
- Critérios para lotação e movimentação de servidores, além dos já existentes.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta o seguinte tema:

- Gestão de Pessoas.

3 CLIENTES

Todos os setores da 3ª Região.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

Reorganização das estruturas visando racionalização do trabalho e readequação das equipes e a melhoria dos resultados esperados tendo em vista as metas do planejamento estratégico, bem como possibilitar a adequação do perfil dos servidores de acordo com a solicitação dos gestores, visando a retenção de talentos nas áreas, adequação das equipes com a conseqüente otimização dos trabalhos, e ajustar as lotações em caso de inadaptação.

A não realização do projeto pode inviabilizar o alcance dos objetivos estratégicos, uma vez que as áreas estão aquém das necessidades, comprometendo o alcance de resultados e da grande rotatividade de servidores entre as áreas.

NOME DO PROJETO

Projeto de Segurança para o TRF 3R – Prédio Sede e Unidades Judiciárias – Fóruns da 3ª Região

1 ESCOPO DO PROJETO

Implantação do Centro de Controle Operacional (Sala de segurança climatizada que receberá os equipamentos eletrônicos de segurança para monitoramento e pronta resposta das ações de segurança).

Instalação da Infra-estrutura elétrica e eletrônica dos equipamentos.

Instalação dos equipamentos do Circuito Fechado de Televisão (CFTV), controle de acesso de pessoas e veículos, controle dos elevadores, sistema de alarme e detecção de incêndios, alarmes de pânico e radiocomunicação.

Elaboração de planos de contingência para as várias crises, tais como: incêndios, ameaças de bomba, seqüestros, Falta de energia elétrica, ameaças “sibernéticas”, distúrbios de ordem interna/externa, etc.

Treinamento dos Agentes de Segurança, aquisição de veículos e equipamentos, tais como: Armamentos Letais e não letais, coletes balísticos, Transceptores (radiocomunicação), uniformes, etc.

Itens de grande importância: Treinamento e Capacitação para os equipamentos em tela, Câmeras de monitoramento e gravação do CFTV, Catracas e cancelas para controle de acesso, Tags para controle de frota, Equipamento de raio X, Detectores de metais, Armas letais e não letais.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta o seguinte tema:

- Infraestrutura e Tecnologia.

3 CLIENTES

Contribuem ativamente com informações para a elaboração e desenvolvimento do projeto, a Secretaria de Segurança Institucional da Presidência, a Secretaria da Administração (Divisões de Arquitetura/Engenharia e Manutenção), e Secretaria de Informática.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

Tem como objetivo, o projeto de segurança, auxiliar na viabilização da implementação de todos os meios necessários, a fim de minimizar ocorrências

internas/externas que possam interferir negativamente nas atividades da 3ª Região e, por conseguinte, inviabilizar a Missão do Tribunal, mesmo que momentaneamente.

Caso não seja realizado o projeto, teremos aumentado os riscos de descontinuidade dos trabalhos na 3ª Região, pois o projeto visa mitigar os riscos relativos à vida, integridade física das pessoas, e proteção ao patrimônio, fazendo com que haja relevante aumento da sensação de segurança pelo fato do efetivo aumento da segurança.

METAS:

Ano de 2009:

- Implantado parcialmente, (90%), da infra-estrutura do sistema de segurança em tela;
- Instalado 41%, do total de câmeras do CFTV;
- Implantado controle digital dos elevadores;
- Implantação parcial dos equipamentos do CCO (centro de controle operacional) do sistema de segurança;

Ano de 2010:

- Implantação de mais 20% de câmeras do CFTV;
- Ampliação dos equipamentos do CCO, para atendimento das novas câmeras;
- Ampliação da infra-estrutura para receber as novas câmeras (10%);
- Implantação parcial do Controle de acesso (40%);
- Aquisição de armas de fogo;

Ano de 2011:

- Implantação de 20% de câmeras do CFTV;
- Implantação parcial do Controle de acesso (40%);
- Aquisição de mais 50% de armas de fogo;

Ano de 2012:

- Implantação de 19% de câmeras do CFTV;
- Implantação parcial do Controle de acesso (20%);

NOME DO PROJETO

Atualização Tecnológica de Hardware da 3ª Região.

1 ESCOPO DO PROJETO

Substituir os microcomputadores defasados tecnologicamente, sem garantia, bem como acréscimo na Justiça Federal da 3ª Região.

Adquirir notebooks para uso pelos desembargadores e magistrados da Justiça Federal da 3ª Região.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta o seguinte tema:

- Infraestrutura e Tecnologia.

3 CLIENTES

Desembargadores, Magistrados e Servidores da Justiça Federal de 3ª Região.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

A Justiça Federal da 3ª Região vive hoje um processo de rápida modernização, com o projeto de virtualização dos processos que será implantado a partir de Janeiro de 2010.

Tendo em vista que a Justiça Federal da 3ª Região possui hoje um parque de 4.405 (quatro mil, quatrocentos e cinco) microcomputadores contendo Positivo PIII, 600 MHz e 800 MHz, Novadata Athlon 1.8, Positivo Athlon 2.2, IBM Celeron 2.2, Novadata P IV 2.0, Itautec PIV 2.8, Positivo PIV 2.4, IBM Celeron 2.4, Novadata Athlon 2.4, Positivo PIV 2.8 E Novadata PIV 2.8 instalados nas Varas Federais, Juizados Especiais Federais e no Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que estão defasados tecnologicamente, sem garantia e apresentando constantemente defeitos, faz-se necessária a substituição.

A aquisição de notebooks é necessária para atender a ampliação da Justiça Federal da 3ª Região, atendendo às necessidades de locomoção dos magistrados.

NOME DO PROJETO

Numeração Única Processual na 3ª Região, Sistemas do 1º e do 2º Grau

1 ESCOPO DO PROJETO

Manutenção dos sistemas processuais do 1º e 2º Graus, Peticionamento Eletrônico de Requisição de Pagamento de Precatórios e de Pequenos Valores, GEDPRO, Diário Eletrônico para fins de implantação da numeração única determinada pelo CNJ de 20 dígitos. Hoje a numeração é de 10 e 11 dígitos para processos autuados até 1998 e de 15 dígitos para posteriores.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta o seguinte tema:

- Infraestrutura e Tecnologia.

3 CLIENTES

Secretaria Judiciária

Subsecretaria de Registro e de Informações Processuais

Núcleo de Apoio Judiciário de SP

Núcleo de Apoio Judiciário de MS

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

Resolução 65/09, do Conselho Nacional de Justiça.

NOME DO PROJETO

Modernização Tecnológica da Administração de Redes

1 ESCOPO DO PROJETO

Substituição dos switches existentes viabilizando desta forma a modernização dos concentradores de Rede.

No processo de modernização do parque tecnológico, a Justiça Federal da 3ª Região tem a necessidade de atualizar os switches instalados em sua Rede de Dados, possibilitando a inserção de novos serviços na sua rede IP. Serviços estes como NAC (Network Access Control), telefonia IP, criação de redes virtuais, entre outros.

Virtualização dos servidores (blades) com a replicação de dados dos bancos de dados no Tribunal para backup, inclusive.

Migração de parte da plataforma Novell para Microsoft.

Aquisição de analisadores de redes e links de dados, Switches, Storages, Software AD (Active Directory) para gerenciamento de redes.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta o seguinte tema:

- Infraestrutura e Tecnologia.

3 CLIENTES

Magistrados, Desembargadores e Servidores Públicos internos que acessam a rede de dados.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

A Justiça brasileira vem atravessando um rápido processo de informatização, o que tem levado a uma necessidade maior de novas tecnologias para oferecer mais serviços para o público externo e interno. A Justiça Federal da 3ª Região vive hoje um processo de rápida modernização, com o projeto de virtualização dos processos que será implantado em Janeiro de 2010.

A Justiça Federal da 3ª Região possui uma rede de acesso (LAN e WAN) muito extensa, sendo necessária a atualização tecnológica da infraestrutura para garantir o acesso rápido aos sistemas.

NOME DO PROJETO

Aprimorar a Metodologia de Elaboração do Planejamento Estratégico Plurianual.

1 ESCOPO DO PROJETO

O projeto se propõe a implementar medidas de prazos para emissão de requisição, análise de créditos e realocação de recursos, em tempo hábil, visando cumprimento das metas estabelecidas pelo planejamento estratégico.

E, também, adaptar o sistema de controle orçamentário para o acompanhamento das despesas inscritas em restos a pagar até o total do cumprimento da meta. Assim, partir de 2010, as contratações devem especificar a quais metas do planejamento estratégico correspondem. No TRF3, a SOFI/UPLA adaptará sistema existente para acompanhar a execução do orçamento destinado aos projetos estratégicos.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta o seguinte tema:

- Orçamento.

3 CLIENTES

Unidades administrativas gestoras de orçamento e de gestão estratégica, diretoria-geral, diretorias administrativas.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

O projeto é importante para possibilitar a manutenção da meta, vinculando a alocação de recursos na LOA ao planejamento estratégico plurianual. Na execução, garantir 99% da aplicação dos recursos, de acordo com o planejamento estratégico. A não concretização do projeto inviabiliza o controle da execução do orçamento estratégico e projetos relacionados.

NOME DO PROJETO

Racionalizar o Uso dos Recursos Controlando por Centro de Custos.

1 ESCOPO DO PROJETO

O projeto se propõe a implementar, a partir de 2010, conjuntamente com os gestores orçamentários da 3ª Região, medidas administrativas que visem a redução de custos em, aproximadamente, 5% ao ano do orçamento de despesas com custeio, a serem disponibilizadas nas Leis Orçamentárias Anuais de 2010 a 2013, revertendo para projetos estratégicos.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta o seguinte tema:

- Orçamento.

3 CLIENTES

Unidades administrativas gestoras de orçamento e de gestão estratégica, diretoria-geral, diretorias administrativas.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

Atualmente, já se encontra em funcionamento No TRF3 (SOFI/UPLA) um sistema de controle por centro de custo, subdividido entre os seguintes gestores: SADI, SINF, SEHU, UDOC, UMED, DIRG e SSEG, com controle pormenorizado dos recursos alocados às despesas realizadas, as projetadas, os saldos existentes. O sistema já possibilita a identificação das reduções e novas alocações (créditos, suplementações, cancelamentos, remanejamentos internos, etc.). É necessário estender o controle às Seções Judiciárias. A não concretização do projeto inviabiliza o controle do remanejamento do orçamento de custeio aos projetos estratégicos.

Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação

1 ESCOPO DO PROJETO

Definir como o TRF3 fará a gestão de sua tecnologia da informação alinhada ao seu planejamento estratégico e as estratégias de negócio. Estabelecer mecanismos para controle de qualidade, prazos e custos; padronizar e simplificar recursos de TI; identificar planos de ação.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta o seguinte tema:

- Infraestrutura e Tecnologia.

3 CLIENTES

Secretaria de Informática e Diretoria Geral.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

Recomendação do TCU no acórdão n. 1603/2008; Art. 11 da Resolução n. 90 do CNJ de 29 de setembro de 2009: “O Tribunal deve elaborar e manter um Planejamento Estratégico de TIC - PETI, alinhado às diretrizes estratégicas institucionais e nacionais”.

Parágrafo único. Deverá ser elaborado, com base no PETI, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTI).

Implementação da Gestão Estratégica

1 ESCOPO DO PROJETO

Acompanhar a execução dos projetos estratégicos e verificar se estes projetos estão realmente contribuindo para o alcance dos objetivos. O acompanhamento será feito em reuniões trimestrais com as áreas envolvidas.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta o seguinte tema:

- Alinhamento e Integração.

3 CLIENTES

As áreas envolvidas nos projetos estratégicos.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

Desenvolver a visão sistêmica, analisando a organização em suas várias perspectivas, recursos, processos internos e sociedade, de forma a perceber a influência mútua que cada uma delas exerce sobre a outra e perceber a importância de cada uma das metas e a correlação entre elas.

Permite identificar, através dos indicadores, se os resultados estão sendo atingidas ou não. Permite, ainda, conhecer os pontos de gargalos e determinar ações para a sua eliminação, garantindo, assim, a obtenção dos resultados esperados.

A visão sistêmica permite encontrar a relação entre a eficiência (fazer bem as coisas) e a eficácia (fazer a coisa certa), a fim de alcançar a efetividade das ações na busca da missão e do alcance da visão de futuro.

NOME DO PROJETO

Plano Diretor de Tecnologia da Informação.

1 ESCOPO DO PROJETO

Implementar os requisitos necessários a gestão de TI no âmbito da 3ª Região; analisar a situação atual dos recursos da área de tecnologia da informação, projetar cenários futuros e planos de ação contendo orientações e recomendações necessárias a gestão da TI.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta o seguinte tema:

- Infraestrutura e Tecnologia.

3 CLIENTES

Secretaria de Informática e Diretoria Geral.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

Recomendação do TCU no acórdão n. 1603/2008; Art. 11 da Resolução n. 90 do CNJ de 29 de setembro de 2009: “O Tribunal deve elaborar e manter um Planejamento Estratégico de TIC - PETI, alinhado às diretrizes estratégicas institucionais e nacionais. Parágrafo único. Deverá ser elaborado, com base no PETI, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTI)”.

4ª REGIÃO

NOME DO PROJETO

Processo Eletrônico

1 ESCOPO DO PROJETO

Geração e tramitação de documentos judiciais em meio eletrônico.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta os seguintes temas:

- Eficiência Operacional;
- Acesso ao Sistema de Justiça;
- Atuação Institucional;
- Infraestrutura e Tecnologia.

3 CLIENTES

Todas as unidades judiciárias, partes, advogados e demais órgãos integrantes do sistema de justiça

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

Cumprimento ao determinado na Lei nº 11.419, de 19/12/2006, que regulamentou a informatização do processo judicial.

Convênio assinado pelo CJF, TRF 4ª Região e CEF para a implantação do processo eletrônico na Justiça Federal da 4ª Região.

Atendimento às seguintes metas nacionais de nivelamento estipuladas pelo CNJ:

5 - Implantar sistema de gestão eletrônica da execução penal e mecanismo de acompanhamento eletrônico das prisões provisórias.

10 - Implantar o processo eletrônico em parcela de suas unidades judiciárias.

Redução de custo, celeridade na tramitação de processo e ganho de produtividade

NOME DO PROJETO

Compartilhamento de Boas práticas

1 ESCOPO DO PROJETO

Criação de um fórum com reuniões periódicas entre as chefias para compartilhamento de experiências

Revitalização do prêmio de destaque institucional como incentivo funcional no âmbito do Tribunal e das Seções Judiciárias jurisdicionadas, destinado às unidades administrativas e equipes de trabalho cujas ações durante o ano tenham contribuído para o aperfeiçoamento do trabalho, melhoramento de metodologia de funcionamento e da operacionalização, remoção de obstáculos operacionais, valorização das pessoas e divulgação positiva da imagem da Justiça Federal da 4ª Região.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta os seguintes temas:

- Eficiência Operacional;
- Alinhamento e Integração.

3 CLIENTES

Tribunais e Seções Judiciárias da 4ª Região.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

Propiciar a integração e a troca de experiências, com o objetivo de aperfeiçoar as rotinas de trabalho nos Gabinetes e Secretarias da área judiciária

Valorizar e reconhecer equipes e unidades que se notabilizaram por suas ações e desempenho destacado em prol da Justiça Federal da 4ª Região.

NOME DO PROJETO

Programa de Ampliação do Acesso à Justiça

1 ESCOPO DO PROJETO

Realização de um conjunto de ações que visem a ampliar e modernizar o acesso dos jurisdicionados da 4a Região à Justiça Federal, incluindo a instalação de varas federais, juizados especiais avançados, auto-atendimento, central de atendimento, entre outros incluem-se ainda a construção do prédio anexo para o Tribunal, da sede para a Subseção Judiciária de Santo Ângelo/RS, de Santa Maria/RS, de Passo Fundo/RS, de Uruguaiana/RS, de Blumenau/SC, de Joinville/SC, de Foz do Iguaçu/PR, de Maringá/PR, de Cascavel/PR, de Campo Mourão/PR.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta o seguinte tema:

- Acesso ao Sistema de Justiça.

3 CLIENTES

Jurisdicionados da 4a Região.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

Facilitar o acesso e ampliar as possibilidades de contato do jurisdicionado com a Justiça Federal.

NOME DO PROJETO

Intranet Todo Dia

1 ESCOPO DO PROJETO

Estruturação e implantação de sistema de informações gerenciais judiciais e administrativas, como os dados estatísticos, de interesse geral quanto ao desenvolvimento das atividades dos órgãos e unidades, possibilitando o acesso e a geração destas informações em ambiente web.

Instituição do portal de estatística do TRF4ª Região e do repositório de informações.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta o seguinte tema:

- Atuação Institucional.

3 CLIENTES

Todas as unidades e órgãos do Tribunal e Seções Judiciárias da 4ª Região.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

Aprimorar a informação interna acerca dos dados gerenciais, como os estatísticos, disponibilizando o acesso fácil e rápido com a possibilidade de parametrização pelos usuários.

NOME DO PROJETO

Convênios

1 ESCOPO DO PROJETO

Implementação de convênios com instituições do Sistema de Justiça ou relacionados às suas atividades, bem como estabelecimento de um banco de dados de convênios.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta o seguinte tema:

- Atuação Institucional.

3 CLIENTES

Todas as unidades e órgãos do Tribunal e Seções Judiciárias da 4ª Região.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

Intensificar a interação institucional no intuito de economizar esforços e ampliar os resultados aos conveniados, simplificando e agilizando procedimentos.

NOME DO PROJETO

Sistema de Conciliação – SISTCON

1 ESCOPO DO PROJETO

Realização de atividades de conciliação no âmbito da Justiça Federal da 4ª Região nas seguintes matérias: Sistema Financeiro de Habitação e outras matérias, em parceria com a Caixa Econômica Federal; auxílio doença; LOAS; aposentadoria por idade rural e urbana, em parceria com o INSS; Conselhos Profissionais; Fazenda Nacional; Desapropriações em parceria com o DNIT entre outras.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta os seguintes temas:

- Eficiência Operacional;
- Acesso ao Sistema de Justiça.

3 CLIENTES

Gabinetes, Varas Federais, Juizados Especiais Federais, Turmas Recursais da Justiça Federal da 4ª Região, órgãos públicos e partes.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

O projeto visa reduzir o tempo para a resolução de conflitos, o custo financeiro em comparação à forma judicial, o volume de processos em tramitação e o desgaste emocional do jurisdicionado. Facilita, ainda, a comunicação e promoção de ambientes cooperativos e transforma as relações, melhoria dos relacionamentos entre as partes, promovendo a paz social.

Sistema Eletrônico de Informação – SEI

1 ESCOPO DO PROJETO

Criação e implantação de sistema que visa à geração, tramitação e gerenciamento de todas as informações administrativas e de processos por meio eletrônico.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta o seguinte tema:

- Eficiência Operacional.

3 CLIENTES

Unidades do Tribunal e das Seções Judiciárias da 4ª Região.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

Necessidade de racionalização e padronização de procedimentos para a tramitação dos processos administrativos internos, visando a redução de custo e de consumo de papel, celeridade na tramitação e ganho de produtividade.

NOME DO PROJETO

Projeto Visibilidade Institucional

1 ESCOPO DO PROJETO

Realização de ações de divulgação de matérias positivas que ampliem a visibilidade institucional da Justiça Federal da 4ª Região, melhorando sua imagem.

Consideram-se matérias positivas aquelas que ressaltem as boas práticas e iniciativas, como por exemplo, mutirões, virtualização de processos, etc.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta o seguinte tema:

- Atuação Institucional.

3 CLIENTES

A Justiça Federal da 4ª Região.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

A mídia influencia a sociedade e é um canal eficiente de divulgação de informações, portanto, quanto maior o número de notícias positivas inseridas na mídia, melhor a imagem da Justiça Federal da 4ª Região perante a sociedade.

NOME DO PROJETO

Programa Currículo Permanente

1 ESCOPO DO PROJETO

Desenvolvimento de cursos de atualização e aperfeiçoamento para magistrados, dividido em módulos semestrais, modalidades presencial e à distância voltados a uma prestação jurisdicional mais eficiente.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta o seguinte tema:

- Gestão de pessoas.

3 CLIENTES

Magistrados de 1º e 2º Grau.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

Necessidade de aperfeiçoamento contínuo e permanente, considerando o Comando Constitucional EC 45/04; Orientações emanadas do PNA/CJF;

Necessidade de capacitação de caráter humanístico e multidisciplinar, visando adequação às novas demandas sociais.

NOME DO PROJETO

Estudo para Redistribuição de Carga de Trabalho nos Órgãos e Unidades da 4ª Região.

1 ESCOPO DO PROJETO

Estudo que visa à proposição de medidas com objetivo de equilibrar a carga de trabalho considerando a demanda processual existente, no Tribunal, entre os gabinetes de desembargadores, e, na Justiça Federal de 1º grau e JEFs, entre as correspondentes unidades judiciais.

Engloba ainda a identificação das causas de congestionamento (priorização nas execuções/cumprimento de sentenças).

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta o seguinte tema:

- Eficiência Operacional.

3 CLIENTES

Unidades e órgãos da Justiça Federal da 4ª Região.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

A mudança no volume de processos das matérias demandadas provocou desequilíbrio na quantidade de processos nos gabinetes com acúmulo em alguns e esvaziamento em outros. É necessário que sejam tomadas medidas para restaurar o equilíbrio na carga de trabalho visando a agilização dos trâmites judiciais.

NOME DO PROJETO

Programa de Capacitação de Servidores

1 ESCOPO DO PROJETO

O programa é composto pelas seguintes atividades: levantamento de necessidades de capacitação, ações de desenvolvimento gerencial, atividades de reciclagem anual para atividade de segurança, cursos técnicos e comportamentais, cursos de pós-graduação.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta o seguinte tema:

- Gestão de pessoas.

3 CLIENTES

Servidores da Justiça Federal da 4ª Região.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

A Lei n. 11416 / 06 tornou obrigatória a participação de gestores em cursos que possibilitem o constante aprimoramento, a necessidade de reciclagem anual para os ocupantes de cargos vinculados à atividade de segurança. Instituiu também o adicional de qualificação com o objetivo de incentivar o corpo funcional a buscar ações de desenvolvimento continuado. Assim, a área de Recursos Humanos tem em seu escopo de atuação, o planejamento, execução e avaliação de ações vinculadas à capacitação dos servidores, com base nas determinações legais, em especial o PNC, e com vínculo na estratégia da Instituição.

NOME DO PROJETO

Sistema de Priorização de Demandas de Tecnologia de Informação.

1 ESCOPO DO PROJETO

Instituir sistema de encaminhamento e tratamento das demandas de informática com a designação de gestores de sistemas e estabelecimento de critérios de prioridade de atendimento.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta o seguinte tema:

- Infraestrutura e Tecnologia.

3 CLIENTES

Unidades da Justiça Federal da 4ª Região.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

Necessidade de sistematizar a definição de prioridades de alterações de sistemas informatizados visando o melhor direcionamento de esforços para melhor atender os objetivos priorizados pela administração.

NOME DO PROJETO

Programa de Integração e Qualidade de Vida

1 ESCOPO DO PROJETO

Programa composto por ações que promovam a integração e a qualidade de vida dos magistrados e servidores tais como: incentivo à prática de atividades físicas, ginástica laboral, valorização de talentos, eventos alusivos a datas significativas, projeto cultural e projeto de cooperação.

Engloba ainda a avaliação e acompanhamento médico da saúde do magistrado e da saúde do servidor, prevenção de câncer bucal e de prevenção e detecção precoce do câncer de mama, atividades voltadas à ergonomia cognitiva e usabilidade no sistema de processamento eletrônico da Justiça Federal de 1º e 2º graus da 4ª Região, intervenção ergonômica nos postos de trabalho visando à qualidade de vida e promoção da saúde ocupacional e difusão da Gestão Ambiental nos órgãos da Justiça Federal de 1º e 2º graus da 4ª Região.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta o seguinte tema:

- Gestão de pessoas.

3 CLIENTES

Magistrados e servidores.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

Promover o bem-estar e a integração dos magistrados e servidores, com foco na qualidade de vida no trabalho, visando a manutenção do alto nível de satisfação com o clima organizacional.

NOME DO PROJETO

Projeto Economizando

1 ESCOPO DO PROJETO

Conjunto de ações e procedimentos que visem a difundir a gestão ambiental na 4ª Região, bem como a incentivar a diminuição do uso de transporte individual, o consumo de água, energia e papel na Instituição.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta o seguinte tema:

- Responsabilidade Socioambiental.

3 CLIENTES

Justiça Federal da 4ª Região e sociedade em geral

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

Aprimorar a difusão da gestão ambiental na Justiça Federal da 4ª Região e de práticas de sustentabilidade, contribuindo para a redução da poluição do ar e para a melhoria do trânsito.

Diminuição do uso de água, papel e energia e redução de custos.

NOME DO PROJETO

Programa Socioeducativo

1 ESCOPO DO PROJETO

O programa abrange diversas ações de cunho socioeducativo dos quais destacamos no momento:

- Acompanhamento do reassentamento das famílias que ocupam a Vila Chocolateão que habitam ao lado do TRF 4ª Região.
- Estágio remunerado para crianças e adolescentes que cumprem medida socioeducativa na FASE.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta o seguinte tema:

- Responsabilidade Socioambiental.

3 CLIENTES

Famílias ocupantes da Vila Chocolateão e adolescentes que cumprem medida socioeducativa na FASE.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

Possibilitar que a transferência das famílias ocorra de forma digna e com condições de subsistência no novo local de moradia.

Promover o desenvolvimento e inclusão social, fortalecendo a educação e consciência dos direitos, deveres e valores do cidadão.

NOME DO PROJETO

Orçamento Estratégico

1 ESCOPO DO PROJETO

Estruturação do orçamento estratégico, com instrumentos de controle e acompanhamento da obtenção e aplicação dos recursos para a execução dos projetos estratégicos da 4ª Região.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta o seguinte tema:

- Orçamento.

3 CLIENTES

Tribunal e Seções Judiciárias.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

Necessidade de subsidiar a administração com dados para acompanhar a obtenção e aplicação dos recursos orçamentários vinculados à execução dos projetos estratégicos da 4ª Região, conferindo transparência à gestão da Instituição.

5ª REGIÃO

NOME DO PROJETO

Sistema de Processo Judicial Eletrônico

1 ESCOPO DO PROJETO

Implantar o processo judicial eletrônico para todas as demandas na Justiça Federal

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta os seguintes temas:

- Acesso ao Sistema de Justiça;
- Eficiência Operacional;
- Infraestrutura e Tecnologia.

3 CLIENTES

Gabinetes, secretarias, partes, procuradores e demais interessados.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

A tendência de virtualização dos processos judiciais é irreversível, devendo ser ampliada, de modo a alcançar a integralidade das demandas em curso na Justiça Federal.

NOME DO PROJETO

Implantar uma Base de Educação a Distância (EaD) para a JF5

1 ESCOPO DO PROJETO

Este projeto, em sua íntegra, propõe uma estrutura organizacional e tecnológica, assim como um modelo pedagógico de EaD aplicado ao ambiente organizacional da Justiça Federal da 5ª Região, a partir de estudo realizado sobre o contexto atual e futuro próximo, quando da criação de novas Varas Federais.

Sugere parâmetros para a tecnologia educacional e metodologia pedagógica condizente com os estágios de formação, desenvolvimento e atualização de servidores.

Propõe Plano de Ação que visa capacitar o corpo técnico de Treinamento e Desenvolvimento, bem como os instrutores internos ao modelo proposto. Da mesma forma, propõe ações para que o cliente-potencial deste projeto seja sensibilizado para os benefícios profissionais e institucionais advindos com a EaD, garantindo, assim, a sua adesão. Por fim, apresenta metas para o projeto, assim como critérios de avaliação dos resultados almejados no citado documento.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta os seguintes temas:

- Eficiência Operacional;
- Alinhamento e Integração;
- Gestão de Pessoas.

3 CLIENTES

Magistrados, servidores, dependentes, colaboradores e demais atores envolvidos com os processos de trabalho da JF5.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

A implantação de uma base de educação à distância na Justiça Federal da 5ª Região possibilita os seguintes ganhos institucionais: gerenciamento efetivo das ações de formação, desenvolvimento e atualização profissional; padronização dos programas de formação, desenvolvimento e atualização profissional; oportunidade igual a todos os servidores, independentemente da lotação, de manterem-se em processo continuado de desenvolvimento; e o alinhamento da área de ensino aos resultados e estratégias institucionais, mediante definição de novo papel dos profissionais que coordenam a educação corporativa da Justiça Federal da 5ª Região.

NOME DO PROJETO

Diário Eletrônico da 5ª Região.

1 ESCOPO DO PROJETO

Disponibilizar, em formato eletrônico, no site do TRF da 5ª Região e Seções Judiciárias Vinculadas, as publicações antes enviadas para os diários oficiais da União.

1ª Etapa – Publicações vinculadas às matérias judiciais de 2º grau (setembro de 2009);

2ª Etapa - Publicações vinculadas às matérias administrativas de 2º grau (2010);

3ª Etapa - Publicações vinculadas às matérias judiciais e administrativas de 1º grau.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta os seguintes temas:

- Acesso ao Sistema de Justiça;
- Eficiência Operacional;
- Atuação Institucional.

3 CLIENTES

Gabinetes, secretarias, advogados, procuradores, partes e demais interessados.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

Agilizar e otimizar as publicações e as atividades delas decorrentes, tais como atualização das movimentações processuais e certificação dos processos, diminuir os custos financeiros, além de disponibilizar, para o público externo, ferramentas facilitadoras da busca de informações.

NOME DO PROJETO

Padronização e Integração das Soluções de Sistemas Regionais

1 ESCOPO DO PROJETO

Definição de padrões regionais de arquitetura de sistemas, processos de desenvolvimento compartilhado e aderência aos padrões de interoperabilidade definidos pelo CNJ, bem como implantar serviços de sustentação, compostos por processos bem definidos de atendimento, suporte, documentação, intervenções corretivas, adaptativas e evolutivas dos sistemas corporativos judiciais da 5ª Região.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta os seguintes temas:

- Eficiência Operacional;
- Alinhamento e Integração;
- Atuação Institucional;
- Infraestrutura e Tecnologia.

3 CLIENTES

Subsecretaria de Informática e núcleos de TI das seções.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

A utilização de padrões permitirá uma maior efetividade na manutenção e integração de soluções de sistemas regionais, além de permitir a interoperabilidade com outros órgãos, o que é de fundamental importância para o processo eletrônico judicial. A implantação de serviços de sustentação para sistemas judiciais é muito importante para a garantia da qualidade dos sistemas em questão, principalmente com a utilização do processo eletrônico, possibilitando um melhor controle e gestão da manutenção e evolução dos sistemas judiciais dentro da Região.

NOME DO PROJETO

Sistema de Planejamento da Execução Orçamentária da Justiça Federal da 5ª Região

1 ESCOPO DO PROJETO

Este projeto visa garantir que haja um planejamento para a execução orçamentária dos contratos vigentes e futuros e todas as outras despesas ordinárias que são demandadas pelas Unidades Técnicas do TRF e Seções Judiciárias da 5ª Região.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta os seguintes temas:

- Eficiência Operacional;
- Orçamento.

3 CLIENTES

Unidades Técnicas do TRF da 5ª Região, Presidência, Diretoria Geral, Secretaria Administrativa e Subsecretaria de Orçamento, Finanças, Contabilidade e áreas administrativas da Justiça Federal da 5ª Região.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

Existe atualmente uma grande dificuldade na obtenção de recursos orçamentários para a execução das despesas da Justiça Federal da 5ª Região. Não há um planejamento por parte das unidades técnicas, o que gera uma enorme dificuldade na projeção dos gastos. Este projeto visa garantir que todos os gastos do tribunal e das seções sejam devidamente planejados com antecedência e autorizados pelo ordenador de despesas, evitando, dessa forma, a falta de recursos orçamentários para a execução das despesas de custeio e investimentos. Haverá a criação de um modelo de previsão de despesas orçamentárias, se possível, em formulário informatizado.

NOME DO PROJETO

Segurança da Informação na 5ª Região

1 ESCOPO DO PROJETO

Implantação de várias ações que promovam a segurança da informação, como habilitar magistrados e servidores na utilização de certificação digital; adaptar, conforme o caso, serviços e sistemas para utilização de certificação digital; implantar o comitê de segurança da informação; estruturar áreas de segurança de TI; desenvolver políticas de segurança da informação.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta os seguintes temas:

- Acesso ao Sistema de Justiça;
- Eficiência Operacional;
- Infraestrutura e Tecnologia.

3 CLIENTES

Informática e alta administração (Presidência, Diretoria Geral, Direções de Foro e Administrações das Seções).

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

A crescente dependência da tecnologia da informação em diversas áreas da organização torna imprescindível esse projeto com foco na segurança da informação, principalmente com a utilização de processos digitais.

Projeto de Treinamento e Desenvolvimento Funcional

1 ESCOPO DO PROJETO

O projeto visa empreender, de forma integrada entre todos os órgãos da JF5, as diretrizes, princípios, objetivos e metas previstas no PNC. Tem como linhas de ação: diagnóstico das competências humanas e organizacionais, incluso o mapeamento das competências específicas dos sistemas da Justiça Federal; formação dos profissionais de Treinamento e Desenvolvimento (T&D), contemplando aspectos metodológicos e capacitação para atuar e gerenciar diversas ferramentas de mídia voltadas para o processo de aprendizagem; planejamento e implementação das ações de T&D que contemplem a ambientação, formação de cidadania corporativa, capacitação continuada, reciclagem anual para a área de segurança, cursos para aprimorar o relacionamento com o cidadão-usuário da JF5, cursos de aperfeiçoamento e especialização, desenvolvimento gerencial (com foco nas competências estratégicas e no desenvolvimento do papel do gestor-educador); definição e implantação de sistema de avaliação das ações de T&D, abrangendo a satisfação dos participantes nos eventos, bem como o impacto nos resultados organizacionais.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta os seguintes temas:

- Alinhamento e Integração;
- Gestão com Pessoas.

3 CLIENTES

Servidores da Justiça Federal.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

A implantação do presente projeto certamente proporcionará motivação e o crescimento intelectual do servidor da Justiça Federal, o que contribuirá para a melhoria dos resultados institucionais e, por conseguinte, para o fortalecimento da imagem da Justiça Federal.

Central de Serviços de TI

1 ESCOPO DO PROJETO

Implantação de uma Central de Serviços, integrando o atendimento de sistemas, infraestrutura e microinformática, utilizando-se das melhores práticas de mercado (ITIL), com processos bem definidos, e implantação de sistema automatizado de processos do ITIL (Information Technology Infrastructure Library). Implantar serviços de sustentação, compostos por processos bem definidos de atendimento, suporte, documentação, intervenções corretivas, adaptativas e evolutivas dos sistemas corporativos judiciais. A implantação de serviços de sustentação para sistemas judiciais é de fundamental importância para a garantia da qualidade dos sistemas em questão, principalmente com a utilização do processo eletrônico, possibilitando um melhor controle e gestão da manutenção e evolução dos sistemas judiciais.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta os seguintes temas:

- Alinhamento e Integração;
- Infraestrutura e Tecnologia.

3 CLIENTES

Informática e todos os usuários de TI, internos e externos.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

Além da implantação da Central de Serviços ser recomendada pelo PETI, é de fundamental importância a sua criação para se conseguir ter processos bem definidos de gestão de incidentes, solução de problemas, gestão de mudanças e configuração. Esses e outros processos bem gerenciados garantem a qualidade dos serviços de TI prestados, acarretando o atendimento das metas estratégicas acima, bem como de diversas outras metas que estão sendo apontadas no PETI, como tempo de atendimento, tempo de solução, grau de satisfação de usuários etc.

Atualização do Parque Tecnológico

1 ESCOPO DO PROJETO

Adquirir e implantar o necessário para, no mínimo, atender, no que tange a hardware, software para usuários, equipamentos de infraestrutura e links previstos na Resolução CNJ n. 90, inclusive compatíveis com serviços de voz e videoconferência.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta os seguintes temas:

- Eficiência Operacional;
- Infraestrutura e Tecnologia.

3 CLIENTES

Subsecretaria de Informática e núcleos de TI das Seções.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

A melhoria do parque tecnológico, além de atender à Resolução CNJ n. 90, garante o mínimo necessário para o sucesso dos projetos estratégicos e para a qualidade da estrutura de TI utilizada pelos usuários finais. Garantirá, também, a melhoria das comunicações, o que resulta diretamente numa maior disponibilidade dos serviços para o usuário, além de possibilitar a implantação de voz sobre IP, que trará um grande ganho na integração regional, bem como a videoconferência regional.

Compras Integradas

1 ESCOPO DO PROJETO

O projeto pretende promover a integração entre as áreas de Compras do TRF e das seis Seccionais, viabilizando sinergias, gerando economia de escala e evitando o retrabalho, quando o objeto permitir e apresentar vantagem para a administração. Para tanto se faz necessário, também, o desenvolvimento ou aquisição de um sistema eletrônico de compras e contratação de serviços, concebido por meio de ferramentas de TI voltadas à Gestão de Processos (BPM), com abrangência desde a etapa de solicitação pela unidade interessada até a emissão da nota de empenho. Deverá, ainda, possibilitar o acompanhamento do processo de aquisição/contratação, o monitoramento dos prazos de tramitação e a elaboração de relatórios gerenciais.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta os seguintes temas:

- Eficiência Operacional;
- Alinhamento e Integração.

3 CLIENTES

Estarão envolvidas no projeto todas as Seções de Compras e de Licitações da 5ª Região, que serão responsáveis pela elaboração e desenvolvimento do projeto.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

O projeto pretende promover uma cooperação entre as equipes envolvidas nas compras/contratações de bens/serviços, de sorte que o trabalho seria dividido, evitando sobrecargas e permitindo maior atenção a cada aquisição e/ou contratação realizada. A implantação do sistema, além de automatizar atividades rotineiras e operacionais, possibilitaria um melhor acompanhamento do processo de aquisição/contratação.

Processo Administrativo Eletrônico

1 ESCOPO DO PROJETO

Implantar um sistema informatizado para tramitação de processos administrativos eletrônicos.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta os seguintes temas:

- Eficiência operacional;
- Gestão de Pessoas.

3 CLIENTES

Área administrativa do Tribunal e das Seções Judiciárias.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

A concentração da tramitação dos processos administrativos em um sistema informatizado garante a possibilidade de acompanhamento do andamento dos processos, evita o risco de desaparecimento de processos e possibilita ao gestor ter informações estratégicas a respeito da movimentação da área administrativa.

Implantação do Juízo Itinerante

1 ESCOPO DO PROJETO

O projeto de implantação do Juízo Itinerante na 5ª Região consiste no redirecionamento da estrutura atual da Justiça Federal existente nas Subseções do interior, de forma itinerante, para os municípios onde não existem Varas Federais instaladas, através da elaboração de convênios com prefeituras e órgãos da Justiça Estadual para cessão de instalações em datas agendadas para realização de audiências e aterrações.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta os seguintes temas:

- Acesso ao Sistema de Justiça;
- Responsabilidade Socioambiental;
- Atuação Institucional.

3 CLIENTES

População residente em municípios do interior dos Estados da Região onde não há Varas Federais instaladas.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

Dar maior alcance ao processo de interiorização da Justiça Federal, reduzindo a distância entre a jurisdição e a população, levando o Judiciário até as localidades mais distantes, promovendo a cidadania e facilitando o acesso à Justiça.

Ouvidoria

1 ESCOPO DO PROJETO

Otimização dos serviços de ouvidoria na região, com o propósito de ampliar os canais de comunicação da sociedade com a Justiça Federal da 5ª Região, através dos quais o jurisdicionado e os advogados possam trazer as suas contribuições e reclamações jurisdicionado e os advogados possam trazer as suas contribuições e reclamações.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta os seguintes temas:

- Acesso ao Sistema de Justiça;
- Responsabilidade Socioambiental;
- Atuação Institucional.

3 CLIENTES

São clientes do projeto a alta administração, os servidores e os cidadãos usuários da Justiça Federal na 5ª Região.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

As justificativas para a otimização dos serviços de ouvidoria:

1. A Ouvidoria é um canal condutor de opiniões, reclamações e denúncias, garantindo o princípio da ética, da eficiência e da transparência nas relações da Administração Pública com a sociedade.

2. A eficiência do setor público como um direito do cidadão está consagrada na Constituição brasileira. Nesse conceito se insere a Ouvidoria, como função garantidora de direitos constitucionais, na figura do ombudsman, termo que pode ser traduzido como procurador ou advogado do cidadão diante do Estado.

3. A otimização da infraestrutura física e organizacional, bem como dos sistemas de informação, proporcionando melhor acesso e monitoramento das críticas e sugestões encaminhadas pelos usuários da Justiça Federal da 5ª Região, garantirá melhor gerenciamento das ações da Ouvidoria.

Implantação das Novas Varas na JF5

1 ESCOPO DO PROJETO

Promover a implantação das novas Varas Federais aprovadas por lei para instalação na Justiça Federal da 5ª Região, dotando-as de dependências físicas, mobiliário e equipamentos adequados ao desenvolvimento das atividades.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta os seguintes temas:

- Acesso ao Sistema de Justiça;
- Responsabilidade Socioambiental;
- Eficiência Operacional;
- Atuação Institucional.

3 CLIENTES

Magistrados, servidores, colaboradores, jurisdicionados, advogados públicos e privados e todos os usuários da Justiça Federal.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

Com a aprovação de lei autorizando a criação de novas Varas Federais na 5ª Região, é necessário que seja criada uma estrutura adequada para a sua instalação e funcionamento.

Escritório de Projetos de Tecnologia da Informação

1 ESCOPO DO PROJETO

Implantar um escritório de projetos de TI, bem como a metodologia de gerência de projetos com base no PMBok ou Scrum, conforme o porte do órgão e do projeto. O escritório de projetos abrangerá, também ações direcionadas à implementação da Gestão Estratégica Regional da JF5.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta os seguintes temas:

- Eficiência Operacional;
- Alinhamento e Integração;
- Infraestrutura e Tecnologia.

3 CLIENTES

Subsecretaria de Informática e núcleos de TI das Seções.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

A implantação da metodologia de gestão de projetos em todas as áreas da subsecretaria e nos núcleos de TI e a criação de um escritório regional de projetos de TI são de fundamental importância para o sucesso na execução dos projetos estratégicos da 5ª região, sejam eles diretamente da área de TI ou de outras áreas que, muitas vezes, desdobram-se em projetos que envolvem a tecnologia da informação.

Adequação dos Ambientes de Trabalho

1 ESCOPO DO PROJETO

Levantamento da situação atual, no que se refere ao conforto ambiental (ergonomia, layout, mobiliário, iluminação, temperatura, equipamentos etc.), elaboração de projetos, aquisição e instalação de mobiliário e equipamentos adequados.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta os seguintes temas:

- Gestão de pessoas;
- Infraestrutura e Tecnologia.

3 CLIENTES

Todos os servidores, colaboradores e jurisdicionados que se utilizam das instalações do Tribunal e Seções Judiciárias.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

Proporcionar condições físicas adequadas, objetivando o bem-estar dos usuários para evitar desconforto que acarrete: queda da produtividade do trabalho, adoecimento do servidor e insatisfação do usuário.

Otimização de Processos de TI

1 ESCOPO DO PROJETO

Implantar melhores práticas a serem aplicadas na área de infraestrutura, operação e manutenção de serviços de TI (ITIL), e na área de gestão de tecnologia Control Objectives for Information and related Technology (COBIT). Além disso, definir e implantar metodologia padrão de desenvolvimento de sistemas para a Região, determinando processos, artefatos e ferramentas aplicados a cada órgão, conforme o projeto.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta os seguintes temas:

- Eficiência Operacional;
- Alinhamento e Integração;
- Infraestrutura e Tecnologia.

3 CLIENTES

Subsecretaria de Informática e núcleos de TI das Seções.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

A implantação dos processos relacionados às melhores práticas em questão garante a qualidade dos serviços prestados de TI, a otimização dos investimentos em tecnologia e a melhor gestão dos recursos. A utilização de uma metodologia padrão de desenvolvimento propicia uma maior qualidade dos sistemas e maior eficiência na manutenção, além de possibilitar um intercâmbio mais efetivo dentro da Região.

Expedição via Web, de Certidão Regional Positiva/ Negativa Cível, Penal, Fiscal e Eleitoral

1 ESCOPO DO PROJETO

Disponibilizar via web, para população em geral, a possibilidade de expedição de certidões regionais do tipo Penal, Cível, Eleitoral e Fiscal.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta os seguintes temas:

- Acesso ao Sistema de Justiça;
- Eficiência Operacional.

3 CLIENTES

Público Interno e Externo: magistrados, servidores, partes, procuradores e demais interessados.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

Atualmente, as certidões do 2º grau devem ser requeridas na Secretaria Judiciária, que a confecciona com base nas informações do sistema. No 1º grau, cada Seção Judiciária expede suas próprias certidões, via web, mas os parâmetros utilizados na positivação ou negativação não estão uniformizados. Pelo exposto, verifica-se que o público interno e externo não dispõem da possibilidade de expedição, via web, de uma única certidão na Região. Ademais, a falta de parâmetros ou critérios unificados e bem definidos pode trazer implicações significativas para o cidadão ou empresa que venha a ser positivado. No 2º grau, a cada dois anos nos deparamos com um volume excessivo de solicitações de certidões eleitorais, fazendo com que os servidores da secretaria tenham que trabalhar em regime de plantão para expedir mais de 3000 certidões no período de dois meses.

Padronização de Termos de Referência, Projetos Básicos e Editais de Licitação.

1 ESCOPO DO PROJETO

O projeto Padronização de Termos de Referência, Projetos Básicos e Editais de Licitação consiste na criação de um repositório desses documentos, após discussão e aprovação pelos diversos interessados (requisitante, pregoeiro, comissão de licitação, fiscal do contrato, controle interno, etc). Pretende-se com essa iniciativa que a grande maioria dos bens, serviços e obras a serem adquiridos possuam seu conteúdo mínimo já definido no termo de referência ou projeto básico e, ainda, que o edital da licitação ou convite, quando houver, também estejam praticamente determinados, restando apenas proceder a pequenas atualizações. O objetivo do projeto é proporcionar agilidade na elaboração dos termos de referência e projetos básicos, bem como nos convites e editais de licitação, de modo a prevenir atrasos na sua elaboração e possíveis impugnações por particulares em virtude de falhas verificadas, que retardarão a conclusão do processo de contratação.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta os seguintes temas:

- Eficiência Operacional;
- Alinhamento e Integração.

3 CLIENTES

Requisitantes de contratação de fornecimento de bens e de execução de serviços e obras, pregoeiros e comissões de licitação.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

Os processos de contratação para fornecimento de bens e execução de serviços e obras, dados os interesses envolvidos, são suscetíveis de impugnações por terceiros, o que pode vir a frustrar a celeridade requerida para a contratação, caso as impugnações sejam procedentes. A atitude preventiva da Administração deve estar presente, de modo a evitar que eventuais falhas comprometam o andamento do processo. Para tanto, a criação de um repositório de termos de referência, projetos básicos e editais de licitação, devidamente revisados, diminuiria sobremaneira o número de incidentes dessa espécie.

Projeto de Comunicação Institucional da Justiça Federal na 5ª Região.

1 ESCOPO DO PROJETO

Aprimorar a comunicação interna e externa da Justiça Federal na 5ª Região, por meio de ações junto à imprensa, com o intuito de fortalecer a imagem da instituição.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta os seguintes temas:

- Responsabilidade Socioambiental;
- Gestão de Pessoas;
- Atuação Institucional.

3 CLIENTES

Magistrados, servidores, imprensa e público externo.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

Há uma necessidade premente de melhorar a comunicação da Justiça Federal com a mídia, assim como de levar à população informações que possibilitem que a instituição seja melhor conhecida, o que viabilizaria a melhoria da sua imagem perante a sociedade.

DataCenter Seguro (infraestrutura de alta disponibilidade).

1 ESCOPO DO PROJETO

Reformulação do Data Center, contemplando automação, controle de umidade, temperatura, detecção e extinção de incêndio, reforma elétrica, refrigeração adequada para os equipamentos, controle de acesso, monitoração, utilização de paredes, piso e teto adequados.

Além disso, é necessária a criação de um ambiente de contingência para abrigar os equipamentos redundantes que serão adquiridos para garantir a disponibilidade dos serviços, bem como de uma sala separada para a energia (no Breaks).

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta os seguintes temas:

- Eficiência Operacional;
- Infraestrutura e Tecnologia.

3 CLIENTES

Informática e Administração Predial.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

As estruturas de DataCenter do TRF e Seções Judiciárias são extremamente precárias, necessitando de profunda revisão elétrica e de climatização. Todos os DataCenters precisam de reformulação das suas estruturas, a fim de serem seguros o suficiente para guardar os processos eletrônicos da forma mais adequada.

ANEXO 3 - FICHA DE PROJETOS DO CJF

NOME DO PROJETO

Educação Corporativa do CJF

1 ESCOPO DO PROJETO

Criar programas e processos de aprendizagem voltados para:

- O desenvolvimento da cidadania organizacional, com vistas ao cumprimento da missão e alcance da visão de futuro;
- O desenvolvimento de competências necessárias à implementação da estratégia;
- O desenvolvimento de competências e capacidades técnicas requeridas para a conformidade e melhoria dos processos e rotinas de trabalho.
 - O projeto prevê, inicialmente, o seguinte escopo:
- Contratação de facilitadores externos para capacitar a equipe técnica do CJF;
- Contextualização de um projeto de educação corporativa no CJF e identificação de riscos ao projeto;
- Definição dos pressupostos, princípios e objetivos da educação corporativa no CJF;
- Integração do projeto com o modelo de gestão por competências e instrumentos normativos da instituição;
- Identificação das matrizes de desenvolvimento adequadas à estrutura da Justiça Federal e seus órgãos;
- Identificação das vertentes das matrizes de desenvolvimento;
- Identificação dos programas de desenvolvimento de cada matriz e vertente;
- Criação dos programas de desenvolvimento.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta o seguinte tema:

- Gestão de pessoas.

3 CLIENTES

Magistrados, gestores, servidores e outras pessoas que interagem com a Cadeia de Valor dos órgãos que integram a Justiça Federal.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

O Conselho da Justiça Federal e os demais órgãos da Justiça Federal empreendem esforços no alinhamento de seus planos estratégicos aos objetivos e metas definidas para todo o Poder Judiciário.

Conforme estudiosos, a eficácia na execução da estratégia responde pela diferença entre as organizações bem sucedidas, daquelas que, mesmo com uma brilhante estratégia, falharam na sua realização, resultando em graves prejuízos para elas.

Para a garantia de uma execução eficaz é essencial adotar medidas que assegurem o alinhamento e a convergência dos investimentos e esforços destinados aos propósitos organizacionais de modo a:

- Tornar a estratégia conhecida e entendida por todos na organização;
- Comprometer servidores e gestores com o propósito estratégico;
- Capacitar as pessoas e; desenvolver as competências necessárias à implementação da estratégia;
- Responder em tempo adequado as demandas de aprendizagem requeridas pela estratégia organizacional.

As metodologias tradicionais de treinamento e desenvolvimento não permitem criar essas condições, sendo essa uma das principais razões pelas quais as instituições encontram na educação corporativa um meio eficaz de gerar processos de aprendizagem alinhados à estratégia organizacional.

Primeiramente faz-se necessário que os processos de aprendizagem que impactam na estratégia sejam tratados de forma diferenciada. Eles não devem ser geridos pelo mesmo bojo das demais ações. Desse modo, garante-se que os esforços organizacionais sejam canalizados, prioritariamente, para a consecução da estratégia institucional. O modelo de educação corporativa proposto, esse alinhamento, é conseguido por prever vertente própria para esses processos que são gerenciados com prioridade sobre os demais.

Outra medida de fundamental importância para a consecução dos objetivos e metas estabelecidas consiste em comprometer as pessoas com o propósito institucional expresso na visão, missão e valores.

Assim, a educação corporativa também prevê programas educacionais orientados para a construção da cidadania organizacional, que também passam a constituir vertente própria. Esses programas visam contribuir para que os valores institucionais sejam internalizados e vivenciados por todos, servindo de referencial na tomada de decisão em todos os seus níveis.

Em um modelo de educação corporativa, a capacitação técnica é projetada para atender as especificidades de conhecimento requerido em cada processo de trabalho. Isso gera benefício para a organização: primeiro, o profissional participa de uma ação educacional técnica, preferencialmente quando a aprendizagem se faz necessária e na medida suficiente para a realização do trabalho. Segundo, possibilita a organização racionalizar o tempo e os recursos financeiros investidos em capacitação.

Repositório Digital do Conselho da Justiça Federal

1 ESCOPO DO PROJETO

O Repositório institucional é a reunião de todos os repositórios temáticos hospedados em uma organização.

No caso do CJF, cada Secretaria trata de uma área administrativa e, portanto, seu repositório temático será específico na sua competência. A união de todos os repositórios das diversas unidades administrativas comporá o Repositório Digital do Conselho da Justiça Federal. Os repositórios institucionais são responsáveis por divulgar e também preservar informações científicas da instituição que os compreende.

Um repositório digital agrega um conjunto avançado de serviços relativos à organização, tratamento, acesso e disseminação do conteúdo digital produzido por uma instituição e sua comunidade. Dentre esses serviços, inclui-se o de preservação digital, uma vez que o gerenciamento da migração do conteúdo digital de uma tecnologia em vias de ser desativada para um sistema de ponta deve ocupar um espaço primordial nas preocupações das organizações que detêm repositórios institucionais.

Sua função também é, portanto, preservar e disponibilizar a produção intelectual da instituição representando-a, documentando-a, e compartilhando-a em formato digital.

2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Este projeto impacta os seguintes temas:

- Alinhamento e integração;
- Eficiência operacional;
- Atuação institucional.

3 CLIENTES

Bibliotecas da Justiça Federal, magistrados, gestores, servidores da Justiça Federal e o público em geral.

4 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

Atualmente, é grande o número de documentos produzidos internamente pelo Poder Judiciário. Não apenas em relação às milhares de decisões judiciais emanadas todos os dias dos órgãos judicantes, mas também aos documentos produzidos pelas unidades administrativas, e mesmo à produção intelectual dos magistrados e servidores. Contudo, todo esse conhecimento fica, quase sempre, adstrito ao público interno do respectivo órgão ou, as vezes, limitado a um arquivo de computador.

As inovações tecnológicas devem ser utilizadas para proporcionar a divulgação e o acesso à informação. Essa filosofia deve ser apoiada e cultivada nos órgãos públicos, pois abre suas portas para que a sociedade compartilhe de sua missão. Uma solução moderna para este problema é a construção de repositórios. Esses repositórios, construídos dentro da filosofia de Iniciativa dos Arquivos Abertos, incentivam a publicação na Rede totalmente gerenciada pelo pesquisador (auto-arquivamento), utilizam tecnologia aberta e podem ser acessados por diversos provedores de serviços disponíveis em nível nacional e internacional.

Esta revolução na publicação e na divulgação do conhecimento iniciou-se com a constituição dos repositórios temáticos. Depois, a idéia evoluiu para o agrupamento destes repositórios sob a responsabilidade de uma instituição maior constituindo o Repositório Institucional.

